

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PSICOLOGIA**

MATHEUS JOSÉ DA SILVA

**SOBREVIVENDO NO INFERNO: A EXPERIÊNCIA DE ADOLESCENTES E
FAMILIARES EM PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA**

**CAMPINAS
2020**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM PSICOLOGIA**

MATHEUS JOSÉ DA SILVA

**SOBREVIVENDO NO INFERNO: A EXPERIÊNCIA DE ADOLESCENTES E
FAMILIARES EM PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tania Mara Marques Granato

**CAMPINAS
2020**

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

155.453
S586s

Silva, Matheus José da

Sobrevivendo no inferno: a experiência emocional de adolescentes e familiares em programa de Liberdade Assistida / Matheus José da Silva. - Campinas: PUC-Campinas, 2020.

108 f.: il.

Orientador: Tania Mara Marques Granato.


Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Delinquencia juvenil. 2. Serviço social com adolescentes. 3. Vulnerabilidade social. I. Granato, Tania Mara Marques. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA
MATHEUS JOSÉ DA SILVA
SOBREVIVENDO NO INFERNO: A EXPERIÊNCIA DE ADOLESCENTES E
FAMILIARES EM PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA

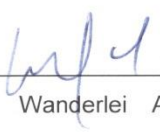
Dissertação defendida e aprovada
em 28 de fevereiro de 2020 pela
Comissão Examinadora



Profª Dra. Tânia Mara Marques
Granato
Orientadora da Dissertação e
Presidente da Comissão
Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de
Campinas (PUC-Campinas)



Profª Dra. Lilia Freire Rodrigues de
Souza Li
Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP)



Prof. Dr. Wanderlei Abadio De
Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de
Campinas (PUC-Campinas)

Dedico este trabalho a todos os negros drama que lutam pelo direito de ser em um mundo mais justo.

Agradecimentos

À minha mãe por todo empenho e dedicação ao ofício da maternidade. Obrigado por tudo, amo você.

À Profa. Dra. Tania M. M. Granato por sua mestria e dedicação, que me conduziu desde o tempo da Graduação, no ensinamento da Psicologia e da Pesquisa.

Ao grupo de pesquisa onde este trabalho pode ser desenvolvido. Muito obrigado por todo conhecimento compartilhado e por todo aprendizado.

A todas as quebradas que pude visitar durante minha trajetória profissional, todo respeito e gratidão pelo acolhimento.

À Paula Henrique Bremer por todo trabalho no agendamento das entrevistas e pela troca de saberes e angústias no cotidiano do trabalho na Medida. Valeu Psi!

À equipe profissional com quem tive a oportunidade de atuar em conjunto na Medida Socioeducativa. Um agradecimento especial à Karla, Suzana, Fernanda e ao Francisco Romário pela amizade e por deixar os dias na Medida mais leves. Sigamos na luta, irmãos!

Ao Chris, pelas trocas, pelas ideias e pela amizade. Tamo junto!

À Flávia de Mendonça Ribeiro pelo apoio e compreensão, frutos de nossa amizade, e também pelas reflexões críticas que aconteceram desde o início de minha graduação.

À Débora Ortolan valeu por toda força! Grande amizade que o Mestrado proporcionou.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram durante meu processo de formação, ainda que seus nomes não tenham sido apresentados nesta seção, meu profundo reconhecimento e agradecimento por toda contribuição.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

Negro Drama

(Racionais Mc's)

Negro drama, entre o sucesso e a lama
Dinheiro, problemas, invejas, luxo, fama
Negro drama, cabelo crespo e a pele escura
A ferida, a chaga. À procura da cura

Negro drama, tenta ver e não vê nada
A não ser uma estrela, longe, meio ofuscada,
Sente o drama, o preço, a cobrança
No amor, no ódio, a insana vingança

Negro drama, eu sei quem trama e quem tá
Comigo
O trauma que eu carrego pra não ser mais um
Preto fodido
O drama da cadeia e favela
Túmulos, sangue, sirene, choros e velas

Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia
Que sobrevive em meio às honras e
Covardias
Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando: O que você tem a ver
Com isso?

Desde o início por ouro e prata
Olha quem morre, então veja você quem mata
Recebe o mérito, a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural

Histórias, registros e escritos
Não é conto, nem fábula, lenda ou mito
Não foi sempre dito que preto não tem vez?
Então, olha o castelo e não foi você quem fez,
Cuzão

Eu sou irmão dos meus trutas de batalha
Eu era a carne, agora sou a própria navalha
Tin-tin, um brinde pra mim
Sou exemplo de vitórias, trajetos e glórias

O dinheiro tira um homem da miséria
Mas não pode arrancar de dentro dele a favela
São poucos que entram em campo pra vencer
A alma guarda o que a mente tenta esquecer

Olho pra trás, vejo a estrada que eu trilhei, mó
Cota
Quem teve lado a lado e quem só ficou na
Bota
Entre as frases, fazes e várias etapas
Do quem é quem, dos manos e das mina fraca

Negro drama de estilo
Pra ser e se for, tem que ser, se temer é milho
Entre o gatilho e a tempestade
Sempre a provar que sou homem e não um
Covarde

Que Deus me guarde pois eu sei que ele não
É neutro
Vigia os rico, mas ama os que vem do gueto
Eu visto preto por dentro e por fora
Guerreiro, poeta, entre o tempo e a memória

Ora, nessa história vejo dólar e vários quilates
Falo pro mano que não morra e também não
Mate
O tic-tac não espera, veja o ponteiro
Essa estrada é venenosa e cheia de morteiro

Pesadelo é um elogio
Pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu
Num clima quente, a minha gente sua frio
Vi um pretinho, seu caderno era um fuzil
Um fuzil

Negro drama
(...)
Daria um filme
Uma negra e uma criança nos braços
Solitária na floresta de concreto e aço
Veja, olha outra vez o rosto na multidão
A multidão é um monstro, sem rosto e coração

Ei São Paulo, terra de arranha-céu
A garoa rasga a carne, é a Torre de Babel
Família brasileira, dois contra o mundo
Mãe solteira de um promissor vagabundo

Luz, câmera e ação, gravando a cena vai
Um bastardo, mais um filho pardo, sem pai
Ei, senhor de engenho, eu sei bem quem você

É

(...)

Admito , seus carro é bonito
É, eu não sei fazer
Internet, videocassete, os carro loco

Atrasado eu tô um pouco sim
Tô, eu acho
Só que tem que, seu jogo é sujo e eu não me
Encaixo
Eu sou problema de montão, de Carnaval a
Carnaval
Eu vim da selva, sou leão, sou demais pro seu
Quintal

Problema com escola, eu tenho mil, mil fita
Inacreditável, mas seu filho me imita
No meio de vocês ele é o mais esperto
Gina e fala gíria; gíria não dialeto
(...)

Eu recebi seu tic, que dizer kit
De esgoto a céu aberto e parede madeirite
De vergonha eu não morri, to firmão, eis-me

Aqui

Você, não, cê não passa quando mar
Vermelho abrir

(...)

E de onde vem os diamantes? Da lama
Valeu mãe, negro drama
Drama, drama, drama

(...)

RESUMO

Silva, M. J. (2020). *Sobrevivendo no inferno: a experiência de adolescentes e familiares em programa de liberdade assistida*. (Dissertação Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas.

Considerando a hipótese de descompasso entre o cuidado que é proposto pela medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA) a adolescentes e suas condições concretas de vida marcadas pela pobreza e desigualdade social, este trabalho buscou compreender a experiência emocional de adolescentes e familiares com relação à MSE/LA. Para isso, realizamos um estudo qualitativo psicanalítico, segundo o enquadre de Entrevistas Transicionais individuais iniciadas por uma Narrativa Interativa (NI) elaborada para este estudo. Participaram seis adolescentes, além de quatro familiares/responsáveis por adolescentes atendidos na MSE/LA. Após a apresentação e preenchimento da NI, cada participante foi convidado para o diálogo a respeito de sua experiência pessoal com a medida socioeducativa. Os encontros foram individualmente registrados em Narrativas Transferenciais (NT). O material narrativo reunido (NI e NT) foi tomado para análise interpretativa, em conjunto com o grupo de pesquisa, da qual resultaram o Campo de Sentidos afetivo-emocionais “Sobrevivendo no Inferno” e dois subcampos: “O Grito dos Silenciados” e “A medida... é como uma coluna que sustenta”. Esses campos nos permitiram confirmar a hipótese inicial sobre a profundidade e extensão dos problemas que essas famílias enfrentam e a limitada capacidade da MSE/LA para fazer face a tantas lacunas de cuidado social. No entanto, identificamos na MSE/LA a oferta de um cuidado psicológico alinhado às reais necessidades dos adolescentes, proporcionando uma parcela da sustentação necessária para o seu desenvolvimento emocional. Também pudemos refletir psicanaliticamente sobre diferentes sentidos para o ato infracional ao considerarmos o contexto de vulnerabilidade social em que se produz. Além disso, identificamos a necessidade de uma Psicologia que se oriente pela libertação das estruturas sociais de opressão e colonização, dialogando com as perspectivas antirracistas, antiproibicionistas e antimanicomiais, e não como prática de reprodução do assujeitamento de determinadas populações.

Palavras chave: medida socioeducativa, adolescente, vulnerabilidade social, intervenção psicológica.

ABSTRACT

Silva, M. J. (2020). *Surviving in hell: the experience of teenagers and families in probation programs*. (Masters Dissertation). Pontifical Catholic University of Campinas. Campinas.

Considering the mismatch between the care that is proposed by the social-educational measure of probation (MSE/LA) to teenagers and its actual living conditions colored by poverty and social inequality, this research sought to understand the emotional experience of teenagers and families with relation to MSE/LA. With this aim, a psychoanalytical qualitative study was undertaken, according to the framework of individual transitional interviews initiated by an Interactive Narrative (IN) created for this study. Six teenagers, and four care-takers participated. After the presentation and filling out of the IN, each participant was invited to a dialogue about his or her personal experience with the social-educational measure. The meetings were registered individually in Transferential Narratives (TN). The assembled narrative material (IN and TN) was collected for interpretative analysis from which resulted the following emotional-affective fields of meaning: “Surviving in hell” and two subfields: “The scream of the silenced” and “The measure...is like a column that supports”. These fields have enabled us to confirm the initial hypothesis about the depth and extension of the problems faced by these families and the limited capacity of MSE/LA to deal with so many shortcomings in social care. However, we have identified in MSE/LA the offer of psychological care in line with the actual needs of teenagers, providing a part of the necessary support for their emotional development. We were also able to reflect upon different meanings for the infractional acts, when we considered the context of social precariousness in which they are produced. In addition, we have identified the need for a psychology that abides by the freedom from social structures of oppression and colonization, building dialogue with antiracial, anti-prohibitionist and non-pathologizing perspectives, instead of abiding by perspectives that reproduce the practice of oppression of certain populations.

Key-words: social-educational measure; teenager, social vulnerability, psychological intervention.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CAPS ij	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
MSE	Medida Socioeducativa
MSE/LA	Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida
NI	Narrativa Interativa
NT	Narrativa Transferencial
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
SUMÁRIO	13
APRESENTAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	17
1.1 O ADOLESCENTE	17
1.2 A FAMÍLIA	20
1.3 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	21
OBJETIVO	30
2. PERCURSO METODOLÓGICO	31
2.1 Uma pesquisa qualitativa	31
2.2 O uso do método psicanalítico em pesquisa	31
2.3 Entrevista Transicional e Narrativa Interativa	33
2.4 Narrativa Interativa	34
2.4.1 Narrativa interativa para familiares/responsáveis	35
2.4.2 Narrativa interativa para adolescentes	36
2.5 Narrativas transferenciais	37
2.6 Campos de sentidos afetivo-emocionais	37
2.7 Participantes e Local da pesquisa	38
3. ENTREVISTAS TRANSICIONAIS	44
3.1 Entrevista Transicional com Elza	44
3.2 Entrevista Transicional com Kassandra e José Luis	48
3.3 Entrevista Transicional com Madalena e Sabrina	53
3.4 Entrevista Transicional com Seu Rocha e Dona Benta	58
3.5 Entrevista Transicional com Jeremias	64
3.6 Entrevista Transicional com Wallace	66
3.7 Entrevista Transicional com Fernando Blue	68
3.8 Entrevista Transicional com Romário	70
4. CAMPOS DE SENTIDO AFETIVO-EMOCIONAL	72
CAMPO 1: SOBREVIVENDO NO INFERNO	72
SUBCAMPO 1: O GRITO DOS SILENCIADOS	77
SUBCAMPO 2: “A MEDIDA ... É TIPO UMA COLUNA QUE SUSTENTA”	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87

REFERÊNCIAS	89
ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS OU RESPONSÁVEIS PARTICIPANTES)	96
ANEXO 2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS OU RESPONSÁVEL PELO ADOLESCENTE)	98
ANEXO 3. TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ADOLESCENTES PARTICIPANTES).....	100
ANEXO 4. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ADOLESCENTES COM 18 ANOS OU MAIS.)	102
ANEXO 5- APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS.....	104

APRESENTAÇÃO

O interesse pelo tema deste projeto de pesquisa se deu a partir de minha inserção profissional como psicólogo em uma unidade que atende adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA) e seus familiares. Nessa atuação, tive a oportunidade de realizar visitas domiciliares, atendimento de adolescentes e familiares, seja individualmente ou em grupo, além de propor uma oficina narrativa para adolescentes. A oferta da atenção psicológica para essa população também exigiu a atuação em outras vertentes de trabalho, como participação em audiências, articulação de rede, acompanhamentos terapêuticos entre outros.

Esta prática profissional me proporcionou um maior contato com este período do desenvolvimento humano que mobiliza e carece de atenção de nossa sociedade, a adolescência (Winnicott, 1968/1975c; 1961/2001). Os adolescentes se encontram em uma peculiar condição de desenvolvimento, a qual os coloca em uma condição de vulnerabilidade (Silva, Mello, Mello, Ferriani, Sampaio, Oliveira, 2014) em relação ao mundo adulto, ao mesmo tempo que a eles se atribui a responsabilidade pelo futuro da sociedade. Entretanto, no desafiador percurso de seu desenvolvimento, alguns adolescentes cometem atos infracionais, causando comoção na sociedade que, por sua vez, exige uma resposta do Estado.

O ato infracional cometido por adolescentes pode ser compreendido como a manifestação de um pedido de ajuda endereçado à sociedade, como Winnicott (1956; 1967) pondera, o que seria um indicativo de que algo não vai bem com o adolescente, ou com sua família, ou com o contexto social no qual ambos estão inseridos. Nessas ocasiões, o adolescente busca resolver seus problemas por meios que a sociedade recrimina, como roubo, receptação, tráfico de drogas, entre outros.

Atualmente, a solução oferecida pelo Estado brasileiro nessas situações é a determinação de que o adolescente cumpra algum tipo de medida socioeducativa. Dentre as medidas socioeducativas destinadas ao adolescente pelo Poder Judiciário estão as medidas em meio aberto, dentre as quais está a medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA). Esta tem sido apontada como alternativa ao encaminhamento de adolescentes a medidas de internação em meio fechado (Pedron, 2012). Além da atenção ao adolescente, a MSE/LA inclui suporte e orientação para sua família. Com a determinação e o cumprimento da medida socioeducativa, espera-se que os adolescentes não voltem a cometer o ato infracional e sigam suas vidas em sociedade.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), as medidas socioeducativas possuem caráter protetivo, ao mesmo tempo em que buscam a responsabilização do adolescente pelo ato cometido. Ao estabelecer uma medida socioeducativa para o adolescente, o Poder Público busca proporcionar auxílio para a superação das condições que levaram ao ato infracional. Dessa maneira, espera-se que, com o cumprimento da medida, o adolescente não volte a cometer atos infracionais, retome seus estudos, insira-se no mercado de trabalho e volte a conviver com sua família e a sociedade.

Nessa perspectiva, diante das determinações judiciais relativas às medidas socioeducativas e de minha prática profissional cotidiana, surgiram alguns questionamentos. Dentre eles, qual é o pedido de ajuda que esses adolescentes nos fazem? A atenção psicológica que é oferecida a partir da determinação da medida socioeducativa tem ido ao encontro das reais necessidades desses adolescentes e de suas famílias? Em que medida ela se configura como mero tratamento sintomático que compromete sua eficácia?

No intuito de responder a essas questões, optamos por focalizar as demandas afetivas desses adolescentes e suas famílias, de modo a ampliar nossa compreensão incluindo suas condições concretas de vida e discutindo se os cuidados oferecidos por meio das políticas públicas têm auxiliado as famílias na provisão de um ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento emocional de seus filhos. Identificar o que os adolescentes e suas famílias esperam dos profissionais e quais os sentidos que atribuem à MSE/LA pode se converter em ferramenta essencial para o aprimoramento da própria medida, uma vez que incluirá no processo a vivência daqueles que são objeto desse tipo de atenção do Estado. Essa perspectiva de articular os interesses do adolescente infrator, de sua família e da sociedade parece-nos um caminho mais concreto para o desenvolvimento e reinserção desses jovens na sociedade.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O ADOLESCENTE

O período da infância ocupa um lugar de atenção prioritária em nossa sociedade atual. Entretanto, não podemos afirmar o mesmo em relação à adolescência, na medida em que o próprio imaginário social sobre o adolescente se caracteriza pela ambiguidade. Não há consenso a respeito do período que abrange a adolescência, de maneira que é possível encontrar diferentes definições nas diretrizes e legislações. Por exemplo, enquanto a Organização Mundial de Saúde (OMS) define a adolescência como processo que ocorre na faixa etária entre 10 e 20 anos incompletos, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera o período que vai dos 12 até os 18 anos incompletos.

Entretanto, a adolescência é mais que um período do ciclo vital e não se restringe à transformação corporal dos jovens que adentram a puberdade, é construção social e cultural que delinea o processo pelo qual o indivíduo se torna adulto e se defronta com decisões importantes a serem tomadas. A partir da leitura de Winnicott (1968/1975c), compreendemos a adolescência como o período do desenvolvimento em que o indivíduo se afasta da dependência, característica da infância, e busca o “*status* adulto” (p. 194), que se caracteriza pelo alcance de certo grau, ainda que relativo, de independência em seu desenvolvimento emocional. A presença do adulto é necessária como realidade que se apresenta através de um ato de confrontação não retaliatória. Nesse sentido, a provisão ambiental é importante fator que favorece a transição da dependência para a independência (Winnicott, 1968/1975c). Nessa busca pela maturidade emocional, o adolescente trava uma luta para que venha a sentir sua vida como real e estabeleça sua identidade pessoal, em uma combinação de rebeldia e dependência (Winnicott, 1968/1975c; 1961/2001).

Nesse sentido, o adolescente se vê diante de uma cultura a ser descoberta, mas também diante de riscos como o envolvimento em práticas infracionais, violência, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, uso/abuso de substâncias psicoativas, entre outros (Assis et al., 2016; Costa & Assis, 2006; Fonseca, Sena, Santos, Dias e Costa, 2013).

Paradoxalmente, o adolescente é socialmente concebido como agente de transformação do futuro, ao mesmo tempo em que é visto como inconsequente e causador de desordem social (Pedron, 2012), o que o torna vítima do preconceito e discriminação do adulto (Assis, Aiello-Fernandes e Aiello-Vaisberg, 2016). Assis (2019) observa o crescente desafio que se estabelece no percurso do adolescente rumo à maturidade quando experimenta

a opressão do adulto de forma mascarada pela ideia de cuidado, uma vez que ainda requer atenção dos pais, professores, profissionais da saúde, entre outros.

Por ainda depender do adulto para apresentação de alguns aspectos da realidade, o adolescente se encontra em uma situação de dependência do mundo adulto, podendo se tornar submisso ao ambiente físico e social em que vive. A ideia de fragilidade e dependência nos remete ao estado de vulnerabilidade que, em determinadas situações, pode afetar a saúde física e mental do adolescente, além de comprometer a sua socialização. Nesse sentido, Fonseca et al. (2013) chama a atenção para o conceito de saúde como qualidade de vida que, por sua vez, está associada às condições sociais, históricas, econômicas e ambientais concretamente vividas.

No Brasil, a adolescência é vivida conforme a camada social e o ambiente cultural frequentado pelo jovem. Enquanto alguns adolescentes usufruem de proteção familiar e maiores chances de ocupar cargos que demandam formação universitária, os que se encontram em camadas sociais desfavorecidas mal conseguem se alfabetizar e estão destinados a posições subalternas e mal remuneradas no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, o jovem em situação de vulnerabilidade social se vê obrigado a aceitar ocupações que apenas lhe proporcionam um ganho imediato, de maneira a garantir sua subsistência e auxiliar no sustento da família. Esta condição afeta diretamente a qualidade de vida dos adolescentes e os coloca em um estado de vulnerabilidade que contradiz a definição de saúde (Assis et al., 2016; Barus-Michel, 2005; Fleck, 2000).

Recentemente, na América Latina, o conceito de vulnerabilidade social permitiu ampliar a análise dos problemas sociais, de modo a superar o identificador de renda ou a posse de bens materiais, vinculando-se à concepção de Estado de Bem-Estar Social (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002). Silva et al. (2014) apresentam uma compreensão do conceito de vulnerabilidade a partir da síntese de três componentes analíticos: a vulnerabilidade individual, a social, e a programática. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade individual diz respeito a ações individuais, como o comportamento e as atitudes da pessoa a partir de seu grau de consciência. A vulnerabilidade social é caracterizada pelo contexto econômico, político e social, assim como o acesso a serviços, informações, bens culturais, entre outros. Já a vulnerabilidade programática se relaciona a ações coordenadas pelo poder público, organizações da sociedade civil e iniciativa privada que buscam o enfrentamento de situações que propiciam vulnerabilidades.

As principais vulnerabilidades que colocam crianças e adolescentes brasileiros em risco se relacionam ao uso abusivo de álcool e os conflitos parentais, tornando-os testemunhas

de agressões e violências de distintas formas. Além disso, há os riscos associados aos locais de moradia, tais como a precária oferta de serviços públicos, ausência de espaços destinados ao lazer, e a proximidade com locais controlados pelos traficantes de drogas (Fonseca et al., 2013).

A trajetória de vida de adolescentes que se envolveram em atos infracionais e cumprem medidas socioeducativas é marcada pela evasão escolar e convívio próximo com a pobreza e a criminalidade (Menicucci e Carneiro, 2011). Geralmente são oriundos de famílias de baixa renda, com pouco acesso às políticas públicas como saúde e educação, tiveram alguma experiência relacionada ao uso de drogas e não contam com o apoio de uma rede social que lhes ofereça fatores de proteção (Nunes, Ferriani, Malta, Oliveira & Silva, 2016). Embora esses jovens compartilhem dos mesmos valores de consumo que seus contemporâneos mais favorecidos, a baixa escolarização os distancia de um emprego que lhes permitiria exibir os mesmos símbolos sociais de sucesso.

Dessa maneira, não podemos considerar a adolescência como um fenômeno abstrato, alinhando-nos a uma compreensão desenvolvimentista que concebe o percurso adolescente de forma dissociada dos fatores sociais, econômicos e culturais que determinam a sua realidade concreta. Ao situarmos o adolescente em um ponto intermediário do desenvolvimento emocional poderíamos protegê-lo do preconceito do adulto, alegando imaturidade, mas também incorreríamos no equívoco de desconsiderar o seu ponto de vista sobre si e suas experiências. Permitir o lugar de fala ao adolescente em assuntos que lhe são pertinentes pode ser um caminho para que se constitua um novo olhar sobre o sofrimento adolescente. Além disso, ao dar-lhe voz o reconhecemos como capaz de compreender e encontrar soluções para os dramas concretos vividos em um cotidiano que é marcado por amplas determinações sociais (Coutinho, Carneiro & Salgueiro, 2018).

Outro aspecto a destacar é a violência que usualmente acompanha o processo adolescente e tem sido amplamente discutida pela sociedade e pela mídia que exigem uma resposta efetiva do Poder Público. Disciplinas como a Psicologia têm buscado compreender os diferentes aspectos desse fenômeno na adolescência, assim como apresentar propostas capazes de promover mudanças no cenário social (Pedron, 2012).

Dentre as contribuições da Psicanálise, Winnicott (1967/1996) oferece um importante ponto de partida quando reflete a respeito do que chamou tendência antissocial, conceito que sinaliza o pedido de ajuda que pode estar oculto sob o ato infracional. Na perspectiva winnicottiana, ainda que a criança tenha se beneficiado de um ambiente suficientemente bom, se for precocemente privada desse ambiente pode ver na transgressão uma maneira de

recuperar o que dela foi tirado, ou a possibilidade de encontrar no mundo um lugar para se desenvolver de forma saudável. Conforme aponta Winnicott, como a tendência antissocial está intimamente associada à privação, e não à carência, pode ser observada também em famílias com boa condição socioeconômica.

1.2 A FAMÍLIA

Outro aspecto importante a se considerar no cotidiano destes adolescentes que são atendidos pela MSE/LA é a realidade enfrentada por suas famílias cujas demandas exigiriam uma ampla articulação de técnicas e Serviços Públicos para responder às suas necessidades, envolvendo uma diversidade de áreas como Educação, Saúde, Assistência Social, Lazer, Habitação, Esportes e Cultura. Como essas famílias são geralmente oriundas das camadas menos favorecidas da população, vivem uma situação de exclusão e abandono pelo Poder Público, o que as coloca na condição de vulnerabilidade e precariedade social.

Há uma tendência cultural em nossa sociedade de considerar a família como responsável pelo processo de socialização e individuação de seus mais novos membros. Dessa maneira, espera-se que a família garanta a socialização da geração mais nova em parceria com outras instituições socializadoras, como a escola, além de promover o desenvolvimento que permita a futura inserção de seus membros no mercado de trabalho. Em virtude dessas expectativas sociais, o fracasso no processo de socialização é usualmente atribuído às famílias quando o Estado intervém com o objetivo de assumir os cuidados buscando retomar o processo de individuação e de socialização. Conforme De Paula (2004), o alvo dessas ações têm sido os jovens oriundos das camadas menos favorecidas de nossa sociedade.

Conforme Gomes e Pereira (2005), alterações ocorridas no plano socioeconômico e cultural interferem na dinâmica e estrutura familiar, afetando sua organização. A família é vista como indispensável para a garantia da sobrevivência e proteção integral dos filhos, independente do arranjo ou da forma como vem se estruturando. Desempenha, ainda, um papel decisivo e fundamental na formação formal e informal, pois é no seu interior que são absorvidos os valores éticos e morais e onde se aprofundam os laços de solidariedade. Assim, concluem os autores, a família é considerada o cerne da identidade social e a estrutura básica da experiência humana.

A noção de casa, segundo Gomes e Pereira (2005), implica compartilhar certo modo de vida; em outras palavras, a convivência familiar. O estabelecimento de vínculos é próprio do ser humano, e a família como grupo primário é o lugar para a concretização dessa

experiência. A confiança que a pessoa tem de que pode estar no mundo e pode se relacionar com os outros é transmitida pela sua aceitação pelo grupo familiar, o que favorece o sentimento de pertencimento a outros grupos. Contudo, os autores alertam para o fato de que por trás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural, e em situação de risco, está a família desassistida ou ignorada pela política oficial. Essa injustiça social dificulta o convívio saudável da família e favorece a desagregação familiar. E como a vida familiar depende de condições para a sustentação e manutenção de seus vínculos, a perda ou o rompimento dos vínculos familiares pode levar o adolescente à descrença em si mesmo e em sua capacidade de amar e se sentir amado, conforme salientam Gomes e Pereira (2005).

As famílias menos favorecidas têm enfrentado uma luta desigual e desumana pela sobrevivência. A crise econômica se materializa na falta ou inexistência de Políticas Sociais como saúde, educação, moradia, assistência. As transformações sociais mais amplas, aliadas às mudanças no contexto familiar, podem aprofundar uma situação de vulnerabilidade familiar, produzindo interseccionalidades (Crenshaw, 2004) e comprometendo a capacidade de oferecer um ambiente favorável ao desenvolvimento dos filhos.

Em relação às famílias dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, boa parte delas se configura como família monoparental, sendo a mãe a principal responsável para suprir as necessidades econômicas, sociais e afetivas de seus filhos. Quanto à paternidade nessas famílias, observa-se uma ausência e, em alguns casos, um enfraquecimento da figura do pai. Também é observado que os pais têm encontrado dificuldades em exercer suas funções, apresentando-se ora como pouco afetivos, ora como punitivos. Eles também têm sido percebidos como incapazes de servir como modelo de identificação para os filhos, quadro que resulta no sentimento de desamparo em um mundo onde o lugar do adulto está esvaziado (Dias et al., 2011).

Nessa perspectiva, é mais que necessário compreender e contextualizar as vivências das famílias atendidas na MSE/LA, adotando abordagens ampliadas que incluam os problemas sociais que estão fragilizando essa instituição. Com Dias et al. (2011) enfatizamos a necessidade de buscar ações protetivas para o adolescente e suas famílias, já que nossa sociedade tem tido dificuldade em projetar um futuro para nossos jovens.

1.3 A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Após estas considerações preliminares sobre as famílias dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, a adolescência como expressão intimamente ligada às

condições concretas de vida e o conceito winnicottiano que norteará nossa discussão sobre a experiência de jovens com a MSE/LA, discorreremos sobre como nossa sociedade tem se organizado para responder a esses atos.

A legislação brasileira se alterou ao longo do tempo, o que implicou o reordenamento dos órgãos encarregados de ofertar atenção a essa população. No período de redemocratização do Brasil, foi constituída uma nova Constituição Federal (CF) em 1988. A CF representou uma ampliação dos direitos sociais, garantindo a participação popular durante as assembleias constituintes para a proposição de emendas constitucionais. Com a constituição da Carta Magna, a Assistência Social foi reconhecida como política pública integrante da Seguridade Social, ao lado das políticas de Saúde e da Previdência Social. A proteção social foi reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, mesmo para aqueles que não contribuem, tornando universal e gratuito o acesso à saúde (Brasil, 1988, 2005, 2016).

A CF trouxe grandes avanços na atenção a crianças e adolescentes, pois ela inaugura um modelo de atenção e oferece as bases para a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Convenção Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Criança e do Adolescente são considerados marcos legais, na medida em que estabelecem um novo paradigma de atenção – a Doutrina da Proteção Integral (Brasil, 1990, 2016; Pedron, 2012). Essa nova legislação marca o rompimento com um modelo tutelar-repressor e prioriza a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes que passam a ser considerados como sujeitos de direitos.

Até então, desde 1927 vigorou o código de menores que era fundamentado na Doutrina da Situação Irregular. A atuação pautada nesta legislação tinha uma forte tendência a encaminhar crianças e adolescentes à institucionalização total. Foi uma estratégia utilizada que objetivou a criminalização da pobreza e a higienização social, quando crianças e adolescentes eram responsabilizados pela condição social a que estavam submetidas. Crianças e os adolescentes enquadrados na situação irregular eram tratados como ameaça à ordem social e, por esta razão, fazia-se uso da repressão e buscava-se corrigir os comportamentos considerados desviantes por meio da internação em instituições como a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) (Brasil, 2016). Essas instituições foram criadas em 1964, ano do golpe político militar que deu origem à ditadura militar no país. Foi a primeira vez que o governo federal buscou traçar orientações unificadas, de alcance nacional. A FUNABEM era um órgão normativo com a finalidade de criar e implementar a “política nacional do bem-estar do menor”. Por sua vez as

FEBEMs, órgão estaduais e executivos, tinham a responsabilidade de praticar as orientações elaboradas pela FUNABEM viabilizando o atendimento aos menores.

A internação não ocorria somente por cometimento de ato infracional, mas pela condição de pobreza considerada como Situação Irregular. As crianças e adolescentes eram considerados perigosos e, frequentemente, rotulados como abandonados, antissociais, infratores, deficientes, doentes, pedintes, ociosos. Quando se enquadravam em algumas dessas categorias eram afastados do convívio social (Brasil, 2016). As crianças e os adolescentes internados nessas instituições perdiam sua liberdade, eram impedidos de ter contato com sua família e sofriam diversas violações de seus direitos, como violência sexual, violência física, violência psicológica, além dos relatos de mortes nessas instituições.

Aqui vale lembrar do filme, lançado na década de 1980, “Pixote, a lei do mais fraco”, do diretor Héctor Babenco. Este filme retratou a realidade de como era tratada uma parcela da infância e da juventude pobre do Brasil. O filme conta a história do menino Pixote de 11 anos de idade e abandonado por seus pais. Roubava para sobreviver às ruas e fora internado nos chamados reformatórios. Nestas internações, presenciou muita violência e morte e aprendeu, com a convivência nestes espaços, como ser traficante de drogas, cafetão e assassino apesar de sua pouca idade.

O ECA, que é fruto de mobilizações sociais no período de redemocratização do país, surge buscando consolidar a garantia de direitos às crianças e aos adolescentes, conforme previsto no art. 227 da Constituição de 1988 (Brasil, 1988; Pedron, 2012). O art. 227 determina que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988)

Esta nova perspectiva permite o reconhecimento da criança e do adolescente como um sujeito de direitos, como alguém que pode opinar, e não apenas como um objeto de intervenção arbitrária por parte do Estado. A Doutrina da Proteção Integral chama atenção para o período peculiar de desenvolvimento em que se encontram crianças e adolescentes. Por este motivo, são considerados sujeitos especiais de direitos que devem ter garantidos de maneira prioritária todos os direitos fundamentais e sociais (Brasil, 1988, 1990, 2016).

O ECA está dividido em três eixos fundamentais: o primeiro aborda a infância e a adolescência em seus aspectos gerais, e as políticas públicas universais; o segundo se refere às

crianças e adolescentes que necessitam de proteção, aqueles que são alvo de algum tipo de violência, negligência ou estão em situação de risco; o terceiro aborda as medidas socioeducativas e a responsabilização do adolescente.

As medidas socioeducativas são operacionalizadas por meio da Política Nacional de Assistência Social, que possui três funções básicas: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. A proteção social visa à garantia da vida, redução de danos e prevenção de risco. A vigilância socioassistencial tem como objetivo a produção, sistematização, análise e disseminação de informações sobre situações de vulnerabilidade e risco social, e também sobre serviços socioassistenciais de determinado território. A defesa de direitos busca garantir que a população mais vulnerável possa exercer seus direitos de forma plena, especialmente aqueles relacionados à educação, a saúde e ao trabalho (Brasil, 1988, 1993, 2005).

A política de assistência se divide em dois níveis a proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE). A PSB se destina a prevenção de riscos pessoais e sociais por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A PSE é destinada a pessoas e famílias que já se encontram em situação de risco e tiveram seus direitos violados decorrentes de abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de drogas e outras situações. Na PSE há dois níveis de complexidade, média e alta, cada uma com serviços específicos para cada nível (Brasil, 1993, 2005).

A Assistência Social conta como uma extensa rede de unidades públicas de atendimento. Cada uma dessas unidades presta serviços específicos a determinados segmentos da população. O CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) é a porta de entrada para os usuários na rede de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nele é oferecido o Serviço de Proteção Integral a Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Este serviço busca fortalecer a convivência com a família e com a comunidade, assim como o acesso aos benefícios de transferência de renda (Brasil, 2005).

Outro equipamento desta rede é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que oferece atendimento a famílias e pessoas que estão em situação de risco pessoal e social ou tiveram seus direitos violados. O CREAS oferta no âmbito da PSE o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O PAEFI conta com a oferta de serviços como o Serviço de Abordagem Social, o Serviço de

Acolhimento Institucional e o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2005).

As medidas socioeducativas em meio aberto são de responsabilidade dos municípios, e aplicadas no âmbito da atenção especializada da Assistência Social devido à sua complexidade. Dessa maneira, está previsto que o CREAS execute as ações de Liberdade Assistida (LA). Contudo, em virtude da carência desses serviços públicos, alguns municípios co-financiam Organizações da Sociedade Civil (OSC) para oferecerem esses serviços (Brasil, 2005).

A apuração de um ato infracional é complexa e envolve diversos atores e setores públicos. O ato infracional equivale a uma conduta descrita como crime ou contravenção penal. No Brasil, menores de 18 anos são considerados inimputáveis perante o Código Penal e estão sujeitos à legislação específica, no caso o ECA, que distingue o tratamento oferecido através de medidas socioeducativas. Essa distinção no tratamento do adolescente é garantida a partir do artigo 228 da CF que determina: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial” (Brasil, 1988).

A apuração é realizada mediante processo judicial, no qual o Estado, por meio do Ministério Público demonstra a autoria do ato infracional. Cabe ao juiz aplicar a medida adequada levando em consideração a gravidade da infração. É necessário esclarecer que as Medidas Socioeducativas não devem ser confundidas com penas, possuem naturezas distintas, sendo que o caráter das Medidas é preponderantemente pedagógico e trazem particularidades em seu processo de aplicação e execução (Brasil, 2016).

As medidas estão sob a égide do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) instituído pela Lei Federal 12.594/2012, que organiza e estabelece as diretrizes das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes autores de ato infracional. Esse Sistema fortalece o entendimento educativo das medidas socioeducativas em detrimento dos aspectos sancionatórios (Pedron, 2012). Dessa forma, as propostas devem ser realizadas a partir de uma ética pedagógica, de modo que o conjunto de ações contribua para a formação de um sujeito autônomo e solidário, que possa se relacionar melhor consigo mesmo, com o ambiente no qual está inserido e não reincidir no ato infracional (Pedron, 2012). É previsto no SINASE que, a partir do atendimento socioeducativo, seja construída uma rede de apoio na comunidade, para que os adolescentes possam reconstruir suas vidas. Dessa maneira, as ações dessa política buscam se articular com outras instituições governamentais e não-governamentais, unidades de saúde, e que oferecem atendimento garantindo os direitos de

crianças e adolescentes, de preferência no território mais próximo de suas residências (Lazarotto, 2014).

O SINASE é fruto de uma construção coletiva que envolveu representantes do governo, entidades, especialistas e operadores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Esse Sistema contém um conjunto de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve a apuração do ato infracional, assim como a execução da medida socioeducativa, os modos de gestão, avaliação e controle social (Lazarotto, 2014). O SGD é a integração das Políticas Sociais que oferecem atendimento a crianças e adolescentes com o objetivo de implementar a Doutrina da Proteção Integral. As ações são desenvolvidas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e pela sociedade civil a partir de três eixos: promoção, defesa e controle social (Pedron, 2012). O SGD é composto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema de Educação, Sistema de Justiça e Segurança Pública.

A determinação judicial para o cumprimento de uma medida socioeducativa está apoiada na Doutrina da Proteção Integral, cujo objetivo é assegurar a proteção dos adolescentes por parte da família, da sociedade e do Estado e propor a responsabilização pelo ato praticado, sendo esta uma medida de caráter pedagógico (Lazarotto, 2014). As medidas socioeducativas são aplicadas a adolescentes como maneira de garantir sua proteção integral, de efetivar seus direitos como cidadãos e de responsabilizá-los pelos atos cometidos (Pedron, 2012).

Conforme estabelece o ECA em seu artigo 112, as medidas socioeducativas são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, e internação em estabelecimento educacional (Brasil, 1990). A MSE/LA, que busca estabelecer um acompanhamento do adolescente, auxiliando-o e orientando-o pelo prazo mínimo de seis meses, estrutura-se a partir da atenção à família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade, com ênfase na vida social do adolescente. Essa medida é ofertada em meio aberto por programas municipais que buscam garantir a manutenção do vínculo do adolescente com a comunidade (Pedron, 2012).

Vale ressaltar que o adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa não perde seus direitos individuais, e não deve ser confundido com o ato infracional praticado. Atribuir a responsabilidade ao adolescente deve ser uma maneira de auxiliar em sua organização e reinserção social. Dessa maneira, a responsabilização dos adolescentes faz parte da dimensão pedagógica das Medidas Socioeducativas (Brasil, 2016).

A advertência consiste em uma repreensão verbal que, a princípio, pode parecer uma simples formalidade, sem efetivamente produzir repercussões na vida do adolescente e na descontinuidade da prática do ato infracional. Contudo, para além da intimidação de aplicação de medidas mais rigorosas, considerando seu caráter pedagógico, essa medida pode ser um importante momento para orientar o adolescente e sua família no sentido de seu acesso às políticas públicas, assim como para o bom cumprimento das medidas aplicadas (Brasil, 2016).

Já a obrigação de reparar o dano não se caracteriza apenas na atitude do adolescente devolver o bem subtraído ou pintar um muro pichado. É necessário cautela com esta medida para não expor o adolescente a uma situação vexatória e constrangedora, de maneira dissociada de uma proposta educativa. Aqui é necessário refletir com o adolescente a respeito das consequências de seus atos favorecendo a oportunidade de reparação. Ainda que seja um pedido de desculpas, o caráter simbólico desta ação pode favorecer uma significativa transformação, caráter que deve ser observado em toda aplicação de Medida socioeducativa.

A Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e a Liberdade Assistida são conhecidas como Medidas Socioeducativas em Meio Aberto por não privarem o adolescente de sua liberdade. Contudo, objetivam a restrição de direitos, buscando a responsabilização, a desaprovação da conduta infracional e a integração social. A PSC consiste na prestação de serviço comunitário de interesse geral por um período que não pode ser superior a seis meses, com jornada máxima de 8 horas semanais, aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, de maneira a não prejudicar a frequência escolar e a jornada de trabalho do adolescente. A PSC pode ser cumprida em instituições socioassistenciais, em programas comunitários e governamentais, em escolas e hospitais. As atividades da PSC, na rede de entidades parceiras públicas ou privadas, não devem ser confundidas com atividades laborais, de maneira que o serviço seja prestado à comunidade e não à entidade. É importante que o acompanhamento seja realizado para que não haja exploração do trabalho do adolescente (Brasil, 2016).

O art. 67 do ECA prevê que o adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa de PSC não seja submetido a atividades perigosas, insalubres, penosas, ou proibidas a adolescentes menores de 18 anos. Neste sentido é necessário observar a idade, a capacidade e o interesse do adolescente para desenvolver as atividades previstas (Brasil, 1990, 2016).

A MSE/LA não afasta o adolescente da convivência familiar e comunitária, mas implica certa restrição de direitos. Além disso, pressupõe um acompanhamento sistemático objetivando acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente que cometeu ato infracional. Esse acompanhamento do adolescente visa auxiliá-lo e orientá-lo pelo prazo mínimo de seis meses, e se estrutura a partir da atenção aos âmbitos da família, escola, trabalho, profissionalização e

comunidade, com ênfase na vida social do adolescente. Essa medida é ofertada em meio aberto por programas municipais que buscam garantir a manutenção do vínculo do adolescente com a comunidade. É aplicada pelo prazo mínimo de seis meses e pode ser revogada, suspensa ou substituída a qualquer momento após avaliação técnica e ouvidos o Ministério Público e o Defensor (Brasil, 2016; Pedron, 2012).

Ao chegar a uma instituição para realizar o cumprimento de MSE/LA, o adolescente, deve vir acompanhado por um responsável para acolhimento realizado pela equipe técnica. Este é um importante momento para que o adolescente e seu acompanhante conheçam a equipe e esta possa elaborar suas primeiras impressões sobre o adolescente e sua dinâmica familiar. Além disso, este encontro pode ser utilizado para esclarecer algumas dúvidas e realizar orientações referentes à dinâmica dos atendimentos institucionais para o cumprimento da medida.

Além da dupla psicossocial, composta pelo psicólogo e pelo assistente social, o adolescente terá um orientador de medida como referência para seu acompanhamento. O orientador será a pessoa que realizará os atendimentos individuais com o adolescente, além de acompanhá-lo em outras ações necessárias ao cumprimento da medida, como nas solicitações de documentação, acompanhamento em consultas médicas, entre outras. Após o acolhimento inicial, o próximo passo é a realização da interpretação de medida (IM), quando o adolescente, com auxílio da equipe técnica, inicia a elaboração de seu Plano Individual de Atendimento (PIA).

O PIA é elaborado a partir da escuta qualificada do adolescente, levando em consideração seus interesses, suas aptidões e suas necessidades. Como a opinião e o envolvimento da família são fundamentais para a elaboração do PIA, além das ações para e com o adolescente, a equipe também planejará ações em favor da família as quais serão mediadas pela dupla psicossocial. Com base neste instrumental serão estabelecidos os planos e as metas para o cumprimento da medida. As ações podem contemplar articulação com outros equipamentos como os de saúde, acesso aos benefícios socioassistenciais de transferência de renda, inserção em cursos, elaboração de currículos, solicitação de documentação pessoal, atividades esportivas e de lazer, atendimentos individuais ou em grupo, entre outras ações que forem pertinentes às necessidades do adolescente e de sua família.

Após a elaboração do PIA, a equipe técnica envia uma cópia para o Sistema Judiciário, onde o juiz decidirá se homologa o instrumental. Durante o acompanhamento busca-se trabalhar a responsabilização e a proteção do adolescente. Sendo assim, é necessário

considerar o perfil do adolescente, seus interesses e o contexto no qual está inserido. O PIA é enviado periodicamente ao judiciário, de modo que cada adolescente terá garantido o envio de seu PIA Inicial, do PIA de Acompanhamento e do PIA Conclusivo. Além do PIA, a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do adolescente também encaminha relatórios periodicamente, informando sobre ocorrências no decorrer do acompanhamento, por exemplo a internação na Fundação CASA decorrente de novo ato infracional, ou o descumprimento da medida motivado por faltas repetidas e sem justificativa por parte do adolescente. Nestes casos, os técnicos de referência informam o Judiciário por meio de relatório, podendo o juiz substituir a medida em meio aberto e determinar seu cumprimento no meio fechado (Brasil, 2016). Os relatórios figuram, portanto, como importante instrumento de comunicação com o Poder Judiciário.

As medidas em meio fechado implicam restrição de direitos e privação de liberdade, sendo aplicadas em unidades de internação da Fundação CASA ao adolescente que comete ato infracional proporcionalmente mais grave. Outra modalidade é a medida de privação parcial de liberdade, a assim chamada semiliberdade, aplicada em unidades da Fundação CASA destinadas especificamente a esta medida (Brasil, 2016).

As medidas em meio fechado são aplicadas somente após apuração do ato infracional pelo Judiciário que levará em consideração os critérios estabelecidos pelo ECA para aplicação da medida de internação. Os critérios são: atos cometidos mediante grave ameaça, como no caso de ameaça de morte; atos cometidos por meio de violência real, como no caso de homicídio; latrocínio e roubo; atos praticados de forma reiterada; atos que representam descumprimento reiterado, e sem justificativa alguma plausível, da medida socioeducativa imposta anteriormente pelo juiz. A restrição de liberdade do adolescente será a última opção que o Estado vai tomar, enquanto as medidas em meio aberto devem ser priorizadas. O SINASE reafirma o caráter educativo da medida, proposto pelo ECA, priorizando as medidas em meio aberto como forma de combater a forte tendência à internação em instituições totais (Brasil, 1990; Brasil, 2016; Pedron, 2012).

Considerando a complexidade das trajetórias pessoais de envolvimento no ato infracional, torna-se um desafio encontrar dispositivos efetivamente capazes de atender às reais necessidades dessa população. Costa e Assis (2006) ponderam sobre a grande instabilidade e a não sistematização das ações realizadas nesta área específica, deixando os adolescentes privados de atendimento adequado à promoção de seu desenvolvimento. Estes autores esclarecem que os atendimentos são ainda fortemente caracterizados pela perspectiva

da punição e por concepções patologizantes. Concluem que as ações estão centradas na cura de um sintoma – a infração.

Em contrapartida, o paradigma da promoção de saúde se oferece como possibilidade de superação dos modelos curativos, favorecendo a perspectiva que valoriza os aspectos positivos e de melhoria das condições de vida do ponto de vista físico, psíquico e social (Costa & Assis, 2006). Sendo assim, a atenção oferecida busca privilegiar o potencial do adolescente para enfrentar o seu cotidiano e construir uma rede social de apoio. A capacidade de resiliência tem sido apontada como necessária para o enfrentamento das adversidades vividas pelo adolescente, ainda segundo Costa e Assis (2006). Entretanto, o próprio conceito de resiliência merece ser problematizado, uma vez que se alinha a uma ideia de ser humano isolado e abstrato, oferecendo pouca vinculação com os contextos macrossociais (Bleger, 1963).

OBJETIVO

Considerando a hipótese de descompasso entre o cuidado que é proposto pela medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA) a adolescentes e suas condições concretas de vida marcadas pela pobreza e desigualdade social, este trabalho buscou compreender a experiência emocional de adolescentes e familiares com relação à MSE/LA.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Uma pesquisa qualitativa

A escolha do paradigma qualitativo se justifica, na medida em que permite ao pesquisador se aproximar do objeto de pesquisa em seu ambiente natural e favorecer a compreensão de sua singularidade, do contexto em que se produz e dos sentidos que sustentam a experiência de seus participantes (Stake, 2011). Na pesquisa qualitativa, o pesquisador não busca generalizações universais, nem trabalha com critérios de verdade na produção de seu conhecimento, mas se interessa pela experiência singular de seus participantes e parte da premissa de que o conhecimento é historicamente produzido e, portanto, é um saber datado (Flick, 2009).

Para atingir seus objetivos, os pesquisadores qualitativos privilegiam a observação, a entrevista e o contato direto com as pessoas como estratégias de investigação. Segundo Godoy (1995) os sentidos que as pessoas atribuem à determinada situação, objeto, ou vivência surge a partir da interação entre as pessoas. Nessa perspectiva, o encontro dialógico entre pesquisador e participante será o meio apropriado para a produção de sentidos sobre a experiência de adolescentes e de seus familiares no cumprimento da MSE/LA.

Outro aspecto relevante destacado por Godoy (1995) diz respeito à inserção do pesquisador qualitativo no campo a ser estudado, o que lhe permite compreender as condições concretas de vida de seus participantes e seus determinantes socioculturais e, desse modo, acessar a experiência vivida. No presente estudo, a inserção do pesquisador no campo foi anterior à realização desta pesquisa, dada sua atividade profissional como psicólogo em uma instituição que acompanha adolescentes e seus familiares/responsáveis no cumprimento da MSE/LA. Esta imersão anterior no campo vivencial em que a pesquisa se desenrolaria foi particularmente proveitosa tendo em vista a especificidade das experiências ali vividas por pais, adolescentes e profissionais e o jogo de forças que atuam nesse contexto em que muitas demandas e carências se sobrepõem.

2.2 O uso do método psicanalítico em pesquisa

No tocante ao uso da psicanálise na pesquisa, Freud (1923) já a definia como método de investigação dos processos psíquicos que seriam inacessíveis pelos recursos disponíveis pela Medicina da época. Segundo Fulgêncio (2013), apesar dos esforços de Freud em situar a

psicanálise no rol das ciências naturais, a psicanálise acabou se tornando uma ciência hermenêutica capaz de produzir sentidos humanos para os dramas vividos pelas pessoas em seu cotidiano, a saber os sentidos afetivos-emocionais que subjazem às condutas humanas (Bleger 1963/1989; Granato e Aiello-Vaisberg, 2011). Naffah Neto (2006) já argumentava que, avessa a explicações causais, a psicanálise é uma disciplina que oferece metáforas com as quais se pode interpretar a experiência humana.

Hermann (1979) afirma que o que define a psicanálise é seu método, e defende seu uso como potencial gerador de novas compreensões e teorias sobre a experiência humana. Este autor alerta para o risco de se considerar a psicanálise somente como corpo teórico, em seu argumento a favor do uso do método para a investigação dos fenômenos que ocorrem dentro e fora da clínica. Naffah Neto (2006) salienta que o método psicanalítico se fundamenta na associação livre de ideias, por parte do paciente, e na atenção flutuante do terapeuta, estado em que se permite observar as memórias e lembranças que o narrar do paciente lhe despertam. Nesse sentido, o terapeuta assume uma postura de receptividade ao conteúdo afetivo-emocional que lhe é comunicado pelo paciente, deixando-se impressionar pelas vivências do paciente, e pelas suas próprias. Posteriormente, entrará em contato com o material emergente da análise interpretativa para a identificação dos sentidos expressos.

Há diferentes modalidades de trabalhos realizados no âmbito acadêmico que reivindicam o uso da psicanálise. É possível encontrar pesquisas que versam sobre os textos psicanalíticos, sem necessariamente recorrer ao uso do método, a exemplo das pesquisas hermenêuticas realizadas por Fulgêncio (2013). Em outra categoria estão as pesquisas de caráter positivista que se valem de temas abordados pela psicanálise, como é o caso de Simon (1989; 2015) e Yoshida (2008; 2012). Há pesquisas que fazem uso do método psicanalítico, dentro e fora do setting clínico, que são consideradas pesquisas qualitativas com o método psicanalítico como pontuam Aiello-Fernandes, Ambrosio e Aiello-Vaisberg (2012). Segundo Hermann (1979; 2001), as bases desse tipo de pesquisa estão estabelecidas em uma vertente clínica, a exemplo da clínica extensa, que corresponde à investigação da sociedade e da cultura. Podemos observar o próprio Freud (1911/2010) fazendo uso dessa vertente quando, na introdução do caso Schreber, esclarece que não analisou o magistrado, mas sim suas memórias publicadas no livro “Memórias de um doente dos nervos”.

Ferro (2005) defende a psicanálise como método que favorece que as emoções sejam transformadas em narrações, narrações que dariam corpo às emoções, de modo a torná-las visíveis. Dessa maneira, o autor esclarece que o que interessa para a psicanálise são as emoções que subjazem e derivam do gênero narrativo. Além disso, Campos e Cury (2009)

consideram a narrativa como um registro emblemático do drama vivido, de maneira a constituir um meio fidedigno de comunicação dos sentidos do acontecer clínico.

Em virtude dessa potencialidade para acessar a experiência emocional que subjaz a toda e qualquer conduta humana, fizemos uso do método psicanalítico neste estudo, não em sua vertente clínica, mas como método de investigação dos sentidos que os participantes atribuem, consciente ou inconscientemente, às suas experiências de vida.

2.3 Entrevista Transicional e Narrativa Interativa

Em nosso grupo de pesquisa, desenvolvemos um enquadre denominado Entrevista Transicional (ET). Esta modalidade se fundamenta na concepção winnicottiana de que o encontro intersubjetivo, em nosso caso entre pesquisador e participante, pode inaugurar um espaço potencial, em uma sobreposição do brincar, como ocorre na psicoterapia, um espaço de elaboração lúdica do vivido (Winnicott, 1951/1975b; 1971/1975a).

A ET compreende três elementos básicos: o acolhimento; a apresentação e escrita de uma Narrativa Interativa (NI), explicada mais abaixo; e, por último, o diálogo entre pesquisador e participante sobre o tema investigado, de modo a privilegiar o compartilhamento espontâneo das ideias, reflexões e experiências de vida do participante. Tais componentes podem acontecer nesta ordem ou se apresentar em outra composição, já que o pesquisador psicanalista privilegia os movimentos espontâneos do participante.

O acolhimento é o momento inicial, quando pesquisador e participante se apresentam e são explicados os objetivos e procedimentos da pesquisa, os cuidados éticos e o que motiva/justifica a realização do estudo. Dúvidas são esclarecidas, o Termo de Consentimento/Assentimento Livre e Esclarecido é lido e, no caso de concordância do participante em colaborar com a pesquisa, é assinado, estabelecendo condições de sigilo e privacidade. Ali emergem as primeiras impressões do pesquisador a respeito das vivências do participante, da relação que ali começa a se estabelecer, de aspectos do contexto de vida do participante, além dos impactos contratransferenciais.

Em uma segunda etapa do procedimento, o pesquisador apresenta uma Narrativa Interativa (NI) ao participante. A Narrativa Interativa (NI) é uma história fictícia elaborada pelo pesquisador, em conjunto com seu grupo de pesquisa, como abordagem lúdica e protegida do drama que investiga. Em determinado momento, a história se interrompe e o participante é convidado a completá-la a partir de sua própria experiência. O uso desse recurso narrativo, conforme idealizado por Granato e Aiello-Vaisberg (2011; 2013; 2016),

pretende facilitar a emergência de sentidos que sustentam a experiência dos participantes. Inspiradas pelo jogo do rabisco proposto por Winnicott (1971/1984), em sua perspectiva de diálogo lúdico que objetiva a comunicação emocional profunda, a NI é criada por Granato e Aiello-Vaisberg com a finalidade de proporcionar um ambiente de acolhimento ao gesto espontâneo dos participantes de uma pesquisa psicanaliticamente orientada. Como recurso mediador que visa à identificação do participante com o drama vivido pelos seus personagens, o participante é livre para aceitar ou recusar a NI, passando então para a terceira etapa da ET.

Quando o participante finaliza a sua NI, seja verbalmente ou por escrito, tem início a última etapa do procedimento com o convite do pesquisador para o diálogo com o participante, em nosso caso sobre as suas experiências no cumprimento da MSE/LA, momento que visa potencializar a expressão do participante e ampliar a compreensão do pesquisador sobre as vivências ali relatadas.

O uso da NI se baseia na ideia de que o narrar nos permite revisitar e reelaborar experiências vividas a partir do olhar do narrador que, ao contar uma história, passa a fazer parte dela, acrescentando elementos de sua própria experiência (Benjamin, 1936). Conforme pontuam Granato, Corbett e Aiello-Vaisberg (2011), a psicanálise recupera a narrativa como meio de acesso privilegiado à experiência emocional de seu paciente, cujo drama passa a ser expresso em primeira pessoa. As autoras ainda defendem que as narrativas podem iluminar múltiplos campos de sentido afetivo-emocional e se caracterizam como a matéria-prima sobre a qual se debruça o psicanalista. Nesse sentido, a NI se mostra particularmente adequada para uso no contexto de uma pesquisa psicanalítica ao focalizar diretamente o drama que é objeto do estudo, convidando o participante para que se projete naquela trama e assuma o papel de narrador de sua história.

2.4 Narrativa Interativa

Para este estudo que conta com adolescentes e familiares em cumprimento de MSE/LA elaboramos uma mesma NI, com uma pequena modificação no final da história, quando o nome do personagem é modificado conforme ela seja completada pelo familiar ou pelo adolescente participante. Ressaltamos que a elaboração de uma NI que seja convincente e verossímil e, dessa forma, comunique a experiência concreta do participante depende do conhecimento vivencial que o pesquisador tem a respeito do fenômeno/situação/conflito que pretende investigar. O conhecimento teórico sobre o tema do estudo não lhe dá os recursos necessários para a criação de uma NI que "converse" com o participante, nem precisa ele ter

vivido nesse contexto, mas que tenha tido um período de observação no campo antes de elaborar a NI. Também não nos escapa a possibilidade de viés de um pesquisador profundamente engajado no campo da pesquisa, situação que buscamos dirimir mediante contínuas discussões com o Grupo de Pesquisa, cujos pesquisadores investigam outras temáticas e se tornam, portanto, analistas mais isentos. Apresentamos abaixo as duas NI elaboradas e apresentadas para os participantes deste estudo.

2.4.1 Narrativa interativa para familiares/responsáveis

Era uma segunda-feira de manhã e o tempo estava chuvoso. Helena acordou cedo e preparou o café. Em seguida, foi até o quarto de seu filho.

– Aquiles, acorda filho, precisamos ir pra medida socioeducativa.

– Não quero ir, quero ficar dormindo – disse ele. Helena insistiu:

– Filho levanta e se arrume pra gente ir, é coisa da sua responsabilidade, se não tivesse feito o que fez não precisava ir lá agora, já que fez, agora vamos. Levanta, vamos logo!

Ele se levantou, se trocou, tomou seu café e acompanhou a mãe até o ponto de ônibus sem trocar uma palavra.

Dentro do ônibus, no caminho, Aquiles e Helena pensavam como seria essa tal medida. Helena rompe o silêncio e começa a conversar com o filho:

– Nossa, é muito longe de casa, né? Faz um tempão que pegamos o ônibus. Será que dessa vez você vai deixar de me dar trabalho?

– É muito longe, vou só hoje e depois não vou mais – Aquiles responde.

– Mas filho, se você não for pode acontecer alguma coisa, não é mesmo?

– Ah mãe, não dá nada não!

– Você sempre diz isso e olha o que aconteceu, até eu tenho que ir conversar sobre algo que eu não fiz.

Mas Helena continua cismada:

– O que será que eles pedem pra gente fazer?

– Não sei o que faz não. Os meninos do bairro dizem que faz uns cursos lá. Mas não sei que tipo de curso. Será que eles arrumam emprego pra gente?

De repente, Aquiles se levanta e puxando sua mãe pelo braço diz:

– Vamos descer mãe, é esse o ponto.

– Calma menino, deixa pegar minha bolsa!

Ao chegarem na recepção, havia mais meninos aguardando atendimento. Aquiles se sentou ao lado de sua mãe e ficou ouvindo a conversa dos outros meninos enquanto sua mãe pegava um pedaço de bolo e tomava um gole do café que estava servido. Não demorou muito e logo uma dupla de profissionais veio chamá-los para o atendimento. A conversa não demorou e logo foram embora. No caminho de volta para casa, começaram a conversar sobre como tinha sido aquela experiência e Helena comentou...

2.4.2 Narrativa interativa para adolescentes

Era uma segunda-feira de manhã e o tempo estava chuvoso. Helena acordou cedo e preparou o café. Em seguida, foi até o quarto de seu filho.

– Aquiles, acorda filho, precisamos ir pra medida socioeducativa.

– Não quero ir, quero ficar dormindo – disse ele. Helena insistiu:

– Filho levanta e se arrume pra gente ir, é coisa da sua responsabilidade, se não tivesse feito o que fez não precisava ir lá agora, já que fez agora vamos. Levanta, vamos logo!

Ele se levantou, se trocou, tomou seu café e acompanhou a mãe até o ponto de ônibus sem trocar uma palavra.

Dentro do ônibus, no caminho, Aquiles e Helena pensavam como seria essa tal medida. Helena rompe o silêncio e começa a conversar com o filho:

– Nossa, é muito longe de casa, né? Faz um tempão que pegamos o ônibus. Será que dessa vez você vai deixar de me dar trabalho?

– É muito longe, vou só hoje e depois não vou mais – Aquiles responde.

– Mas filho, se você não for pode acontecer alguma coisa, não é mesmo?

– Ah mãe, não dá nada não!

– Você sempre diz isso e olha o que aconteceu, até eu tenho que ir conversar sobre algo que eu não fiz. Mas Helena continua cismada:

– O que será que eles pedem pra gente fazer?

– Não sei o que faz não. Os meninos do bairro dizem que faz uns cursos lá. Mas não sei que tipo de curso. Será que eles arrumam emprego pra gente?

De repente, Aquiles se levanta e puxando sua mãe pelo braço diz:

– Vamos descer mãe, é esse o ponto.

– Calma menino, deixa eu pegar minha bolsa!

Ao chegarem na recepção, havia mais meninos aguardando atendimento. Aquiles se sentou ao lado de sua mãe e ficou ouvindo a conversa dos outros meninos enquanto sua mãe pegava um pedaço de bolo e tomava um gole do café que estava servido. Não demorou muito e logo uma dupla de profissionais veio chamá-los para o atendimento. A conversa não demorou e logo foram embora. No caminho de volta para casa, começaram a conversar sobre como tinha sido aquela experiência e Aquiles comentou...

2.5 Narrativas transferenciais

O pesquisador não gravou as entrevistas, como é próprio do método psicanalítico, mas realizou o registro de cada entrevista sob a forma de Narrativas Transferenciais (NT), onde descreveu de modo pessoal e implicado o contexto da entrevista, as associações produzidas pelos participantes, a interação entre participante e pesquisador, e suas impressões contratransferenciais (Aiello-Vaisberg, Machado, Ayouch, Caron & Beaune, 2009). Os nomes dos participantes foram substituídos por um pseudônimo de modo a garantir o seu anonimato, assim como informações pessoais foram ocultadas garantindo o sigilo.

As primeiras quatro entrevistas, agendadas com as famílias de adolescentes, foram realizadas nas residências dos participantes, enquanto as demais, agendadas com os adolescentes ocorreram na sede da própria instituição em que a MSE/LA é aplicada.

2.6 Campos de sentidos afetivo-emocionais

A análise interpretativa do material narrativo de cada participante, composto pela NI e pela NT, objetivou identificar campos de sentidos afetivo-emocionais que subjazem à experiência vivida pelos participantes em relação à MSE/LA. Em uma segunda etapa, essa análise individual preliminar foi compartilhada e discutida com o grupo de pesquisa a fim de verificar sua adequação e plausibilidade. Em seguida, passamos a delinear campos de sentidos que fossem coletivos, isto é, que traduzissem as vivências desses dois grupos de participantes – adolescentes e pais/responsáveis. Como pesquisadores qualitativos não nos interessa a frequência nem a homogeneidade de produções narrativas que configuram um campo de sentidos coletivos, antes o contrário, pois nos interessa explorar os múltiplos sentidos que, em sua convergência, determinam um campo de experiência o qual pode ou não ser compartilhado por todos os participantes. Desse modo, foi identificado um campo de sentidos mais amplo, porque compartilhado por adolescentes e familiares em termos de sua

experiência emocional, ao qual demos o título emblemático “Sobrevivendo no inferno”. A criação/descoberta deste campo só nos foi possível a partir da identificação de dois outros campos que, numa análise mais aprofundada, se mostraram subcampos do primeiro, sendo nomeamos como “O grito dos silenciados”, em referência à repressão de subjetividades e a opressão de indivíduos, e “A medida ... é tipo uma coluna que sustenta” o qual alude ao papel da MSE/LA na vida dos adolescentes. Em sua especificidade vivencial, os dois subcampos reunidos apontaram para a experiência emocional dos dois grupos de participantes de estarem, cada um a seu modo, sobrevivendo no inferno, isto é, vivendo uma experiência de hostilidade desagregadora que desencadeia a luta pela sobrevivência, como o são a guerra, a fome e a violação dos direitos humanos básicos.

2.7 Participantes e Local da pesquisa

Os adolescentes que foram convidados para participar, voluntariamente, desta pesquisa cumpriam MSE/LA em uma OSC que oferece esse serviço em um município do interior paulista. Essa OSC contava na época da pesquisa com duas duplas Psicossociais e quatro Orientadores de Medida cada uma. Pelo fato do pesquisador integrar uma das equipes, em sua prática profissional, não foram convidados os adolescentes que eram atendidos pela equipe da qual o pesquisador fazia parte.

Os convites para a participação na pesquisa foram realizados por meio de contatos telefônicos com os adolescentes e seus familiares pelos Orientadores de Medida e pela dupla Psicossocial. Além disso, também foi feito um convite verbal durante as atividades institucionais, sendo as entrevistas agendadas pessoalmente ou por meio de contatos telefônicos, conforme preferência do participante. No momento do convite era esclarecido para o adolescente que sua participação na pesquisa era voluntária e não tinha nenhuma relação com o acompanhamento processual da MSE/LA.

Os profissionais da equipe colaboradora mediarão o convite aos participantes da pesquisa, observando o critério de voluntariedade. Os critérios que os profissionais utilizaram para o recrutamento de participantes foram: adolescentes que no momento da realização da pesquisa apresentavam frequência regular no cumprimento da medida socioeducativa, assim como aqueles adolescentes que julgaram que poderiam contribuir para a discussão do trabalho. Na ocasião do convite, os adolescentes foram esclarecidos sobre a voluntariedade de sua participação e que não teria qualquer implicação para o acompanhamento da medida socioeducativa.

Participaram desta pesquisa 06 adolescentes que cumprem MSE/LA, na faixa etária entre 16 e 19 anos, além de 05 familiares responsáveis por adolescentes que cumprem MSE/LA. Os familiares, uma avó, três mães e um pai foram entrevistados em suas residências e os adolescentes, três meninos e uma menina, na própria instituição onde cumprem a Medida.

Cinco adolescentes que se voluntariaram a participar da pesquisa já haviam completado a maioridade, dispensando a assinatura do Termo de Consentimento por parte dos pais. A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, por parte dos adolescentes, se realizou no início da entrevista. Somente uma adolescente que participou da pesquisa ainda não tinha completado 18 anos e foi necessário que a mãe assinasse o Termo de Consentimento.

Os participantes deste estudo residem em bairros de abrangência de atendimento da executora de medida socioeducativa que colabora com esta pesquisa. Em alguns desses bairros, cujo índice de vulnerabilidade social é alto, encontramos residentes com renda insuficiente para sua subsistência e difícil acesso às Políticas Sociais como saúde, assistência, educação, esporte, lazer e habitação.

As entrevistas com os adolescentes ocorreram de maneira individual nas dependências da própria instituição que contou com espaço adequado de maneira a garantir o sigilo e a privacidade dos participantes. Contudo, dois adolescentes foram entrevistados em suas residências. Isso ocorreu devido à dificuldade de agendar atendimento com os adolescentes na instituição. No início do período em que as entrevistas foram realizadas, a OSC passava por um difícil momento. A população do bairro onde a instituição oferecia os atendimentos, em conjunto com um vereador que também residia nas redondezas, se mobilizou e realizou ações para que a OSC deixasse de atender na região. Os moradores associavam as ocorrências de roubo aos adolescentes atendidos.

Nesse período, ocorreram situações em que os trabalhadores chegaram para trabalhar e foram abordados e hostilizados pelos moradores que protestavam. As rondas das viaturas policiais se intensificaram ao redor da casa onde a OSC ofertava seus serviços. E, segundo os relatos, os policiais seguiam os adolescentes que estavam a caminho da instituição para serem atendidos. Diante desses fatos, a equipe decidiu suspender os atendimentos até encontrarem outra casa que pudesse servir de local para realizar os atendimentos. O processo todo, desde encontrar outra casa, realizar a mudança e retomar os atendimentos levou por volta de 30 dias. Após esse período, foi possível agendar as entrevistas com os adolescentes nas novas dependências da OSC.

Em relação às famílias voluntárias, foram realizadas visitas domiciliares para a realização da entrevista, evitando interferir em seu cotidiano e considerando as dificuldades de mobilidade que essa população enfrenta. Vale ressaltar que o enquadre de Visita Domiciliar é procedimento padrão de intervenção das duplas Psicossociais, o que preserva o vínculo família-instituição, além de permitir a abordagem da família em seu próprio contexto de vida, como é prerrogativa da pesquisa qualitativa.

Para realizar estas visitas, o pesquisador utilizou seu próprio carro para chegar às casas das famílias. Nos dias agendados, compareceu até a instituição para se informar a respeito do endereço da família. E então, de posse das informações, se dirigiu até os endereços indicados. Em um único caso, ocorreu que o Orientador acompanhou o pesquisador até a casa da família por estar localizada há algumas quadras da instituição.

Apresentamos a seguir (Tabela 1) uma breve caracterização dos adolescentes atendidos pela MSE/LA que se voluntariaram a colaborar com esta pesquisa. Na sequência, apresentaremos um conjunto de dados sobre a população de adolescentes atendidos na Medida à época da coleta de dados.

Tabela 1- Caracterização dos adolescentes participantes

	Sabrina	José Luiz	Wallace	Jeremias	Fernand o Blue	Romario
Idade	16	19	19	18	19	19
Gênero	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Mãe	Presente	Ausente	Ausente	Presente	Presente	Presente
Pai	Ocasional	Ausente	Ocasional	Ausente	Presente	Ausente
Responsável	Mãe	Avó	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
Ato infracional	Homicídio qualificado	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas	Roubo	Tráfico de drogas	Tráfico de drogas
Reincidência	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
Tempo de MSE/LA	9 meses	6 meses	6 meses	9 meses	6 meses	9 meses

Medida protetivas	Matrícula escolar + Tratamento CAPSij	Matrícula escolar + Tratamento CAPSAD + CR LGBTQ+	Matrícula escolar + Tratamento CAPSAD	Matrícula escolar	–	Matrícula escolar + Tratamento CAPSAD
Região de residência	Norte	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste	Sudoeste

A Tabela 2 apresenta uma breve caracterização dos familiares que se voluntariaram a participar da pesquisa. Essa amostra nos aponta para a prevalência da figura feminina como responsável pelo acompanhamento socioeducativo dos adolescentes. Somente uma das famílias entrevistadas contava com a presença da figura masculina. Outro aspecto que chama a atenção é a baixa remuneração mensal dessas famílias e a marginalidade quanto à inserção no mercado de trabalho formal.

Tabela 2 - Caracterização dos familiares participantes¹

	Elza	Seu Rocha & Cassandra Dona Benta	Madalena
Idade	46	75 + 55	60
Estado civil	Solteira	Casados	Casada
Ocupação	Funcionária Pública	Aposentado + do lar	Aposentada
Renda Mensal	R 3.200,00	2.000,00	R\$ 980,00 (Aposentadoria do Esposo) + R\$1500,00 (aluguel casas) = R\$2.480,00

¹ Para escolha dos familiares foi utilizado o mesmo critério de escolha dos adolescentes.

Benefícios socioassistenciais	-	-	-	Bolsa Família
Região de residência	Noroeste	Sudoeste	Sudoeste	Norte

Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa na instituição colaboradora do estudo são oriundos de bairros carentes e, conseqüentemente, das camadas sociais menos favorecidas. Em sua maioria, são negros, pobres e residentes em regiões periféricas da cidade, tendo pouco ou nenhum acesso a bens culturais e sociais conquistados pela sociedade. Muitos deles complementam a renda familiar com o fruto de atos infracionais. A maioria deles apresenta fragilidades em seu processo de aprendizagem, de modo que, em algumas situações, chegam aos 15 anos sem saber ler nem escrever. Alguns são reincidentes e retornam para a MSE/LA, outros são encaminhados após cumprirem medida socioeducativa em meio fechado. As famílias atendidas neste programa apresentam uma multiplicidade de arranjos, como famílias recompostas, monoparentais e tradicionais (pai e mãe).

Para realizar as Entrevistas Transicionais, o pesquisador contou com o apoio dos profissionais – Orientadores de Medida e a dupla psicossocial (Psicóloga e Assistente Social) – que atendem os adolescentes na instituição colaboradora nesta pesquisa. Nessa instituição são atendidos em média 140 adolescentes das regiões Noroeste, Sudoeste e Sul de um município paulista. Há duas equipes de trabalho, sendo que ambas contam com uma dupla psicossocial (Psicólogo e Assistente Social) e quatro Orientadores de Medida, os quais possuem formações diversas em áreas afins. A medida pressupõe que os Orientadores de Medida façam atendimentos individuais semanais aos adolescentes, enquanto a dupla psicossocial realiza o acompanhamento dos familiares/responsáveis pelos adolescentes, além de contribuir com direcionamentos a respeito dos atendimentos individuais realizados com os adolescentes. Dessa maneira, nesta instituição, cada equipe atende em média 70 adolescentes e seus familiares/responsáveis.

Para que o leitor tenha uma ideia da população atendida à época da coleta de dados na instituição colaboradora, o número total de atendidos na MSE/LA era de 126 adolescentes, sendo 116 meninos e 10 meninas, dos quais 123 tinham a mãe como responsável legal, dois tinham o pai e um contava com a avó. A idade de acolhimento desses adolescentes variava entre 12 e 18 anos, com maior incidência entre 14 e 17 anos. Quanto ao tipo de infração

cometida, temos ao redor de 0,8% dos adolescentes atendidos por dano; 0,8% por homicídio doloso; 0,8% por periclitación da vida e da saúde/ perturbação do trabalho ou sossego alheio; 1,6% por porte de arma; 1,6% por latrocínio; 3% por estupro; 3% por furto; 6% por lesão corporal; 6% por receptação; 6% por roubo qualificado; 26% por tráfico de drogas e 42% por roubo simples.

De acordo com os dados acima, podemos concluir que os adolescentes são na maioria meninos, na faixa de idade de acolhimento entre 14 e 17 anos, que contam com a mãe como responsável legal e cujos atos infracionais se concentram nas categorias ligadas a roubo e tráfico de drogas.

3. ENTREVISTAS TRANSICIONAIS

3.1 Entrevista Transicional com Elza

Gaspar, filho de Elza, foi encaminhado para cumprir medida socioeducativa, após o judiciário responsabilizá-lo por um furto realizado na escola. Segundo o Poder Público, ele e mais alguns adolescentes teriam furtado uma televisão. Segundo Elza, seu filho não estaria envolvido no ato infracional. Ela acredita que ele assumiu a autoria para não entregar o verdadeiro autor. Em decorrência desse ato infracional, o juiz determinou que Gaspar cumprisse uma Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida por seis meses.

Quem o acompanha como responsável é sua mãe. Atualmente, Elza é funcionária pública, tem formação em contabilidade e em ciência da computação. Durante muito tempo trabalhou em setores administrativos de uma universidade pública. O pai de seus filhos, já falecido, também foi funcionário público, chefe de um setor na mesma Universidade em que ela trabalhava.

Gaspar reside com sua mãe Elza e seu irmão mais velho, Júlio, em uma região periférica da cidade, uma das mais populosas e socialmente vulnerável. O acesso ao bairro em que está a casa da família se dá através de uma extensa via por onde os moradores têm acesso à região central da cidade. Atualmente, essa via está em obras para melhoria do transporte público, o que tem causado bastante trânsito e alguns transtornos para os moradores dessa região. Uma das consequências dessas obras é o aumento no tempo de viagem até o centro da cidade ou até bairros próximos. Os trabalhadores dessa região, assim, têm enfrentado mudanças em sua rotina, tendo que acordar mais cedo e sair de casa antes do que era habitual para chegar ao trabalho no horário de sempre. Por ser uma região bastante populosa, há um grande fluxo de automóveis, motos e ônibus.

Dirigi por essa via até chegar ao acesso para o bairro. Ao sair por esse acesso, percorri uma rua pela qual cheguei ao bairro. Percebi ao meu lado direito um grande pasto, e ao meu lado esquerdo ruas asfaltadas e inclinadas em virtude do relevo do bairro. Alguns metros à frente avistei a rua onde está a casa da família, subi por ela poucos metros e logo estacionei na sombra de uma árvore ao lado da casa. Esta era toda fechada por um portão de grades vazadas, o telhado encontrava com o topo do portão. Observei a porta da sala aberta e pude escutar o barulho da televisão que noticiava os acontecimentos da cidade e da região. Era próximo ao horário do almoço. Chamei por Elza que demorou um pouco até me atender. Ao ser recebido por ela, me apresentei e disse que estava ali para realizar a pesquisa.

Ela me convidou para entrar, e logo disse que após o almoço tinha que ir ao trabalho. Perguntei se iria atrapalhar, e se ela gostaria de realizar a entrevista em outro momento, mas ela disse que tudo bem a fazermos naquela hora. Entramos na sala, ela me ofereceu para sentar o sofá próximo à porta da sala, se precipitou para sentar no mesmo sofá no qual eu estava sentado, mas no meio de sua ação mudou de ideia e sentou-se no sofá ao lado. A casa estava organizada e repleta de eletrodomésticos, como televisores, aparelhos de som, videogame. Também estava bem acabada, de maneira simples, mas com a garantia de pisos e pinturas em bom estado de conservação.

Ao sentar no sofá, me apresentei e expliquei sobre a pesquisa e como aconteceria a entrevista. Elza concordou em participar e então fiz a leitura da Narrativa Interativa. Após a leitura da NI, ela preferiu ditar o final da história, e, dessa maneira, passei a escrever o que me ditava. Ao final Elza produziu esta Narrativa:

Helena comentou a vergonha que ela sentiu de estar naquele local, em ser comparada com mãe de bandido. Analisou a educação que ofereceu para o filho, não esperava aquilo para o filho e para si, pois sempre orientou a respeito das amizades erradas, das escolhas, das companhias... Sempre deu o necessário e além do que o filho precisava, e sempre procurou ser amiga, escutar, orientar, falar, aceitar algumas opiniões, mas parece que não foi o suficiente.

Quando terminou sua história, Elza falou da sua incompreensão sobre a atitude de seu filho, pois *sempre procurou oferecer tudo do melhor que podia para seu filho*". De fato, a casa estava repleta de artigos que atraem o gosto e a atenção dos jovens, como o videogame mais atual do mercado, o aparelho de televisão, um som potente. Ela considera o cometimento do ato infracional uma consequência da gestação conturbada e dos conflitos decorrentes de situações envolvendo seu companheiro na época, pai de seus filhos. Em relação à gestação de seu primeiro filho, Júlio, Elza contou que ocorreu de maneira tranquila. Segundo sua percepção, Júlio sempre foi uma criança tranquila. Por outro lado, Gaspar sempre foi mais agitado.

Elza relatou que durante seu casamento percebia que em alguns momentos seu companheiro ficava mais agressivo. Também relatou que ele sempre fez uso de álcool. Um tempo após o falecimento de seu sogro, Elza percebeu que o companheiro intensificou o uso de álcool de maneira a atrapalhar o desempenho no trabalho, sendo então remanejado de chefe de setor para funcionário do almoxarifado. Tornou-se ainda mais agressivo dentro de casa. Segundo relatou, seu sogro também apresentava um padrão de uso abusivo de álcool. Em relação a essa condição, Elza falou que se sente presa, como em uma cadeia, e que se

soubesse a respeito do uso abusivo de álcool não teria “*entrado nessa*”. Ela cuidava de seu sogro, pois seu marido não conseguia cuidar do pai. Naquela época, ela tinha o auxílio de seu cunhado.

Elza explicou que a segunda gravidez, a de seu filho Gaspar, foi conturbada, pois nesse período seu companheiro fazia uso de uma garrafa de pinga por dia e era muito agressivo com ela. Seu companheiro a agrediu fisicamente diversas vezes. Explicou que em algumas dessas situações, por ter a pele muito clara, ficava cheia de marcas das agressões que sofria. Em uma dessas ocasiões, quando chegou para trabalhar, seus colegas perceberam e logo se mobilizaram para oferecer algum tipo de apoio a ela.

Sua família, muito ligada aos valores religiosos, não a apoiava e não a encorajava para o divórcio; ao contrário, diziam que ela tinha que suportar, pois tinha escolhido se casar com ele, e o casamento era para sempre. Seguiu entre uma agressão e outra até que alguns amigos do trabalho e da comunidade se organizaram e a auxiliaram na mudança de casa e nas despesas iniciais com aluguel.

Elza foi agente de saúde no bairro onde reside, e auxiliou desde na escolha da casa onde seria instalado o Centro de Saúde, até nas primeiras ações na comunidade. Ela conhece bem a comunidade e sua vizinhança. Após a separação, ela continuou residindo no mesmo bairro, a apenas algumas quadras de sua antiga casa. Sendo assim, ainda residia próximo à casa de seu ex-companheiro. Com a mudança as agressões diminuíram, contudo as ameaças continuaram presentes na vida de Elza e de sua família. Ainda assim, eram frequentes as situações em que seu ex-companheiro aparecia na frente do portão de sua casa e fazia ameaças; por vezes, até mostrava uma arma, de maneira a ameaçá-la.

Mesmo após a separação, Elza continuou cuidando de algumas coisas referentes ao seu ex-companheiro. Explicou que por vezes foi até o INSS para cuidar de questões que seriam de interesse dele. Segundo Elza, enquanto ele estava vivo ela não conseguia se relacionar amorosamente com nenhuma outra pessoa, dadas as ameaças que ele fazia, mesmo tempos depois da separação.

Ela contou que, por volta de um ano atrás, seu ex-companheiro e pai de seus filhos faleceu em decorrência de complicações de seu estado de saúde, comprometido devido ao uso abusivo de álcool. Ela percebeu algumas mudanças após esse falecimento. Seu filho, Júlio, decidiu entrar para o exército. Pouco tempo antes do falecimento, quando seu ex-companheiro tinha intensificado o uso de álcool e as agressões a ela, percebeu que Júlio apresentou bloqueio no aprendizado. Nessa época, ela foi atendida pelas Políticas Públicas que se encarregam de cuidar de mulheres vítimas de violência doméstica. Seu filho mais velho que

apresentava sinais de dificuldade de aprendizado também passou por atendimento psicológico, e logo retomou o percurso de seu desenvolvimento. Já seu filho mais novo, Gaspar, não apresentava sinais de que as coisas não iam bem com ele. Sempre muito bem adaptado na escola e nas situações, não apresentou sinais evidentes de que necessitava de uma atenção específica. Por isso, Elza relatou surpresa quando soube que Gaspar havia cometido um ato infracional.

Sobre essa questão, Elza explicou que se seu filho tivesse recebido atenção psicológica adequada não teria cometido o ato infracional. Acredita que ela, enquanto mulher vítima de violência doméstica, recebeu os cuidados e a atenção adequada; entretanto, seu filho não recebeu a atenção das Políticas Públicas de que necessitava, indicando assim uma fragilidade da rede nos cuidados específicos dessa população, segundo sua percepção. Elza demonstrou ser uma mulher esclarecida para as questões de saúde. Mesmo que não seja especialista em saúde mental, por ter atuado como agente de saúde na atenção básica, tem, minimamente, a ideia dos cuidados necessários para a saúde das pessoas. Ainda assim teve dificuldade em identificar que seu filho necessitava de um apoio específico.

Outra mudança após o falecimento de seu ex-companheiro foi que Elza conseguiu iniciar uma nova relação. Contou que seu novo companheiro sabe de tudo que acontece em sua vida, inclusive que eu estaria ali para realizar a pesquisa. Entretanto, há uma coisa que ela ainda não conseguiu contar para ele. Elza disse que tem muita vergonha de contar a verdade sobre seu filho Gaspar. Explicou para ele que seu filho deveria ser acompanhado porque tinha se envolvido em uma briga e acabou quebrando umas coisas na escola. Dessa maneira, não conseguiu contar que ele havia furtado a televisão e por isso estava cumprindo uma medida socioeducativa.

Elza contou que o atual namorado também tem problemas familiares: sua ex-companheira fazia uso abusivo de substâncias ilícitas, o que motivou a separação do casal. Ele tem uma filha de seu casamento anterior. Elza tem procurado conversar bastante a respeito dos desafios que encontram no cotidiano. Explicou que compartilha tudo o que acontece com o novo companheiro, suas angústias e alegrias, e tem se sentido apoiada por ele nesse momento de sua vida.

Ao final da entrevista, após a história e lágrimas compartilhadas, Elza foi até o fundo da casa para perguntar se Gaspar gostaria de participar da entrevista. Logo ela retornou e disse que seu filho não apresentou interesse em participar. Ele preferiu ficar deitado na rede mexendo no telefone celular. Elza contou que, atualmente, seus filhos não têm uma relação muito próxima. Por vezes, um está na sala assistindo a um jogo, por exemplo, enquanto o

outro no mesmo momento está no quarto assistindo ao mesmo jogo. Também contou que Gaspar não tem apresentado muito interesse por fazer coisas; disse que ele gosta de ficar fumando maconha com os amigos e que, por vezes, faz isso em casa, o que é motivo de muito incômodo.

Nesse momento, fui encerrando a entrevista, agradei sua participação e me coloquei à disposição para qualquer eventualidade ou esclarecimentos necessários. Ela se mostrou muito contente e também preocupada em contribuir com a pesquisa. Me acompanhou até o portão e se despediu querendo saber como eu havia chegado até ali. Expliquei, apontando para o carro, que tinha ido dirigindo até lá.

3.2 Entrevista Transicional com Kassandra e José Luis

José Luis é um jovem que, atualmente, conta 19 anos de idade. Ele foi encaminhado para cumprir Liberdade Assistida por um período de seis meses, devido ao envolvimento com tráfico de drogas. Cumulado com medida socioeducativa, o juiz determinou que fossem cumpridos como medida protetiva a matrícula escolar, o tratamento para uso de substâncias psicoativas e o encaminhamento para as políticas que cuidam das questões LGBTQ+. José Luis está cumprindo a Medida por mais de seis meses, pois sua frequência é irregular – ele chega a ficar um mês sem comparecer a nenhum atendimento. Retomou seu acompanhamento, recentemente, após um considerável período em descumprimento de medida.

A casa onde José Luis mora com sua avó, Kassandra, é próxima a uma importante avenida que liga uma das regiões mais populosas ao centro da cidade, e também fica próxima à ONG onde ele deve comparecer para cumprir sua medida. Ao chegar à casa para realizar a entrevista, percebi que havia uma placa de “vende-se” no portão, um carro mais novo na garagem e outro carro um pouco mais velho estacionado em uma parte do quintal da frente da casa. Tive sensação de que o carro não funcionava mais há um bom tempo. Era logo após o almoço, por volta das 13h30, conforme havia sido agendado previamente pela psicóloga da equipe que acompanha o caso.

Ao bater palmas, fui recebido pelo companheiro de Kassandra, José Jordão. Muito simpático, abriu o portão e me convidou para sentar no sofá da sala enquanto aguardava por Kassandra. A televisão noticiava os acontecimentos daquele dia. Sentei-me no sofá coberto por uma capa de tecido vermelho e aguardei por alguns minutos. Ao meu lado direito havia uma copa, separada da cozinha por uma parede. Em frente essa copa havia um quarto onde estava José Luis deitado em sua cama. Observei pela porta entreaberta e percebi que havia

duas beliches no quarto. José Luis dormia na cama de baixo de uma dessas beliches, na que estava encostada na parede, distante da porta. No quarto, com ele, havia uma menina, aparentemente na adolescência, e um jovem, aparentemente mais velho. Logo esse jovem saiu pela porta e cruzou a sala sem olhar muito para o lado, mas mesmo assim o cumprimentei e ele respondeu à saudação. Tive a sensação de que ele poderia ter cumprido alguma pena no sistema penitenciário. Ao lado desse quarto havia uma porta, aparentemente de um outro quarto, que estava fechada.

Enquanto eu aguardava, José Jordão sentou-se no sofá que dividia a sala da copa e começou a conversar. Ele se queixou do atual governo e falou de algumas de suas aventuras, de quando era mais novo. Enquanto a conversa ocorria, um senhor se levantou da mesa da cozinha, atravessou a copa e a sala com seu andador e se sentou no outro sofá que estava a minha esquerda. Era o irmão de Cassandra, que utilizava um andador porque teve uma de suas pernas amputadas. Ficou ali quieto, acompanhando nossa conversa e as notícias do jornal.

Não muito tempo depois dessa observação, José Luis saiu do quarto, aparentemente muito animado, e veio me cumprimentar. Disse que estava tudo bem com ele, e perguntou o que eu estava fazendo por ali. Expliquei um pouco a respeito das entrevistas e do projeto de mestrado. Em seguida, sua avó, Cassandra, veio da cozinha, ficou em pé ao lado do sofá onde José Jordão estava sentado e se colocou à disposição. Seu companheiro se levantou e me deixou na sala com Cassandra e seu irmão. Então, me apresentei e comecei a explicar do que se tratava a pesquisa e como aconteceria a entrevista. Em determinado momento da minha explicação, ela me perguntou se eu queria conversar ali na sala mesmo, e eu disse para ela sugerir um local onde ela ficasse mais à vontade.

Então, ela sugeriu que tivéssemos a conversa no fundo da casa, onde ela tem um jardim, na sua *fazenda*". Ao fazer a sugestão, pediu para que eu aguardasse mais alguns minutos, pois ela precisava organizar o espaço. Foi até a porta do quarto que estava fechada e conferiu se estava trancada. Em seguida, saiu pela cozinha e foi para os fundos da casa. Continuei sentado no sofá aguardando. Pouco tempo após ela sair da sala, José Luis atravessou o cômodo para alcançar a garagem da casa, acendeu seu cigarro, olhou para mim e perguntou se sua avó tinha me deixado ali sozinho. Expliquei para ele que ela tinha ido até o quintal dos fundos preparar um lugar para conversarmos. Ao escutar minha resposta, fez uma expressão que me fez pensar que ele estava insinuando algo sobre as faculdades mentais de sua avó.

Não muito tempo depois disso, escuto uma voz que avança dos fundos da casa, atravessa a cozinha e me alcança na sala, me convidando para ir até o fundo. Ao adentrar a cozinha, encontro com José Jordão, que se encarregou de me mostrar o caminho. Para chegar à *fazenda* da casa, foi preciso sair por uma porta lateral da cozinha, avançar por um pequeno corredor, cheio de plantas em vasos, que estavam no chão e também pendurados na parede por vários paletes. Me precipitei no estreito corredor e fui recebido por alguns cachorros e gatos, que se multiplicavam à medida que ia caminhando para o fundo da casa. Em meio aos gatos, cachorros, potes para alimentação dos bichos, gatos comendo a ração dos cachorros, fui apresentado ao papagaio da casa que morava junto com os outros bichos na tal *fazenda* de Cassandra. O papagaio era desses que falavam e, segundo Cassandra, incentivava os bichos a brigarem entre si e sempre contava para ela o que acontecia ali naquele espaço.

Na *fazenda*, o chão era coberto por uma camada de cimento, e havia um espaço de terra onde algumas plantas cresciam em meio a alguns entulhos abandonados por ali. O solo tinha um aspecto seco e de que não era trabalhado há um bom tempo. Havia alguns materiais abandonados por ali, ao lado de um coqueiro, algumas espadas de São Jorge e outras plantas menores. Havia também uma espécie de edícula, dois cômodos separados por uma área de lavanderia. Nos sentamos em volta de uma mesa entre o coqueiro e essa edícula, de modo que o coqueiro fazia sombra onde estávamos sentados.

Ao me sentar à mesa com a toalha posta, retomei a explicação sobre a pesquisa e as entrevistas. Expliquei que apresentaria uma história que não tinha um final e ela seria convidada a dar um final para essa história, e em seguida iríamos conversar sobre a atividade e sobre as situações da vida. Ela emendou repetindo a palavra vida e começou a contar que José Luis mora com ela desde sempre. Contou que a mãe dele teve depressão pós-parto e começou a ficar agressiva com o neto. Ela, então, pegou José Luis e o levou para morar com ela.

Nesse momento, Cassandra franziu a testa, fixou seu olhar em meus olhos, e após um instante de silêncio disse que aprendeu muito lendo o livro que é José Luis, e que acredita que esse tempo todo tem trazido muito aprendizado para ela. Em seguida, olhou para o gato que tinha subido na mesa para cheirar uma das plantas que estava próxima, chamou-o pelo nome, ordenou que descesse de cima da mesa e ficou encarando-o. O gato nem tomou conhecimento da ordem que lhe era dirigida. Aproveitou para cheirar um pouco mais a planta. Foi advertido mais uma vez, mas continuou ali, no seu tempo. Quando quis, desceu por sua própria vontade, meio que alheio ao que era falado daquela mesa que lhe serviu de apoio.

Kassandra voltou seu olhar novamente para mim e me disse que, desde que José era pequeno, percebia que tinha algo diferente nele. Ele nasceu e foi batizado com o nome de Jenifer. Quando tinha seus 12 anos, sempre que ganhava bonecas, brincos ou pulseiras, não se mostrava muito contente e sempre dava um jeito de perder seus presentes. Kassandra contou que quando José Luis tinha por volta de 14 anos, foi violentado sexualmente pelo seu padrasto. Desde então começou a se transvestir e escolheu o nome de José Luis. Após contar esse fato, olhou atentamente para meus olhos e disse que esse era o grito dos silenciados.

Em seguida, Kassandra se lembrou do início de sua infância, e que durante esse período sempre apanhou de seu pai. Contou que, quando tinha 12 anos, seu pai lhe deu uma surra no meio da rua. Depois disso, ela saiu de casa com a roupa do corpo e foi morar dentro de um desses tubos para águas pluviais que ainda não tinha sido instalado. Explicou que improvisou uma maneira de fechar as extremidades do tubo e ficou por um tempo morando dessa maneira. Certo dia seu pai descobriu onde ela estava ficando, foi até lá e quebrou todas as suas coisas. Então, ela começou a morar em valetas abertas para instalar essas tubulações de água pluvial.

Tempos depois, começou a trabalhar em casas de famílias, em condição análoga à escravidão, segundo seu relato. Contou que a casa onde mora atualmente ela recebeu como herança de seu pai. Ali foi sua *senzala*”, sofreu muito naquela casa e se lembrou das surras que o pai lhe dava. Logo depois, repetiu que tem aprendido muito com essa situação com José Luis. Nos últimos tempos, tem conversado com uma sobrinha que é psicóloga, que a tem auxiliado muito nesse momento.

Após esse relato, Kassandra fez uma pausa, olhou para o lado, mirou um ponto fixo; depois voltou seu olhar para mim e disse: *tenho medo de viver sem medo*”. Quando percebeu o que tinha dito, corrigiu e disse: *eu tenho medo de viver com medo*”. Continuou dizendo que ela tem dentro de si como se fosse um leão; está lá quieto, mas, se alguém o provoca, ele vem à tona.

Enquanto ela me contava essas histórias, me ocorreu o pensamento de que a maneira como eu estava sentado naquela mesa, no quintal daquela casa, não me permitia uma saída, era como se eu estivesse encurralado. Percebi que a hora estava avançada e sugeri para Kassandra que passássemos para a Narrativa Interativa. Reiterei a explicação sobre a NI e então ela consentiu que eu fizesse a leitura.

Escutou atentamente a história olhando para um ponto fixo que me parecia bem distante dali. Quando terminei a leitura, ela pediu para ler a Narrativa, e entreguei a folha para ela. Enquanto lia novamente, ela soltava risadas e dizia que era daquela maneira mesmo que

acontecida. Me perguntou como eu sabia daquilo. Em seguida, ela preferiu que eu escrevesse o final da história, e então me ditou esta Narrativa:

Helena venceu Aquiles, que é o objetivo. Helena comentou sobre os erros do filho e que lá aprendeu que somos feitos de defeitos e qualidades, do qual temos que saber ensinar o filho a distinguir ou separar o certo e o errado. Faz parte da escolha da vida, e ter um objetivo com alvo positivo, que é o vencedor. O Objetivo negativo não tem vitória, é uma batalha sem vitória. Objetivo positivo é favorável para toda sociedade. E essa organização começa em casa.

Ao final, Cassandra contou que tem buscado sempre viver o positivo na vida e transmitir isso aos seus. Ela ainda disse que tem planos de abrir uma clínica de recuperação para pessoas que fazem uso de drogas. Explicou que tem guardados, em um dos quartos da edícula da casa, beliches, mesas e alguns materiais que ela utilizará em sua clínica. Em seu plano, a clínica terá a capacidade para atender 20 pessoas. Destas, se dez pessoas conseguirem pagar pelo tratamento, será o ideal, pois com esses valores ela conseguirá pagar as despesas com pessoal, entre outras. Argumentou que busca fazer isso para os outros, pois tem conseguido fazer pela sua família.

Kassandra ainda falou que sua filha, mãe de José Luis, está muito bem ultimamente, trabalha como motorista de aplicativo, consegue se manter e pagar o aluguel de uma boa casa. Nesse ponto, a entrevista foi se encerrando, agradei pela sua disponibilidade e perguntei se eu poderia conversar um pouco com José Luis. Ela se prontificou a ir chamá-lo, e me ofereceu um café. Aceitei.

Fiquei ali sentado, esperando José Luis e o café. “E aí, parça!”, ele gritou ao passar pelo corredor e chegar ao quintal dos fundos. Convidei-o a se sentar. Comecei a explicar o motivo da entrevista e como ela aconteceria, e durante a explicação José Jordão trouxe um copo de café. José Luis também quis, então seu avô foi até a cozinha e trouxe outro para ele.

Iniciei a leitura da Narrativa Interativa e, quando acabei, José Luis quis escrever o final de sua narrativa. Enquanto ele escrevia, aproveitei para tomar o café que me fora servido. Alguns goles e José Luis havia produzido o final de sua história:

Ah mãe, curti um pouco, eles parecem se importar com a gente independente do que fizemos, mas vou indo, vamos ver no que dá.

Assim que terminou de escrever e me entregou a folha escrita, se inclinou como se fosse me contar um segredo e disse: “Sabe de uma coisa? Às vezes ir aos atendimentos é uma

maneira de sair dessa realidade que eu vivo aqui.” Continuou: “Na Medida as pessoas são legais, falam de assuntos interessantes.” Ainda confidenciou que, nos últimos tempos, intensificou o padrão de uso de cocaína e que tem feito uso regular de maconha. Explicou que fica durante a madrugada toda, com amigos, no fundo da casa – ali no mesmo lugar onde estávamos sentados para a entrevista –, usando cocaína, conversando e fumando maconha. Às vezes, tem a sensação de que sua avó quer interná-lo.

Também reclamou da distância entre ele e sua mãe e disse: “Sabe, eu olho pro celular assim, e não recebo nenhuma mensagem da minha mãe, aí eu coloco o *tiro* do cima em ² celular e mando. Tem momentos que eu vou usar droga e nem sei o motivo, às vezes, mesmo sem vontade, sabendo que vou ficar mal, vou lá e uso”.

3.3 Entrevista Transicional com Madalena e Sabrina

Sabrina foi encaminhada para cumprir Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida por um período de nove meses. Além da Medida Socioeducativa, o juiz também determinou como medida protetiva a matrícula escolar e tratamento para saúde mental no CAPS ij. O ato infracional cometido por Sabrina foi um homicídio qualificado. A responsável por ela é sua mãe, Madalena.

Fui até a OSC e o Orientador de Medida, que orienta a adolescente no cumprimento da Medida Socioeducativa, me acompanhou até a casa da família que fica a dois quarteirões dali. Ao chegar à casa, me deparei com uma placa de “vende-se” pendurada no portão. A casa fica ao lado da casa da esquina e há um mercado do outro lado da rua. Tocamos a campainha e demorou um pouco para sermos atendidos. Insistimos com a campainha mais algumas vezes, e, após alguns minutos, Madalena abriu o portão lateral da casa com sua avidez característica e veio nos receber.

Ela se apresentou de maneira muito simpática e receptiva, abriu o portão e nos convidou para entrar. Cumprimentei-a e entrei na garagem da casa, o Orientador se despediu e explicou que tinha me acompanhado apenas para me apresentar. Nesse momento, o ex-companheiro de Madalena passou na frente da casa com os dois filhos mais novos do casal, Sara e Júlio, irmãos de Sabrina. Eles pararam e Madalena disse: “Esses também são meus filhos.” Cumprimentei-os e, em seguida, Madalena me convidou para entrar e se enveredou

² Termo popular usado para designar porção de cocaína a ser aspirada pelo usuário.

com passos apressados por um corredor apertado que levava até a casa dos fundos, onde ela mora com sua filha e uma amiga de sua filha.

Ao chegar à casa dos fundos, percebi que era pequena. A sala separava a cozinha do quarto, e a lavanderia ficava do lado de fora, em um pequeno quintal. Na casa da frente, mora a mãe de Madalena. Logo que entrei, Madalena chamou sua filha Sabrina. Quando ela adentrou a sala, sua mãe comentou: “Você precisa ver a cara que seu pai olhou quando viu o Matheus”.

Me apresentei e expliquei o objetivo da entrevista, do trabalho de mestrado e perguntei se elas estavam dispostas a participar. Elas concordaram e então comecei a explicar melhor sobre a Narrativa Interativa. Nesse momento, os outros dois filhos de Madalena entraram e começaram a caminhar pela pequena casa. Perguntei se Sabrina gostaria de conversar em um lugar mais reservado, e ela disse que poderia ser ali na sala mesmo, na frente de sua mãe e seus irmãos.

Em seguida, Madalena saiu da sala e caminhou até a frente da casa. Perguntei para Sabrina se poderíamos começar a entrevista e retomei a explicação sobre a NI. Após o seu consentimento, iniciei a leitura da Narrativa Interativa. Enquanto lia, os dois irmãos mais novos de Sabrina andavam pela casa, mexendo em alguns objetos. Senti certa dificuldade de concentração para a atividade por conta da movimentação que os irmãos faziam. Percebi que Sabrina me olhava atentamente, prestando atenção na história que estava sendo contada. Pouco tempo depois de iniciada a leitura na NI, o irmão de Sabrina foi até a frente da casa, e a irmã mais nova permaneceu andando por ali, vez ou outra falava alguma coisa com Sabrina, enquanto ela se mostrava quieta e atenta ao que estava sendo lido.

Após a leitura na NI, perguntei se Sabrina gostaria de escrever o final da história ou se ela gostaria que eu escrevesse. Ela respondeu que iria ela mesma escrever. Entreguei as folhas em branco e o material e ela começou a produzir o final de sua história. Enquanto ela escrevia, sua irmã, que continuava perambulando pela sala, começou a entoar um canto, com uma espécie de mantra – “eeee Sabrina” –, e repetiu isso por diversas vezes enquanto Sabrina se concentrava no final de sua história.

Ao terminar o texto, Sabrina perguntou se ela poderia passar a história a limpo. Respondi que sim, ela pegou outra folha e começou a escrever, embalada pelo ritmo do mantra de sua irmã, “eeee Sabrina”. Enquanto ela escrevia, observei que a sala tinha poucos móveis. À minha direita, no chão e encostado na parede que dividia a sala do quarto, havia um colchão, onde Sabrina estava sentada escrevendo, com as folhas sobre um caderno apoiado em suas pernas. À minha frente, um móvel, uma espécie de aparador pequeno, com

uma bíblia aberta em cima, e algumas miniaturas de bonecos de heróis, e logo ao lado um pequeno aparelho televisor desses mais antigos.

Logo ela terminou e me entregou os seguintes finais para a NI apresentada:

Então eles começaram a conversar sobre o L.A. e o filho viu que não era tão ruim assim, que era pra ir uma vez por semana para assinar e também o orientador falou sobre os cursos que tinha na OSC, barbearia, capoeira, informática... então ele viu que não era tão ruim assim, além de ter apoio dos educadores, eles ajuda arrumar serviço fazer currículo incentiva a não faltar na escola não faltar na OSC. Eles conversam no atendimento, eu gostei da OSC é um bom espaço bom pra aprender as coisas. As pessoas são legais, a comida é boa, o atendimento é ótimo alguns adolescentes colaboram, mas tem sempre os que fazem bagunça, mas não tenho o que reclamar da OSC.

Então, Sabrina corrigiu esta versão e me entregou este final:

Então ao voltar para casa começaram a conversar sobre a OSC e seu filho começou a falar sobre as coisas que tinha na OSC, os cursos, a capoeira, as atividades, as refeições que têm lá, aí ele viu que não era tão ruim assim. Viu que lá tem um apoio para incentivar a estudar, a não faltar nos atendimentos, eles ajudam a fazer currículo, tem psicólogo. Então lá não é ruim, lá é um lugar que os adolescentes e a família têm apoio na OSC. As pessoas são educadas e gentis, não tenho o que reclamar de lá, eu tenho um ótimo atendimento quando vou lá.

Em seguida, perguntei para ela como tinha sido fazer essa atividade, e ela respondeu, monossilábica: “Tranquilo”. Sabrina me pareceu mais calada e não querendo comentar muita coisa. Perguntei sobre sua experiência no atendimento na Medida, e ela disse que gostava de ir até lá, que também gostava de conversar com seu Orientador. Explicou que ele a incentiva a ir aos atendimentos, a buscar emprego e a frequentar as aulas na escola.

Mesmo com esses atendimentos, ela não tem conseguido ir à escola devido a uma briga que teve com sua melhor amiga, Júlia. Contudo, ela tem vontade de voltar à escola no próximo ano. Explicou que ela e Júlia se desentenderam após Mariana, também sua amiga, ter ficado com o ex-namorado de Júlia. Na ocasião, Júlia cobrou que Sabrina ficasse do lado dela. Sabrina não deu razão a Júlia e então começaram a discutir e a briga foi para agressão física. Atualmente, Mariana está morando com Sabrina e Madalena, e continua namorando o menino. Enquanto Sabrina me contava essa situação, Madalena, que tinha voltado para a sala e se sentado no colchão ao lado da filha, emendou: “a gente sempre acha que são as amigas que estão levando nossos filhos pro caminho errado; hoje eu entendi que era minha filha

quem estava levando as amigas para o caminho errado”. Achei interessante a percepção de Madalena, pois geralmente as mães apresentam uma ideia oposta a esta.

Quando Sabrina me contou que sua amiga está morando com ela e sua mãe, me questionei sobre como elas dividem aquele espaço. A casa é pequena, e há somente um quarto, que não consegui ver como estava dividido. Antes de terminar, ela contou que está fazendo curso na “guardinha” e ainda não sabe o que escolher como profissão. Logo em seguida, perguntei se Sabrina gostaria de complementar ou compartilhar mais alguma coisa, e ela respondeu que não. Agradei sua participação, e então ela se levantou e foi para o quarto com sua irmã mais nova.

Em seguida, comecei a conversar com Madalena. Retomei como seria a entrevista e então comecei a leitura da Narrativa Interativa. Ao terminar a leitura, ela disse que gostaria de escrever o final de sua NI. Pegou a folha e começou sua escrita.

É Aquiles é longe, mas gostei do jeito que fomos atendidos e de tudo que eu pude também falar... e me expressar.

E você o que achou? – O menino ainda sem nenhuma culpa, assim vamos dizer ingênuo, disse: – É gostei.

– Bem que você me disse mãe: se eu não tivesse aprontado eu não teria que vir de tão longe e você ainda vir comigo.

Mas como há males que vem para bem mesmo nos erros, dores, coisas ruins a gente tira proveito, ou melhor, lição.

A mãe ficou boba com seu filho. Por ele ter dito isso e ela começou a enxergar que seu filho estaria mudando.

Depois de vários meses frequentando ela viu a mudança de seu filho.

Indo regularmente em seu atendimento, melhorando as notas na escola, ele mesmo fazendo suas responsabilidades e pra sua mãe foi uma benção.

E quando chegou o seu último atendimento ele já estava trabalhando, tinha terminado o seu estudo.

E nunca mais fez algo errado, pois ele pensava muito nas consequências de seus atos. E sua mãe orgulhosa de ver o homem que seu filho se tornou.

Após ela terminar, perguntei como tinha sido a experiência de participar desta atividade. Ela explicou que se lembrou de um momento de sua vida que foi bom e ruim ao mesmo tempo, que foi a época em que estive na escola. “Foi bom, pois eu estava estudando e fazendo um curso; e ruim, pois eu tinha que fazer isso escondido”. Nessa época ainda era casada com seu ex-companheiro, o mesmo que tinha passado em frente à sua casa minutos atrás, e ele não permitia que ela estudasse. “Ele não queria que eu me desenvolvesse”, afirmou. Naquela época, para estudar, Madalena saía de casa à tarde para fazer um curso de culinária, na companhia de uma amiga, e após o curso ia, escondida de seu companheiro,

direto para a escola. Contou que arrumava coisas para fazer na rua até dar o horário de ir para a escola. Atualmente, ela consegue realizar trabalhos na área de culinária e reconhece a importância de ter conseguido finalizar o curso.

Sua vida foi permeada por violência desde sempre; ela se casou muito cedo e, quando ainda tinha 15 anos, engravidou de sua primeira filha. Madalena teve duas filhas antes de ter Sabrina e seus dois irmãos mais novos. Madalena contou que ele era muito violento e que foi agredida diversas vezes. Segundo seu relato, seu ex-companheiro fazia uso de múltiplas substâncias psicoativas, mas era quando ele estava intoxicado com álcool que ficava mais violento. Madalena comentou que, quando começou a se relacionar com ele, fazia uso apenas de maconha; contudo, ao estreitar a relação, ele começou a apresentá-la para drogas mais pesadas. Então, ela passou a abusar do uso de cocaína e crack. Atualmente, ela reduziu seu uso de substâncias e têm consumido apenas maconha.

A respeito das agressões, Madalena comentou que as continuou sofrendo mesmo depois de um ano que estava divorciada de seu ex-companheiro. Relatou um episódio em que ele a encontrou na rua, começaram a discutir e ela foi agredida porque estava em um bar. Uma semana depois dessa agressão, ainda com as marcas em seu corpo, Madalena foi até um telefone público para fazer uma ligação e encontrou a namorada de seu ex-companheiro. Começaram a discutir e ela foi agredida novamente. Ela lembrou que nesses momentos o que a ajudou foi escrever um diário, que sempre buscava escrever seus pensamentos e isso lhe fazia bem.

Madalena não foi cuidada por sua mãe. Quem lhe destinou os cuidados necessários fora sua avó. Contou que não tem muito apoio de sua família para auxiliá-la nesse aspecto das agressões, tampouco em outras situações. Madalena se lembrou de uma situação em que sua mãe, que mora na casa da frente, fez compras no mercado e passou com chocolate a vista, mostrando para Madalena e seus filhos. Depois, os filhos de Madalena foram até a casa da avó para procurar o doce, mas ela o havia escondido. Madalena acredita que sua mãe fez isso com ela na tentativa de atacá-la. Desabafou que se sente muito sozinha e muito desamparada em relação a sua família.

Em seguida, lembrou-se de algumas dificuldades. Quando estava grávida de sua filha mais nova, morava em uma chácara, um pouco distante da cidade. Foi ao banheiro e percebeu que havia algo diferente com ela, e então sentiu que a cabeça da criança estava saindo. Gritou por seu companheiro, que ligou para a polícia, e ela foi levada até o Centro de Saúde. Chegando lá, havia uma ambulância à disposição, que a levou até um hospital da região. Na ocasião, Madalena teve a sorte de a médica que a acompanhava no pré-natal estar presente e ir

ver como ela estava. Então, se lembra somente do momento em que tomou uma anestesia. Acordou tempos depois, assustada, querendo saber o que tinha acontecido, querendo saber de sua filha. A médica explicou que ela tinha tido uma hemorragia muito grande, e quase não tinha conseguido salvá-la, mas que naquele momento ela já estava bem e sua filha tinha nascido normal.

Nessa época, ela descobriu que tinha um câncer no útero e, devido a isso, teve de fazer parto cesariano. Madalena também lembrou que quando engravidou de sua segunda filha não queria ter engravidado, pois tinha sentido muita dor e tinha sido um momento muito difícil pra ela. “Quando descobri que estava grávida, me afundei no crack, usei muita droga durante a gestação. Hoje eu tô mais tranquila, fumo maconha de vez em quando e não crack nem cocaína.”

Sabrina entrou repentinamente na sala e disse que precisaria sair para encontrar uma pessoa no bar, a qual iria lhe entregar um dinheiro para ela recarregar seu cartão de uso no transporte público. Madalena pediu para ela esperar um pouco, pois iria acompanhá-la. Ela respondeu que a hora já estava avançada e que talvez não daria tempo de encontrar a pessoa. Sabrina voltou para o quarto enquanto gravava uma mensagem de áudio para enviar para a pessoa, dizendo que elas iriam se atrasar. Sugeriu que, se ela precisasse ir, poderíamos interromper a conversa. Ela concordou, disse que precisava acompanhar sua filha e foi se levantando. Agradeceu pela disponibilidade para participar, e Madalena me acompanhou até o portão novamente.

3.4 Entrevista Transicional com Seu Rocha e Dona Benta

Arthur foi encaminhado para cumprir Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida por um período de seis meses. O juiz também determinou uma medida protetiva de matrícula escolar. O motivo do encaminhamento para o cumprimento da Medida foi o envolvimento com o tráfico de drogas. Atualmente, Arthur tem 18 anos, mas cometeu o ato infracional antes de completar a maioridade.

Arthur reside em um bairro da região periférica, que fica no caminho entre o centro da cidade e o aeroporto. Um dos caminhos que leva até a casa é uma importante rodovia que circunda a cidade e permite chegar ao aeroporto. A rodovia tem um tráfego relativamente intenso. Às suas margens fica a que foi considerada a maior ocupação urbana da América Latina, alcançando status de cidade, com mais de 20 mil moradores. Depois de mais alguns minutos de viagem por essa estrada, há um acesso para um bairro que se localiza entre a

rodovia e o bairro onde fica a casa da família. Esse primeiro bairro é destinado à exploração sexual e assim que o acessei avistei ao menos duas viaturas da polícia militar fazendo ronda.

Ainda nesse bairro, acessei uma extensa avenida repleta de comércios locais, até chegar ao bairro onde fica a casa da família. Entrei por uma rua que me ofereceu acesso à outra, na qual fica a casa. Na esquina, percebi um grupo de adolescentes sentados na calçada, entrei na rua e estacionei o carro em frente a casa do vizinho da família. Percebi que os adolescentes ficam sentados ali e observam quem entra e sai do bairro. Me encaminhei até a frente da casa da família e bati palmas para chamá-los. A casa era cercada de muros, e um portão pequeno de grades simples dava acesso à garagem coberta de telhas de fibrocimento. Não demorou muito e Dona Benta apareceu em uma das janelas da sala, que dava para a garagem, e pediu para que aguardasse, pois Seu Rocha, seu companheiro, estava indo abrir o portão para eu entrar.

Não demorou muito e Seu Rocha apareceu no quintal que ficava ao lado da garagem. Veio caminhando até o portão e me recebeu de maneira muito simpática e receptiva. Ele tinha os cabelos bem penteados para trás, com aspecto de quem usou gel para segurá-los no lugar, camisa de botão por dentro da calça, um cinto combinando com sua bota de couro de algum animal. Ao cumprimentá-lo e adentrar a garagem, percebi que os meninos que estavam na esquina passavam em frente à casa pelo outro lado da rua. Eles olhavam para dentro da garagem da casa de Seu Rocha e eu os cumprimentei. Arthur compunha o grupo de adolescentes, e assim que entrei na garagem da casa ele também entrou. Cumprimentei-o e perguntei se ele era o Arthur. Ele disse que sim e entrou para dentro da casa pelo corredor que havia do lado esquerdo do quintal. Em seguida, Seu Rocha me convidou para entrar e nos sentamos em um sofá da sala.

Comecei a me apresentar e a falar um pouco sobre a pesquisa, perguntei ao seu Rocha se Arthur também gostaria de participar. Seu Rocha o chamou, ele chegou à sala e eu perguntei se ele gostaria de participar da pesquisa. Ele respondeu rispidamente que já havia dito para a psicóloga que não iria participar, disse sem me olhar nos olhos, com a cabeça baixa e gesticulando com a mão. Respondi que a pesquisa era voluntária e que tudo bem se ele não se sentisse à vontade para participar.

Seu Rocha perguntou se teria problema se o filho não participasse e se, mesmo o filho não participando, ele poderia responder a pesquisa. Expliquei que não haveria problema e que Seu Rocha poderia participar. Ao dar sua resposta Arthur saiu pela porta da sala e passou pelo portão, alcançando a rua.

Logo em seguida, comecei a explicar para seu Rocha como aconteceria a pesquisa. Nesse momento, Dona Benta deixou a cozinha e se aproximou do batente da porta da sala, e ficou a observar nossa conversa. Perguntei se ela gostaria de participar da pesquisa. “Eu posso?”, perguntou. “Se a senhora quiser, pode sim!”, respondi. Ela se sentou ao lado de Seu Rocha no sofá que estava ao meu lado, e voltei a explicar a respeito da pesquisa. Ao término da explicação, iniciei a leitura da Narrativa Interativa.

Quando terminei a leitura, perguntei se eles gostariam de escrever ou se preferiam que eu escrevesse o final da história, e eles disseram que gostariam que eu escrevesse. Ainda perguntei se eles gostariam de produzir uma história para cada um, e eles disseram que poderia ser uma história para os dois. Então eles ditaram para mim a seguinte história:

Chamou atenção de Aquiles, pois ele não estava cumprindo com o regulamento, dialogando para entender melhor do que se tratava, e o porquê ele não estava obedecendo o regulamento. Pois os filhos sempre têm que obedecer o que os pais mandam... Têm que cumprir ordem, ou por bem ou por mal. Os pais têm que demonstrar que têm autoridade.

Aconselhou que é para o próprio bem dele, para um dia ele vencer na vida. Foi difícil para Aquiles escutar os pais. Os pais tentam dar conselhos, mas Aquiles pareceu não dar muito ouvidos aos conselhos e depois sofrem. As mães sofrem mais que os filhos.

Foi uma surpresa, pois os pais não esperavam, a vida não é como ele pensa, é diferente. Quem obedece os pais sempre se defende na vida, e quem não obedece só sofre na vida.

Enquanto ditavam a história, o outro filho do casal, José, de 22 anos, entrou na sala, e ficou por ali querendo acompanhar o que estava sendo conversado. Ora se apoiava no batente da porta da sala que leva ao corredor onde estão os quartos, ora se apoiava no batente da porta da sala que leva até a garagem. Ficou acompanhando toda a conversa, e em alguns momentos se manifestava. Contou que era próximo de seu irmão, até que ele começou a se envolver com “coisas erradas”.

Seu Rocha e Dona Benta estão casados há 47 anos. Eles se casaram quando ela tinha 15 anos e Seu Rocha tinha 30 e poucos anos. Moravam em uma fazenda, Seu Rocha cuidava das máquinas e do plantio de café. Trabalharam 16 anos nessa fazenda, que ficava muito próxima da cidade. Seu Rocha explicou que é muito difícil manter uma fazenda nessas condições, muito próxima da cidade. Então, a fazenda foi loteada, e atualmente foi construído um bairro com um bonito parque no lugar. Seu Rocha não tem um terreno no bairro onde era a fazenda em que trabalhou.

Após a venda da fazenda, Seu Rocha foi trabalhar na prefeitura; ao que parece, em um cargo de serviços gerais, e se aposentou trabalhando pela prefeitura. Comprou a casa onde reside com a família. A residência fica em um bairro que foi destinado a ser um distrito industrial da cidade, distante do bairro que surgiu do loteamento da fazenda em que trabalhou.

Dona Benta não trabalhou em outro ofício a não ser no cuidado do lar. Segundo ela, Seu Rocha não permitia que ela trabalhasse fora de casa. Tive a sensação de que Dona Benta era uma mulher um tanto quanto frágil. Em seguida, relatou que tem diversos problemas de saúde, como hipertensão arterial, diabetes, e, ao que parece, também toma medicação antidepressiva. Ela é acompanhada pelo Centro de Saúde de seu bairro.

Os pais não conseguiram precisar quando e se seu filho começou a dar sinais de que algo não ia bem com ele. Somente se deram conta de que algo não estava bem quando receberam uma ligação da polícia, solicitando a presença de um responsável, pois seu filho tinha sido apreendido. A primeira ocorrência veio por volta dos 13 anos e a primeira internação por volta dos 14. Segundo contaram, seu filho passou por quatro internações na Fundação CASA. Quando das internações, Seu Rocha é quem visitava o filho. Disse que Dona Benta não ia às visitas devido à sua condição frágil de saúde.

No período entre uma internação e outra, quando Arthur estava em liberdade, começaram a ter dificuldades com algumas situações. Dona Benta contou que realizava um brechó ali na garagem de sua casa. Contudo, teve de encerrar suas atividades devido à movimentação que seu filho e os meninos do bairro vinham fazendo. Certo dia, para fugir da polícia, seu filho e os meninos do bairro correram para dentro da garagem e se esconderam por entre as roupas do brechó de Dona Benta. Também se queixaram de Arthur esconder drogas e dinheiro no quintal da casa. Outra questão que os incomoda é que o filho e seus amigos fazem uso de maconha em frente à casa da família. Eles relataram que os vizinhos reclamam do cheiro. Quando ocorrem essas situações, Seu Rocha chama seu filho para dentro de casa e lhe adverte. Ao relatar essas situações, Dona Benta encheu seus olhos de lágrimas.

Logo em seguida, Seu Rocha começou a falar sobre a seriedade da vida, e que, quando trabalhou na prefeitura, um de seus cargos era acompanhar os reeducandos do regime semiaberto, para fazer o trabalho de prestação de serviço à comunidade, como varredura de ruas, pintura de calçadas, corte de grama, entre outros. Explicou que esse trabalho precisava ser feito por um agente da prefeitura, pois se fosse realizado por um agente penitenciário corria-se o risco de o agente ser assassinado em serviço. Ao mesmo tempo, era importante que o funcionário da prefeitura estivesse presente, pois garantia a segurança também dos reeducandos. Segundo contou, os reeducandos correm risco de serem assassinados por parte

da população. Relatou que nesse período chegou a cuidar de 80 reeducandos. Durante esse trabalho, quando algum reeducando solicitava realizar alguma ligação telefônica, ele permitia e sempre orientava a falar somente o necessário. Alertava o reeducando a respeito do regulamento que ele deveria cumprir. Insistiu em repetir diversas vezes que seria importante falar somente o necessário. Nesse momento, fui invadido por um sentimento de insegurança e me questionei se, de alguma maneira, ele estava querendo me dizer que iria dizer somente o necessário.

Então, me ocorreu ir finalizando a entrevista. Agradei a participação dele e de Dona Benta. Seu filho José não estava mais na sala nesse momento. Ao término, Seu Rocha perguntou se o juiz teria acesso ao conteúdo desta entrevista. Respondi que não, que esta entrevista seria utilizada somente para fins da pesquisa, e que o sigilo deles seria garantido. Em seguida, Seu Rocha começou a criticar a maneira como tem sido o atual investimento do dinheiro público no âmbito municipal. Ele acredita que há obras sendo feitas que são desnecessárias, enquanto outras, que seriam de grande ajuda para a população, não estão sendo feitas. Seu Rocha me acompanhou até o portão e nos despedimos. No caminho de volta, avistei mais algumas viaturas até chegar ao acesso para a rodovia. Chamou minha atenção o número de viaturas policiais que encontrei no caminho tanto de ida quanto de volta.

As entrevistas que se seguem foram realizadas na Instituição que atende os adolescentes para o cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida. A Instituição havia mudado há pouco tempo para o novo endereço. Essa mudança ocorreu em virtude das manifestações dos moradores do bairro onde a OSC estava instalada anteriormente. A nova casa, onde a instituição começou a oferecer os atendimentos, está localizada em uma rua atrás de um shopping da cidade. Esse shopping fica às margens da rodovia que leva até o aeroporto, e, na margem da rodovia oposta ao shopping, fica a que foi considerada a maior ocupação urbana da América Latina.

A rua em que essa casa está localizada é repleta de pontos comerciais, e tem um grande fluxo de carros, motos e ônibus, além de muitas pessoas que transitam por ali para ter acesso ao shopping e ao comércio local. Há um ponto de ônibus próximo à casa, e quem vai de automóvel particular tem dificuldade de encontrar vagas para estacionar devido ao grande fluxo local. Ao chegar à casa, me deparei com um portão de grades vazadas – fechado com uma corrente e um grande cadeado pendurado – que se encontrava com o teto da garagem. A frente da casa proporcionava uma garagem espaçosa, larga e com profundidade razoável. Havia algumas longarinas de cadeira encostadas em uma parede ao lado da porta de entrada e

algumas caixas e objetos amontoados em um canto ainda por arrumar, resquícios da recente mudança para aquele espaço.

Passei pela garagem e entrei em uma sala ampla, dividida em dois ambientes. Logo ao passar pela porta encontrei com a psicóloga sentada atrás de um balcão, cumprimentei-a e ela me disse que, naquele momento, estava fazendo a função da recepcionista que estava de férias. Conversamos um pouco a respeito da recente mudança e sobre a realização das entrevistas com os adolescentes. O tom de sua voz estava baixo, parecia que estava me confidenciando um segredo e que ninguém podia ouvir o que falávamos. Por vezes interrompia sua fala e olhava para o lado. Parecia se certificar de que ninguém estava observando e escutando o que falávamos.

Após essa breve conversa, ela me convidou para conhecer a casa enquanto permaneceu na recepção. O primeiro cômodo depois da sala da recepção é a cozinha, e era um dia em que a instituição oferece um almoço para os adolescentes, trabalhadores, e eventualmente familiares. A cozinheira preparava o almoço, do qual eu já havia sentido o aroma dos temperos enquanto conversava com a psicóloga na recepção. Ao lado direito da cozinha há um corredor que leva para três quartos; dois deles foram destinados a serem sala de atendimento e um deles foi transformado em sala da coordenação. Do lado esquerdo há um corredor que leva até um pequeno quintal que separa a casa de uma edícula.

Nessa edícula, os cômodos foram divididos em três salas e um banheiro. A sala de entrada era destinada à equipe técnica, e nela estavam dispostas algumas mesas, dois computadores e arquivos para guardar prontuários e documentos. A sala ao lado direito era destinada à oficina de informática, e poucos computadores estavam dispostos um ao lado do outro. A sala ainda não tinha uma lâmpada instalada, de maneira que o professor de informática estava trabalhando na penumbra. Havia cabos pendurados, caixas de computadores abertas e plásticos espalhados e amontoados que, provavelmente, estavam envolvendo os computadores. Ao lado esquerdo, havia outra sala com alguns armários e uma mesa.

Em frente à edícula havia um muro que a separava do quintal dos fundos da casa. Entre o muro e a edícula havia um espaço coberto por um telhado, onde havia duas mesas. Em uma delas estavam peças de computadores utilizados na oficina de informática; a outra estava livre, e mais tarde o almoço foi servido nela. Ainda nesse espaço, havia um sofá, algumas cadeiras de escritório e outros objetos da mudança ainda por organizar.

Retornei para a recepção e a psicóloga me informou que eu poderia escolher uma das duas salas de atendimento para realizar as entrevistas. Escolhi a sala do fundo do corredor,

por ser mais ampla e mais afastada da cozinha. A sala tinha um sofá em um dos cantos, um armário desses embutidos e uma mesa com três cadeiras. A iluminação era garantida pela luz solar que adentrava a janela, pois a sala estava sem lâmpada. Organizei o espaço e a mesa para realizar as entrevistas e então voltei para a recepção para convidar os adolescentes que aguardavam.

3.5 Entrevista Transicional com Jeremias

Jeremias foi encaminhado para cumprir Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida após cometer ato infracional equiparado a roubo. O juiz determinou que ele cumprisse a medida por um período de nove meses, cumulado com uma medida protetiva de matrícula escolar. Quem acompanha Jeremias como responsável é sua mãe. Eles residem em um bairro com grande incidência de vulnerabilidade e com uma forte atuação do tráfico de drogas.

Durante um de seus atendimentos, a equipe técnica informou sobre a realização da pesquisa. Jeremias demonstrou interesse e se voluntariou a participar, então foi agendado o dia e horário para ele comparecer a fim realizar a entrevista. No dia e no horário agendados, ele chegou à OSC acompanhado de sua namorada. Enquanto aguardava na recepção, conversava com ela, que estava sentada ao seu lado. Exibia algumas correntes prateadas penduradas em seu pescoço, os cabelos recém aparados. Vestia camiseta de um time de futebol europeu, calças jeans e um par desses tênis de corrida bem colorido.

Permaneceu na recepção sentado ao lado de sua namorada até que eu fosse chamá-lo para a entrevista. Ao entrar na sala, me apresentei e expliquei a respeito da entrevista e da Narrativa Interativa. Em seguida, li o termo de consentimento livre e esclarecido, ele concordou em participar, e, após sua assinatura, iniciei a leitura da Narrativa Interativa. Ao término da leitura, Jeremias se mostrou um pouco acanhado em relação a escrever o final de sua Narrativa e pediu para que eu o fizesse. Então ditou o seguinte final:

Comentou que ele não podia parar de cumprir essa medida. Na ONG, apesar de estar cumprindo a medida, vai ter curso pra fazer.

Assim que terminou sua narrativa, explicou que o atendimento da Medida o ajudou muito, “deu um adianto”. Contou que o Orientador de Medida, que o acompanha, ajudou-o a regularizar sua documentação pessoal e também comentou sobre a ocasião em que foi

acompanhado até a junta militar para realizar seu alistamento. “O Orientador desenrolou, hein! Fomos até de carro até lá, quando chegamos ele já conhecia todo mundo, nem demorou muito”.

Jeremias ressaltou como ponto positivo a troca de ideias que acontece com o Orientador. Essa troca “coloca as ideias no lugar”, ele diz. “O Orientador também dá uma *chamada* quando precisa”. Reconheceu essa troca como uma importante ajuda. Em seguida, associou com o período em que ia até os atendimentos da medida dirigindo seu próprio carro, mesmo sem ter carteira de habilitação. Seu carro também não tinha a documentação necessária para rodar. Inclusive, contou que há poucos dias seu carro tinha sido apreendido pela polícia. Segundo Jeremias, estava indo até o centro da cidade, para desbloquear um celular, roubado, que ele tinha comprado. No trajeto, foi abordado pela polícia, que o questionou sobre o celular. Respondeu ao policial que o celular pertencia a sua mãe e que ele estava fazendo um favor para ela de levar o celular para o conserto. Então, o policial pediu para ele desbloquear o celular, e ele disse que não tinha a senha. Em seguida, foi pedido para ele mostrar a foto de sua mãe no Facebook. A foto que estava como imagem de fundo no celular era de uma mulher loira, assim como sua mãe, mas não era nada parecida com ela. O policial ainda insistiu e pediu para que ele ligasse para a mãe, e ele ligou para um número antigo dela. Jeremias me contou isso com um sorriso inseguro no rosto. “Tá me tirando moleque!”, disse o policial, que logo o foi enquadrando. Seu carro foi apreendido e ele foi encaminhado para a delegacia por receptação.

Logo após, começou a contar sobre as abordagens policiais que já sofreu, e que, quando conta para os policiais que ele cumpre uma medida socioeducativa, a abordagem fica mais truculenta. Explicou que só conta que cumpre medida para os policiais do batalhão especial da polícia (BAEP). Segundo ele, estes teriam acesso a essa informação de antemão, diferentemente dos outros policiais que não pertencem a esse batalhão especial. Essa informação não procede, pois os processos da infância e da juventude correm em segredo de justiça.

Jeremias ainda relatou uma situação que lhe ocorreu na semana anterior a esta entrevista. Ele saiu de seu atendimento na medida socioeducativa e, no caminho de volta para casa, viu uma moto importada estacionada. Parou para registrar uma foto com seu celular, e nesse mesmo momento, uma viatura da polícia militar estava passando pelo local e parou para abordá-lo. Durante a abordagem, os policiais perguntaram se ele estava tirando aquela foto para mais tarde roubar a moto. Jeremias respondeu que não queria roubar a moto, que só tinha achado a moto bonita e por isso a estava fotografando.

Após relatar esse episódio, pediu para reler a narrativa. Depois que o fez contou que recentemente perdeu seu pai em decorrência de uma hepatite. “Foi uma grande perda”, disse. Explicou que seu pai não morava na mesma casa que ele, contudo morava no mesmo bairro, em uma casa próxima à que reside com sua mãe. Dessa forma, estavam sempre em contato, e a relação era próxima. Contou esse acontecimento sem conseguir demonstrar muito sua emoção.

Logo em seguida, voltou a falar que o atendimento da Medida é muito bom, e disse: “Se a pessoa se dedicar, os orientadores ajudam até a arrumar um emprego”. Então, foi se levantando e dizendo que não poderia demorar para ir embora, pois a “dona onça”, sua namorada, estava à sua espera. Novamente comentou que gosta muito dos atendimentos, e que esses dias o seu Orientador estava o ajudando a iniciar o processo para sua primeira habilitação. Explicou que só não tinha começado ainda por causa do feriado.

Ainda disse: “A medida em si ajuda muito, é um lugar que eu posso vir e tenho uma força pra resolver as coisas que preciso. Por outro lado, pode não ser muito boa, pois quando se passa por uma abordagem policial e os policiais descobrem que cumprimos uma medida a abordagem pode ser um pouco mais truculenta.”

3.6 Entrevista Transicional com Wallace

Wallace foi encaminhado para o cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida devido ao cometimento de ato infracional equiparado a tráfico de drogas. Inicialmente, a determinação foi de que ele cumprisse a medida por um período de seis meses. Cumulado com medida socioeducativa, o juiz também determinou como medida protetiva a matrícula escolar e o acompanhamento de saúde mental em um CAPS AD.

Realizou o acolhimento no CAPS, contudo, os profissionais que o avaliaram não identificaram que sua demanda era para ser tratada naquele equipamento e o encaminharam para realizar o tratamento no Centro de Saúde. Na ocasião, Wallace fazia uso de maconha e por essa razão o juiz fez a solicitação de acompanhamento do caso no CAPS AD. A orientadora que acompanhou o caso percebeu que durante o acompanhamento na medida houve uma alteração no padrão de consumo. Wallace reduziu seu consumo de maconha, mesmo sem dar sequência ao acompanhamento no Centro de Saúde.

Na época em que iniciou o cumprimento de sua medida socioeducativa, ele morava com sua mãe e seus avós maternos. Sua mãe deu à luz ainda muito jovem. Quando Wallace tinha um ano de idade, sua mãe, então com 18 anos, foi baleada nas costas. Envolvida com o

crime, ela sofreu uma tentativa de execução, devido a um acerto de contas. Desde esse episódio ela ficou dependente do uso de cadeira de rodas.

O pai de Wallace sempre foi muito distante dele e só aparecia nos momentos em que o filho cometia um ato infracional. Devido à dificuldade de locomoção da mãe, era sempre o pai que comparecia na delegacia como responsável por Wallace. Durante o cumprimento de sua medida, precisou ir até o fórum em virtude de uma audiência. Na ocasião, desejava que seu pai o acompanhasse. A mãe fez alguns contatos telefônicos com o pai e pediu para que ele fosse com o filho à audiência. No entanto, o pai não retornou as ligações e não compareceu à audiência. Wallace ficou muito bravo e chateado com essa situação.

A questão da paternidade se apresentou de distintas maneiras para Wallace, durante o cumprimento de sua medida. Ainda muito jovem, com 17 anos, já era pai de dois filhos, que nasceram prematuramente. A mãe de seus filhos também era uma adolescente. Então, Wallace começou a se cobrar muito sobre a responsabilidade de assumir os cuidados de seus filhos e de sua companheira. Foi nesse momento que ele optou por fazer um *corre*” no tráfico para garantir o sustento dos filhos. O leite, as fraldas, as pomadas, tudo estava muito caro. Entendia que, como ele era o pai, era seu dever assumir todas essas responsabilidades.

O relacionamento com a mãe de seus filhos tinha momentos difíceis, e eventualmente ele chegava para os atendimentos com o rosto marcado pelas unhas de sua companheira. Os desentendimentos entre eles, por vezes motivados pela questão financeira, teriam se intensificado após a chegada dos bebês.

Durante o cumprimento de sua medida, Wallace cometeu um novo ato infracional e foi encaminhado para internação provisória em uma unidade na Fundação CASA. Nesse momento, a equipe técnica que o acompanhava na medida realizou discussão de caso com a equipe técnica da Fundação, e elaborou um relatório técnico que foi encaminhado ao judiciário. Neste relatório, as equipes indicaram que a medida mais adequada para ele seria uma medida de liberdade assistida por um maior período de tempo. O juiz acatou a sugestão e designou que ele voltasse a cumprir a medida, dessa vez por um período de nove meses.

Encontrei com Wallace na recepção da OSC, quando ele tinha acabado de sair do atendimento individual com sua Orientadora. Conteí que estava realizando uma pesquisa e perguntei se ele tinha interesse em participar. Ele respondeu que sim, então o convidei para conversarmos na sala que tinha sido preparada para as entrevistas. Expliquei sobre a entrevista e a Narrativa Interativa, e ele assinou o termo de consentimento livre esclarecido. Em seguida, começamos a leitura da Narrativa Interativa. Ao término, ele preferiu que eu escrevesse o final de sua Narrativa:

Comentou que foi bom, que vai conseguir fazer um curso, se alistar, entregar uns currículos, se matricular na escola. A medida pode ser muito boa, os atendimentos... Um tempo bom, nesses 6 meses vou conseguir fazer alguma coisa.

Então, contou que a medida muito o auxiliou e citou como exemplo o acompanhamento na regularização de toda sua documentação, a elaboração de currículo e o apoio na busca por um emprego. Ele disse: “A medida meio que prepara e deixa a gente na cara do gol pra arrumar um emprego”. Outro aspecto que considera muito importante no acompanhamento é a conversa que tem com sua Orientadora. Sobre isso disse: “Conversar é muito importante, no começo eu não queria vir, achava que não tinha nada a ver. Conforme fui conversando com a Orientadora e com as pessoas da equipe, minha opinião a respeito da medida foi mudando, e fui percebendo que a medida poderia ser uma coisa muito boa. Muitas vezes estava cansado, chateado, desanimado, meio *cabreiro* com algumas coisas, e ir até a medida e ter alguém pra conversar e desabafar me ajudou muito. Só de chegar e uma pessoa perceber que você está triste e perguntar se está tudo bem já muda o dia da gente.”

Wallace considerou que a medida foi uma coisa muito boa em sua vida, por proporcionar um espaço diferente do que ele está habituado, e nesse espaço poder “trocar uma ideia”, sentir que tem um apoio, e ter com quem contar. “A medida faz coisas que nem a mãe da gente faz, nem um pai. Só falta pegar a gente pela mão e colocar no ônibus. Faz currículo, ajuda a entregar nos lugares. Isso é muito bom, ajuda muito.”

Wallace, apesar de não demonstrar incômodo, não fez muitas associações. Ao final de sua entrevista, compartilhou que está pensando em se mudar para o Sul do País com sua companheira e seus filhos. Na cidade para qual almeja se mudar residem os familiares dela, que vão auxiliá-los no processo de chegada. Nessa cidade sua esposa já teria um emprego garantido, e, ao chegar lá, iria buscar por uma vaga de trabalho na área da marcenaria. Relatou que já trabalhou nessa área anteriormente, mas faz um tempo que está afastado desse ofício.

3.7 Entrevista Transicional com Fernando Blue

Fernando Blue foi encaminhado para cumprir medida socioeducativa de liberdade assistida, por um período de seis meses, por cometer ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. Quem o acompanha como sua responsável é mãe. Ele reside com sua mãe, seu pai, que está acamado em razão de um AVC, sua irmã e seus dois sobrinhos, ainda crianças.

Blue comparece semanalmente à OSC para o cumprimento de sua medida socioeducativa. Chega à instituição no começo da manhã, participa da oficina de informática, passa por atendimento individual e encerra seu acompanhamento almoçando na instituição. Um dia por semana a OSC oferece um almoço coletivo que favorece a interação entre os adolescentes, os familiares e os trabalhadores. Seu atendimento é agendado para acontecer neste dia da semana.

Quando cheguei pela manhã, ele estava no espaço em frente à edícula, nos fundos da casa, parafusando o gabinete de um computador sobre uma das mesas. Estava participando da oficina de informática. Se apresentou muito bem humorado com um sorriso largo no rosto; me pareceu satisfeito com seu ofício e por estar ali. Comentei com ele alguma coisa sobre os computadores e logo continuei cumprimentando os outros meninos que estavam por ali.

Após realizar algumas entrevistas, encontrei Blue na recepção conversando com alguns meninos que aguardavam por atendimento. Conteí para ele que estava ali para realizar uma pesquisa, ele se mostrou interessado e se voluntariou para participar. Sugeri que conversássemos na sala que estava preparada para a realização das entrevistas. Então, expliquei sobre a pesquisa, sobre a Narrativa Interativa, e, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, iniciamos a leitura da NI. Ao término da leitura, ele pediu para que eu escrevesse o final da Narrativa para ele. Antes de ditar, pegou o papel em que estava escrita a Narrativa, releu a NI e comentou: “Aqui a mãe já começou a julgar ele” e fez um sinal de desaprovação com a cabeça. Voltou a comentar: “Mas depois a conversa fluiu melhor.” E então ditou o seguinte final:

Depois da conversa com a equipe, de trocar um papo, saiu de lá ‘de boa’, animado para cumprir a medida. Daí pra frente, focou na medida, em arrumar um trampo, seguiu a vida.

Em seguida, disse que o atendimento na medida o auxiliou e ainda auxilia bastante, e comentou: “Tipo essa coisa de depressão, que tem muito hoje em dia, é porque o jovem não tem onde ir trocar uma ideia, falar de suas coisas. A gente vem aqui, conversa, troca uma ideia, isso ajuda muito. Às vezes eu chegava desanimado, alguém percebia e vinha perguntar o que tinha acontecido. Só de ter alguém que pergunta como foi seu dia muda muita coisa, dá outro ânimo. Quando você vem pra medida tem muito apoio, as pessoas conversam, ajudam a fazer currículo, a encontrar empregos, e também oferecem os cursos.”

Fernando comentou que uma das questões em que a medida o auxiliou foi em relação a sua documentação pessoal: “A medida me ajudou a *tirar* minha documentação, se não

fosse assim eu não conseguiria. Minha mãe tem que cuidar do meu pai que está acamado e não tem como me acompanhar para fazer isso”. Lembrou-se de quando o Orientador o acompanhou para regularizar a documentação, e ressaltou o fato de terem ido com o carro e o motorista da Instituição.

Em seguida, lembrou-se do tempo em que foi encaminhado para a internação em uma unidade da Fundação CASA. “Naquela época imaginava que minha vida tinha acabado, que depois daquele tempo internado não teria mais futuro. Entendi que aquele era só o começo da minha vida, e aquilo não era um fator limitante”. Lembrou que ficar internado foi um momento muito difícil em sua vida. Então, explicou que a medida de liberdade assistida foi um ponto muito positivo, pois o auxiliou a pensar em outras coisas e trouxe outras perspectivas para ele.

Lembrou que quando era criança ouvia muitos adultos de seu bairro, que cumpriam liberdade condicional, dizerem que tinham que ir até o fórum assinar carteirinha e lá era cheio de polícia para todo lado. “Não me parecia uma coisa legal, *roubava a brisa*”. Em seguida, contou: “Quando fui para a medida achava que seria assim também. Aos poucos fui vendo que era muito diferente, não tinha polícia, era outra perspectiva. Isso ajudava muito, dava outra perspectiva”.

Fernando também contou que às vezes recebia um convite para fazer uma *fita*”, mas negava todos esses convites, pois tinha o compromisso de comparecer à OSC para realizar alguma atividade. “Isso me salvou!”, ele disse. Ressaltou, ainda, que as relações de amizade e parceria foram importantes, pois “Às vezes a gente não tem isso com a família. Por exemplo, a gente vem aqui, senta na mesa todos juntos e almoçamos, nem sempre se tem isso em casa”.

Ele ressaltou, junto a essas ações, a importância da oferta de cursos. “Quanto mais oferta de cursos tiver, melhor será para nós.” Reiterou: “Se a pessoa se dedica e cumpre as propostas, é até possível conseguir um emprego”. Fernando, então, terminou a entrevista dizendo: “A medida cimentou meus pés, é tipo uma coluna que sustenta”.

3.8 Entrevista Transicional com Romário

Romário foi encaminhado para cumprir Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida por um período de nove meses. Junto à medida socioeducativa o juiz também determinou como medida protetiva a matrícula escolar e o tratamento de saúde mental em um CAPS AD, devido ao uso de substância psicoativa. Quem o acompanha como responsável é sua mãe.

A entrevista com Romário havia sido agendada anteriormente pelo orientador de medida que o acompanha. Em um de seus atendimentos o orientador explicou que eu estaria na instituição para realizar uma pesquisa, convidou-o para participar e ele se interessou e se voluntariou. No dia e no horário agendados, ele compareceu à OSC e ficou aguardando na recepção junto com os outros adolescentes que estavam por ali. O orientador que o acompanha me apresentou para ele na recepção, e então convidei Romário para conversar melhor na sala que estava preparada para realizar as entrevistas.

Expliquei sobre a pesquisa e a respeito da Narrativa Interativa; ele concordou em participar e, após assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, fizemos a leitura da Narrativa. Realizei a leitura enquanto ele se mostrava atento à história. Ao término da leitura, ele pediu para eu escrever o final de sua narrativa, e então ditou:

Achava que iria ser uma coisa mais piorzinha, acabou que foi uma coisa boa. Contou suas histórias para a mãe, e disse que iria cumprir certinho.

Desde o primeiro contato, percebi Romário um tanto quanto calado, aparentando certa timidez. Essa percepção sobre ele se manteve durante toda a entrevista. Não conversou muito e trouxe poucas associações. Em relação à Narrativa e sua experiência com a medida, fez observações pontuais. Com poucas palavras, comentou que cumprir a medida socioeducativa é bom, que não tem muita coisa para reclamar. É um lugar onde ele pode ir, conversar e encontrar apoio.

Após essas poucas palavras, voltou a ficar em silêncio. Percebi que ele não estava disposto a falar muito, perguntei se ele gostaria de comentar ou complementar com mais alguma coisa. Ele respondeu que não e foi se preparando para deixar a sala.

Antes de se despedir, contou que tem boa relação com seu orientador, que gosta muito dele e que eles são torcedores do mesmo time. “Sempre que venho com a camiseta do meu time o orientador brinca e conversa sobre os resultados do futebol”.

4. CAMPOS DE SENTIDO AFETIVO-EMOCIONAL

CAMPO 1: SOBREVIVENDO NO INFERNO

*Deus fez o mar, as árvores, as crianças, o amor.
O homem me deu a favela, o crack, a traiagem, as arma , as bebida , as puta
Eu?! Eu tenho uma bíblia velha, uma pistola automática e um sentimento de revolta
Eu tô tentando sobreviver no inferno”.*
(Racionais MC s)

O campo de sentidos afetivo-emocionais “Sobrevivendo no inferno” emergiu à medida que líamos as narrativas produzidas pelos adolescentes e familiares participantes, o que nos permitiu a percepção da luta e do grande esforço mobilizado no sentido de garantir a sobrevivência a um ambiente social que os invade constantemente. Para compreender a relação que se estabelece entre adolescentes e familiares e esse ambiente hostil às necessidades básicas do indivíduo recorreremos às proposições de Winnicott (1945/2000a; 1960/1990a) e de Bleger (1963/1989) que se contrapõem à concepção do ser humano como natural, abstrato e isolado de seu contexto de vida. Bleger, por sua vez, se alinha às ideias de Politzer (1928/1998) quanto à necessidade de uma psicologia concreta que focalize o drama humano em sua singularidade e nos contextos relacionais em que se produz, abandonando definitivamente a ideia de um psiquismo descolado das situações concretas de vida dos indivíduos. Ainda articulamos esta compreensão à concepção winnicottiana do ser humano como um ser ativo e criativo (Winnicott, 1971/1975a) que busca acolhimento para seu gesto espontâneo (Winnicott, 1956/2000b), situação que o predispõe a um relacionamento autêntico com o mundo e assim lhe permite a experiência de sentir-se vivo e real e que sua vida vale a pena ser vivida (Winnicott, 1971/1975a; 1962/1990b).

A inspiração para o título deste campo advém das experiências comunicadas pelo grupo de rap Racionais MC's em seu álbum “Sobrevivendo no Inferno” de 1997. Conforme Oliveira (2018), este álbum é considerado uma obra-prima da música popular brasileira que chegou a alcançar todas as camadas sociais, desde os “manos da quebrada” até os *playboys*. Sua repercussão se dá para além da produção cultural e da inspiração para diversos trabalhos acadêmicos, sendo considerado um caso em que a arte de fato transforma vidas e tem grande impacto na realidade concreta das pessoas.

Em sobrevivendo no inferno, a ética atravessa a dimensão estética de tal maneira que, em seus momentos de maior contundência, o valor da obra deve ser calculado por sua capacidade de, literalmente, salvar vidas. Esse é o grau de radicalidade desta produção. (Oliveira, 2018, p.32)

O álbum foi lançado no ano de 1997, em uma década marcada pela extrema violência e mortalidade das populações negras e periféricas e se organiza em torno do massacre ocorrido em um centro de detenção na capital paulista, o Carandiru, no ano de 1992. Neste mesmo ano, outros dois massacres chocaram o país, a chacina da Candelária e a chacina de Vigário Geral. Essas três tragédias apontavam para uma norma que se estendia para além dos muros das prisões. Essa sequência de episódios revelava o projeto de gerenciamento da miséria por meio da violência. Segundo Oliveira (2018), a população da periferia sentiu na pele que esse modelo genocida de organização social, cujos mecanismos datavam da escravidão e foram aprimorados à época da ditadura militar, se estendia para além daqueles considerados criminosos e com a aprovação da opinião pública.

Por meio deste álbum, os Racionais conseguiram ilustrar de maneira formal o que o Brasil havia assumido como projeto político; nas palavras de Oliveira (2018, p.27), “um verdadeiro campo de extermínio a céu aberto, que tem como aspecto decisivo a produção e a gestão da violência contra os mais pobres”. Essa perspectiva vai ao encontro do conceito de necropolítica que foi cunhado por Achille Mbembe (2016). Em seu estudo sobre a necropolítica, o autor aprofunda a relação entre poder e morte abordando as formas como o poder político se apropria da morte como objeto de gestão, no qual se constitui um indicador que possibilita analisar o campo das violências, inclusive o genocídio e o enclausuramento de determinadas populações no âmbito das democracias liberais.

Em outras palavras, o poder não só se apropria dos modos de vida estabelecendo normas de como devemos agir, mas também adota medidas no sentido da administração da morte, escolhendo dentre as pessoas ou determinados segmentos da população quem deve morrer, como devem morrer e o que deve acontecer com os corpos. Esse conceito é fundamental para pensarmos nossa sociedade contemporânea.

No Brasil, o conceito de necropolítica se articula com outros conceitos como o racismo, o discurso do inimigo interno, o neoliberalismo, entre outros, sendo as forças de segurança responsáveis pela gestão violenta e mortífera das populações periféricas de nosso país, de acordo com a perspectiva de gestão de como e quem deve morrer. Os objetivos da necropolítica não estariam, portanto, restritos ao fazer morrer, mas se ocupariam de gestar as próprias condições de morte. Por exemplo, quando determinadas regiões são continuamente

submetidas ao controle das condições necessárias para sua sobrevivência em níveis mínimos (Mbembe, 2016).

Na sociedade atual, ainda que se apresente um discurso de pacificação ante as guerras, observamos o reconhecimento das periferias como um “não-lugar” que se mantém em constante estado de exceção e guerra generalizada em que se busca o extermínio da população que lá reside sob a justificativa de uma pacificação dos costumes (Mbembe, 2017). A segurança pública passa a gerir essas condições, respaldada pelo discurso de guerra às drogas, quando bem sabemos que as guerras não são feitas contra objetos mas são direcionadas a determinados grupos populacionais. Assim, cria-se nas regiões periféricas o mito do inimigo interno que precisa ser combatido para que a ordem ou a segurança da população que reside nas regiões centrais seja supostamente assegurada.

Dessa maneira, Mbembe (2017) indica o estabelecimento de uma “comunidade de semelhantes” a qual é regida pela lei da igualdade composta de sujeitos de direitos e uma comunidade de “não semelhantes” que são mantidos afastados e não participam da condição de sujeito de direitos. Judith Butler (2015) nos auxilia a pensar que em situações dramáticas como as guerras determinadas populações são designadas como não passíveis de luto como forma de justificar sua morte.

Para além da segurança pública, a necropolítica pode ser operada em outros setores como quando se estabelece uma política que gera condições mortíferas para aquela população; por exemplo, quando há um sucateamento e um não investimento adequado nos equipamentos de saúde. Atualmente, uma conjugação entre neoliberalismo e necropolítica tem reiterado e legitimado a adoção deste tipo de política. O discurso neoliberal que se caracteriza como uma espécie de supervalorização da potência, da performance, da criatividade apenas simula uma oposição à necropolítica, quando, em realidade, a alimenta.

No estágio atual do capitalismo temos a produção de uma expressiva parcela da população que não consegue se inserir no mercado de trabalho, exclusão esta que garante a manutenção do sistema. Há tempos atrás esse contingente de pessoas chamadas improdutivas era (re)absorvido pelo mercado de trabalho, a médio prazo, numa perspectiva desenvolvimentista. No contexto de vida atual essa lógica parece alterada na medida em que se busca gerir condições para que essa população se mantenha em uma condição de sobrevivência quando, em alguns casos, a administração da morte é certa.

*Permaneço vivo, prossigo a mística
Vinte e sete ano contrariando a estatística*

*Seu comercial de TV não me engana
 Eu não preciso de status nem fama
 Seu carro e sua grana já não me seduz
 E nem a sua puta de olhos azuis
 Eu sou apenas um rapaz latino americano
 Apoiado por mais de cinquenta mil manos
 Efeito colateral que o seu sistema fez*

(Trecho da música "Capítulo 4, versículo 3" de Racionais MC's)

Além de descrever muito bem o contexto da periferia, a importância do álbum "Sobrevivendo no Inferno" reside no fato de que o grupo conseguiu traduzir em suas composições um retrato autêntico, porque vivencial, do que é (sobre)viver em um ambiente de periferia de um grande centro urbano como a cidade de São Paulo. Em sua tese de doutorado, D'Andrea (2013) afirma que mais que representar o cotidiano da periferia com suas crônicas, a obra dos Racionais MC's ajudou a fundar uma nova subjetividade, e criou condições para a emergência do que ele denomina como sujeito periférico. Sujeito que assume sua condição de morador periférico e tem orgulho de seu lugar e começa a agir politicamente a partir dele.

Somente a partir de então foi possível um novo olhar para a periferia, antes considerada sinônimo de pobreza e violência com o apoio do discurso oficial e acadêmico. O termo periferia passa a designar cultura e potência que confronta a lógica genocida do Estado através da elaboração coletiva de outros modos de dizer. Nesse sentido, se desenvolveu um espaço discursivo em que os cidadãos periféricos se apropriaram de sua imagem, o que mudou a maneira de enxergar a periferia. Há então o surgimento de um novo tipo de voz, uma fala da periferia para a periferia que alteraria radicalmente o cenário cultural do país. A novidade está na fala de igual para igual com os "manos da quebrada", na construção de uma fraternidade que se afirma contra esse projeto de nação que os deseja exterminar: "Sobrevivendo no inferno é a imagem mais bem-acabada de uma sociedade genocida que se tornou humanamente inviável, e uma tentativa radical, esteticamente brilhante, de sobreviver a ela" (Oliveira, 2018, p. 36).

Essa luta travada pela sobrevivência fica evidente na narrativa da participante Kassandra quando nos diz:

Helena venceu Aquiles, que é o objetivo. Helena comentou sobre os erros do filho e que lá aprendeu que somos feitos de defeitos e qualidades, do qual temos que saber ensinar o filho a distinguir ou separar o certo e o errado. Faz parte da escolha da vida, e ter um objetivo com alvo positivo, que é o vencedor. O Objetivo negativo não

tem vitória, é uma batalha sem vitória. Objetivo positivo é favorável para toda sociedade. E essa organização começa em casa.

Apropriando-se da fala da personagem Helena de nossa NI, Kassandra comunica o reconhecimento da transgressão do adolescente que é objeto da MSE/LA mas também da falibilidade humana contra a qual sugere a orientação parental como único remédio. No livro “Tudo começa em casa”, Winnicott (1996) chama a nossa atenção para a importância de um lar acolhedor, seguro e organizado que sirva de sustentação para o desenvolvimento emocional saudável das crianças. Embora afirme a possibilidade de complicações decorrentes da instabilidade do ambiente familiar, Winnicott também reconhece a necessidade de suporte social para a própria família em seu percurso formador de cidadãos saudáveis e eticamente orientados. Não nos escapou a situação de precariedade em que Kassandra e os demais participantes vivem e chegamos a nos questionar sobre as condições necessárias para que uma família seja capaz de exercer sua função de cuidado e proteção de modo adequado.

Muitas vezes, quando visitava famílias assistidas pela MSE/LA como parte da minha prática profissional, pude perceber que os bairros em que residiam careciam de saneamento básico, serviços de saúde, assistência e educação, além de espaços para atividades de lazer ou esportivas. Em um bairro específico não possuía sequer um Centro de Saúde, os moradores precisavam pegar um ônibus até o bairro vizinho para serem atendidos pelo médico. Além de residirem em áreas dominadas pelo tráfico de drogas, uma outra questão que se colocava para a mobilidade dessa população era a dificuldade de transporte coletivo. Muitos moradores precisavam se servir de até três ônibus para chegar ao centro da cidade.

Uma outra queixa recorrente das famílias era a dificuldade de conseguir emprego pelo simples fato de morarem em determinado bairro da cidade. Quando o empregador tomava conhecimento do bairro de residência do candidato nem o convocava para a entrevista. Uma estratégia a que recorriam para ter a chance de serem entrevistados era fornecer o endereço de algum parente ou amigo que morasse em outro bairro.

Inseridas neste ambiente de precariedade, exclusão e violência, as famílias também se deparam com situações violentas, caóticas e pontuadas por carências diversas em seu próprio núcleo, como se refletissem a violência que sofrem no âmbito social. Em sua entrevista, Elza relata o uso abusivo de álcool por parte de seu companheiro e como ele se tornava agressivo chegando a agredi-la. Mesmo após a separação, o ex-companheiro continuou a ameaçá-la, dessa vez indo até o portão de sua casa para mostrar uma arma.

Em outro trecho de entrevista Madalena nos aponta para esse ambiente de hostilidade e instabilidade quando explica a agressividade de seu ex-companheiro: “Ele não queria que eu me desenvolvesse”. Aqui ela se mostra consciente da opressão sofrida na relação com seu ex-companheiro. Na NT de Madalena encontramos ainda alusão ao papel do uso abusivo de substâncias na manutenção de um ambiente familiar de violência e caos: “Madalena contou que ele era muito violento e que foi agredida diversas vezes. Segundo seu relato, seu ex-companheiro fazia uso de múltiplas substâncias psicoativas, mas era quando ele estava intoxicado com álcool que ficava mais violento”.

Desde o início da vida esses adolescentes lutam pela sobrevivência, seja ela física, psicológica ou social, da mesma maneira que seus familiares enfrentam os desafios e limitações impostos pelo ambiente de precariedade no qual vivem. Vale lembrar que Winnicott (1960/1990c) sublinha a diferença entre sobreviver e viver. Viver pressupõe uma relação criativa com o mundo que, por sua vez, depende do acolhimento do gesto espontâneo da criança e adolescente pelo ambiente humano que o sustenta e assim facilita o desenvolvimento das capacidades potenciais que cada um traz ao nascer. Entretanto, quando se está limitado à sobrevivência, não há espaço para a espontaneidade ou para experiências que visam o enriquecimento do self, o que resta é um ambiente invasivo de privação e violência que mobiliza defesas primitivas para garantir a sobrevivência.

A partir destas proposições sobre um sujeito periférico que sobrevive a um contexto de necropolítica gerador de vulnerabilidades sociais que se sobrepõem sem trégua, questionamo-nos sobre a experiência afetivo-emocional dos jovens participantes deste estudo e suas perspectivas futuras de realização pessoal. Residentes das regiões periféricas, tanto adolescentes quanto familiares são tratados como não cidadão visto que a política de precarização da vida da juventude marginalizada tem produzido meios de subjetivação pelos quais os jovens se tornam empresários de si mesmos e são responsabilizados pelos seus eventuais fracassos. Nesse sentido, obsevamos o crescimento de jovens que terceirizam seus serviços em plataformas digitais que oferecem serviços por aplicativos. Pela impossibilidade de inserção no mercado de trabalho formal dada a desigualdade educacional que é fruto da desigualdade social, tais jovens parecem afinar suas ações a partir da perspectiva de sobrevivida e administração da morte, proposta por Mbembe (2016), ocupados que estão em sobreviver no inferno...

SUBCAMPO 1: O GRITO DOS SILENCIADOS

O título deste subcampo foi escolhido a partir da fala da participante Kassandra referindo a reação daqueles que foram silenciados por qualquer tipo de repressão ou opressão. Neste campo em que o self é silenciado e pouco espaço é dado à expressão pessoal autêntica e a realidade invade em toda a sua violência, crianças e adolescentes que deveriam estar sendo cuidados, protegidos, estimulados e orientados seguem suas vidas solitários, não porque não tenham pais, irmãos e avós, mas porque estão todos abandonados à própria sorte. Como articular o pessoal ao social nesse campo de experiência guiada pelo medo da aniquilação do self?

Winnicott (1951/1975b) propõe que essa articulação entre mundo interno e mundo externo, cujo resultado futuro é uma espécie de adaptação criativa do indivíduo à realidade, não se dá automaticamente, mas pela via de experiências transicionais que, como o próprio nome indica, permitem a transição e o diálogo entre esses dois mundos. E é nesse 'entre' que a criança, o adolescente e o adulto desenvolvem o tipo de relação que estabelecerão com a realidade, na medida em que seus gestos espontâneos forem permitidos, respeitados, valorizados. Em sentido inverso, quando o ambiente/realidade invade, desrespeita, apresentando uma realidade excessiva para a capacidade do indivíduo suportar dor e sofrimento, o que se obterá é uma reação (Winnicott, 1962/1990b), não uma ação, mais precisamente uma ação reativa.

Segundo a teoria winnicottiana, é o ambiente humano que cerca uma criança que lhe proverá as oportunidades para vivenciar essa terceira área de experiência - a transicional - nas figuras dos pais, familiares, professores, vizinhos, amigos, em círculos sociais cada vez mais amplos que a integrem na sociedade à qual pertence. Se no lugar de um crescente diálogo, encontramos a disputa, a defesa, a luta pela sobrevivência. O indivíduo que segue a vida se defendendo da repressão ou da opressão perde a oportunidade de ser ele mesmo, perde contato com o self verdadeiro o qual precisa proteger ocultando-o da própria vista.

É esta área transicional que na vida de adulta se converterá em lugar de repouso para a exaustiva tarefa humana de adaptar-se à realidade sem perder o contato consigo, mantendo a realidade interna e a externa separadas ainda que interrelacionadas. É o lugar da experiência imaginativa onde o indivíduo caminha da inabilidade até a habilidade de reconhecer e aceitar a realidade. Essa é a área em que se desenvolvem o brincar, a arte, a religião e o trabalho criativo, onde compartilhamos crenças, valores e princípios e desfrutamos do sentimento de pertencimento a um grupo. Contudo, quando exigimos demais da credulidade de outras pessoas que não compartilham da mesma experiência, forçando-os a acreditar em uma experiência que não é própria deles, temos uma marca distintiva de loucura.

Nesse sentido, a transicionalidade comporta um certo nível de loucura/imaginação, desde que nos afaste da realidade apenas parcialmente e temporariamente ou que permita uma adaptação criativa, aquela que conjuga realidade e subjetividade. Não é o que vimos nesse contexto hostil a expressões de self em que vivem os participantes deste estudo, cercados por carências e violências das quais estão o tempo todo se defendendo.

Desse modo, o subcampo “O Grito dos Silenciados” revela não somente a opressão social sofrida pelos participantes mas também sua vitalidade, sua recusa em silenciar, um grito de revolta ou de socorro. Refletimos sobre o modo como os adolescentes e suas famílias lidam com suas dificuldades, como buscam transformar o lugar onde vivem, ainda que ele seja um inferno, num lugar em que seja possível (sobre)viver. Quando Kassandra refere o quintal dos fundos de sua casa como sua *fazenda*, notamos como naquele espaço transicional circulam lembranças do passado, pois foi naquela casa/senzala que se sentiu escravizada pelo pai, planos para o futuro como cuidadora de jovens abandonados pela sociedade, além de se configurar como o seu espaço de refugio, de descanso da realidade. Naquele lugar repleto de plantas, gatos e cachorros em desordem sentimo-nos compelidos a compartilhar da ‘loucura’ de Kassandra. Afinal, como viver naquele caos sem ‘enlouquecer’? Uma pequena fuga terapêutica antes de voltar para a realidade cruel?

Já quanto aos adolescentes, o cometimento de uma infração pode ser compreendido como um pedido de ajuda ou um grito de revolta contra o massacre do sujeito periférico (D’Andrea, 2013), aquele que é jogado para fora do sistema como excedente humano (Bauman, 2007). Winnicott (1956/2002) nos ajuda a pensar a questão dos atos infracionais a partir da perspectiva do que ele chamou de tendência antissocial. Para o autor o que está na base desta tendência seria o sentimento da criança que possuía algo de muito valioso até que, em certo momento da vida, isso é perdido e essa criança sente que o ambiente tomou dela aquilo que tanto necessitava. Como consequência dessa privação, a criança ou o adolescente se sente no direito de reivindicar do ambiente aquilo que lhe foi roubado. A queixa é agora dirigida contra a sociedade sob a forma de ato infracional.

Enquanto a criança saudável testa o ambiente a fim de garantir sua própria segurança, diz Winnicott (1956/2012), quando não a encontra em seu lar, mas ainda conserva a esperança, busca preencher essa lacuna com os avós, tios, amigos ou na escola. A criança que já não tem esperança de encontrar nos relacionamentos familiares ou o adolescente que já os está substituindo pela relação com seus pares está olhando um pouco além, buscando na sociedade a estabilidade que precisa.

Nesse sentido, podemos supor que uma saída para o quadro de privação crônica que observamos nas famílias atendidas pela MSE/LA que os adolescentes encontrem alívio para o sofrimento mediante o uso de drogas, o que fica evidente na fala do adolescente José Luis, quando reclamou da distância entre ele e sua mãe e disse: “Sabe, eu olho pro celular assim e não recebo nenhuma mensagem da minha mãe, aí eu coloco o tiro em cima do celular e mando”. A busca de José Luis pelo carinho materno ou pelo menos uma explicação sobre os motivos que levaram sua mãe a deixá-lo para sempre aos cuidados de sua avó já seria um ponto de partida para sua existência. Com Winnicott (1951/1975b) é possível compreender a atitude de José Luiz como tentativa desesperada de recuperar a mãe perdida, satisfação simbolicamente representada pela carreira de cocaína derramada na tela do celular.

Além do uso que pode trazer alívio imediato para certas situações, a droga ainda pode proporcionar outro tipo de experiência. Quando um adolescente se envereda pelos caminhos do tráfico de drogas, pode encontrar o acolhimento que não reconhece em casa. O tráfico de drogas tem sido considerado como a pior maneira de exploração do trabalho infantil. Contudo, o adolescente que se submete a esse tipo de exploração conquista status, proteção, uma ideia para defender, além dos ganhos financeiros, obtendo tanto a segurança quanto o reconhecimento que lhe faltavam em sua precária condição de vida.

Vejamos o que diz a NT sobre o encontro com Wallace: Ainda muito jovem, com 17 anos, já era pai de dois filhos, que nasceram prematuramente. A mãe de seus filhos também era uma adolescente. Então, Wallace começou a se cobrar muito sobre a responsabilidade de assumir os cuidados de seus filhos e de sua companheira. Foi nesse momento que ele optou por fazer um “corre” no tráfico para garantir o sustento dos filhos. O leite, as fraldas, as pomadas, tudo estava muito caro. Entendia que, como ele era o pai, era seu dever assumir todas essas responsabilidades.

Durante minha atuação profissional no acompanhamento dos adolescentes e seus familiares no cumprimento da medida, encontrava essa situação de maneira recorrente. Era comum encontrar adolescentes que não conseguiam um emprego digno, pois não contavam com apoio familiar, não tinham idade suficiente, nem um bom nível de escolaridade. Encontravam no tráfico uma saída que lhes permitia comprar roupas, tenis, comida, e até pagar um lanche para uma eventual namorada ou um amigo.

Nesse momento me recordo do atendimento de um adolescente de 16 anos que não sabia ler nem escrever, apesar de frequentar a escola. Ele se queixava constantemente de que nunca foi amado pela sua mãe e que, por essa razão, não conseguia experimentar e tampouco identificar o amor em outras pessoas, nem mesmo por sua namorada. A mãe nunca conseguiu

assegurá-lo de que o amava, enquanto o filho fazia uso de drogas, chegando a ficar em situação de rua. Sua reivindicação a respeito do amor materno sempre vinha carregada de lágrimas. Uma vez fui até sua casa para acompanhá-lo até a escola para tratar da retomada de seus estudos. Assim que cheguei em sua casa me lembrei daquela canção do Caetano que diz: “aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína”. Ele morava em um cômodo dividido apenas por uma parede da casa da mãe, onde guardava uma de suas motos. Sustentava uma paixão inigualável por motos, ou seria pela liberdade que estas representariam? Entretanto, o que gostaria de evidenciar é que esse menino encontrou no tráfico uma maneira eficaz de se sustentar, superando a mera sobrevivência. Segundo seu relato, seus ganhos diários com o tráfico chegavam a quatrocentos reais. Dizia que usava o dinheiro para comprar café da manhã para si e para sua mãe, para comprar marmitta na hora do almoço, pagava as despesas de sua namorada com o salão de beleza, e ainda comprava peças para suas motos.

Na luta pela sobrevivência os adolescentes buscam saídas para um ambiente hostil que aponta para a morte como único destino. Muitos deles encontram no tráfico de drogas uma solução rápida para sobreviver e, quem sabe, viver. Em meio a escassez de recursos e de afeto, o tráfico de drogas oferece a esses adolescentes um ideal para defender, um lugar social, proteção, respeito e o ganho financeiro que lhes permite inclusive auxiliar a família.

Os adolescentes que cumprem a medida são oriundos de lares onde há muita violência, sendo a figura paterna ausente, frágil ou autoritária. Portanto, longe de se tornar uma referência identitária para os filhos, os pais revelam a própria miséria em que vivem, oferecendo-se como um antimodelo em sua desolação. O processo adolescente, que caminha no sentido inverso, levando o adolescente a explorar seu potencial e se afirmar como ser de direitos com toda a sua energia vital, força uma autonomia precoce para se contrapor ao processo de fragilização a que essas famílias estão submetidas. Mais fácil seria culpar o pai ou a mãe, individualizando um problema que é social.

Não estamos propondo uma explicação simplista do ato infracional, retirando toda a responsabilidade do jovem ou de sua família, mas sabemos que eles não carregam sozinhos esse fardo de culpa, pobreza, exclusão e violência. Talvez simplesmente não aceitem o destino que lhes está sendo imposto e numa estratégia desesperada ‘gritam’, na esperança de mudar seu destino. Nesse sentido, a transgressão contida em um ato infracional pode ser a via pela qual as subjetividades podem resistir ao imperativo da normalização e da disciplina. O adolescente transgredir para resistir à norma e à disciplina que impede o acesso aos bens materiais, culturais, e sociais conquistados pela parcela dominante da sociedade (Souza &

Coelho, 2014). Não seria esse um sinal de saúde? Se a resposta for sim, estaríamos criminalizando e punindo o adolescente que busca uma saída para a periferia existencial.

SUBCAMPO 2: “A MEDIDA ... É TIPO UMA COLUNA QUE SUSTENTA”

O segundo subcampo emerge da fala emblemática de um dos participantes da pesquisa, Fernando Blue, quando comenta sobre o papel da MSE/LA em sua vida: “A medida cimentou meus pés, é tipo uma coluna que sustenta”. Em sua primeira parte, esta frase pode nos remeter a uma ideia de algo que está estático, sem movimento, paralisado. Contudo, na segunda parte aponta para uma questão importante que é a sustentação ambiental que resulta no sentimento de segurança da criança. Daqui somos levados diretamente ao conceito de *holding* concebido por Winnicott (1960/1990c).

Em seus estágios iniciais do desenvolvimento, a criança necessita que a mãe, ou seu substituto, se adapte às suas necessidades e assim sustente o seu existir no tempo. Isso exige da mãe/cuidador uma atenção e percepção sobre aquilo que a criança realmente precisa para que possa atendê-la em suas necessidades básicas. Para isso conta com sua sensibilidade, desenvolvida já na gestação para oferecer a sustentação necessária para que a criança possa ser a partir de si mesma. Winnicott (1956/2000b) apontou essa preocupação materna primária como o estado psicológico que permite ao cuidador se identificar e satisfazer aquele que está sob seus cuidados. Nesse aspecto, as palavras de Blue sugerem falta de sustentação, sentimento de insegurança, desamparo, tendo encontrado no ambiente da MSE/LA o tipo de cuidado que lhe faltava.

Em outras palavras, esta adaptação do cuidador às necessidades do outro garante sua sobrevivência em termos físicos e psicológicos. Como vimos até aqui, sobreviver ao ambiente da periferia não é uma tarefa simples, pois as pessoas que ali residem estão sujeitas aos riscos de um ambiente onde diversas interseccionalidades estão atuantes, tais como raça, etnia, classe social, idade e gênero.

O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002; 2004) objetivando destacar as consequências da superposição de duas ou mais formas de discriminação e exclusão na vida de uma mesma pessoa. Uma metáfora que auxilia na compreensão do termo seria a de um cruzamento de ruas, no qual cada uma das ruas representa um eixo de discriminação. Uma pessoa que se encontra situada no centro do cruzamento, ou seja na intersecção das ruas, poderá sofrer colisões de todos os lados (Manna, 2018). Os trabalhos de Crenshaw sugerem a incorporação da questão de gênero à prática dos

direitos humanos, o que permite identificar como a vida das pessoas é afetada pela combinação de diferentes formas de discriminação. O uso do termo interseccionalidade foi sendo ampliado de modo a conjugar diversas maneiras de discriminação como raça, etnia, classe social, gênero, deficiência, idade, entre outras.

Como vimos no subcampo anterior o cometimento de um ato infracional por um adolescente pode figurar como um grito de socorro e uma potencial busca de transformação da situação de precariedade e vulnerabilidades social em que os sujeitos periféricos estão vivendo. Quando da ocorrência de um ato infracional é comum que os pais se questionem a respeito de seus erros na criação/educação daquele filho, tentando identificar o que deixaram de fazer, o que faltou. Observamos na NT de Elza, como os pais buscam compreender os motivos do filho e se responsabilizam por sua conduta: “Sempre deu o necessário e além do que o filho precisava, e sempre procurou ser amiga, escutar, orientar, falar, aceitar algumas opiniões, mas parece que não foi o suficiente.”

Embora conheçamos a história de vida de muitas das famílias atendidas pela MSE/LA, não nos determos na análise das falhas ambientais que comprometeram o desenvolvimento desses adolescentes, visto que suas famílias estiveram expostas aos mesmos riscos e às mesmas privações. Nesse ponto nos afastamos de Winnicott e sua ênfase no ambiente familiar para focalizar o que de fato pode trazer alguma transformação na vida desses adolescentes, uma vez que os reconhecemos como sujeitos periféricos dotados de um potencial para o crescimento pessoal.

Quando o poder judiciário encaminha um adolescente para o cumprimento de uma medida socioeducativa, a expectativa é que as condições que motivaram o encaminhamento cessem e o adolescente deixe de cometer infrações. Como já dissemos, quase sempre o encaminhamento para a medida vem cumulado com outras medidas protetivas como a matrícula escolar, o acompanhamento de saúde em equipamentos especializados, entre outros. Geralmente, os adolescentes cumprem suas medidas em um período de seis meses e chegamos a nos questionar se em um período tão curto de tempo é possível realizar algo de significativo por esses adolescentes e suas famílias.

Apesar dessa dúvida, fomos surpreendidos pelas narrativas dos adolescentes que apontavam para a capacidade de apoio da MSE/LA. Em seu relato, Fernando Blue se lembrou de um tempo muito difícil em que não via perspectiva em sua vida, quando foi encaminhado para a internação em uma unidade da Fundação CASA: “Naquela época imaginava que minha vida tinha acabado, que depois daquele tempo internado não teria mais futuro”. Contudo, teve outra experiência quando foi liberado e iniciou seu acompanhamento na Medida: “Entendi

que aquele era só o começo da minha vida, e aquilo não era um fator limitante...” Em oposição à internação, que figura mais como punição, a MSE/LA se mostrou, na ótica do adolescente, como veículo para sua retomada, uma segunda chance, para a qual o suporte da equipe profissional era decisivo.

Jeremias também reconheceu que a MSE/LA o ajudou muito, “deu um adiantamento”. Lembrou de dois momentos marcantes, quando o Orientador de Medida o auxiliou a regularizar sua documentação pessoal e sobre a ocasião em que foi acompanhado até a junta militar para realizar seu alistamento: “O Orientador desenrolou, hein! Fomos até de carro até lá, quando chegamos ele já conhecia todo mundo, nem demorou muito”.

Outro fato que chamou a nossa atenção foi o reconhecimento do papel fundamental que o Orientador de Medida tem para o adolescente. Pelos relatos dos participantes a centralidade da figura do Orientador de Medida parece residir no fato deste focalizar suas ações nas necessidades imediatas do adolescente em busca de inserção social. Pareceu-nos função usualmente atribuída ao pai na nossa cultura, como sendo aquele que orienta o filho nas questões práticas da vida e ainda o acompanha em seus primeiros passos na vida adulta. Nesse aspecto podemos contrapor essa adequação do Orientador à experiência de Wallace com seu pai a quem descrevia como muito distante e que só aparecia quando o filho cometia um ato infracional.

Ainda pensando na importância de uma oferta ambiental que se adapte às reais necessidades dos adolescentes, salientamos uma situação ocorrida com Jeremias. Quando chegou para iniciar o cumprimento de sua medida socioeducativa, Jeremias já tinha recebido uma medida protetiva para realizar um tratamento de saúde mental no CAPS Ad devido ao uso de cannabis que ele reconheceu fazer. A Orientadora de Medida o acompanhou para realizar o acolhimento no CAPS. Contudo, os profissionais do CAPS que o avaliaram não identificaram a necessidade que fosse tratado naquele equipamento e o encaminharam para realizar o Centro de Saúde. Entretanto, Wallace não compareceu aos atendimentos no Centro de Saúde, comparecendo apenas aos atendimentos da medida socioeducativa. A Orientadora que acompanhava Wallace percebeu que seu padrão de consumo havia se alterado e que, portanto, a MSE/LA estava sendo suficiente para seu caso.

Mais que um simples acompanhamento, a Medida parece devolver a prática de cidadania para os adolescentes, como a regularização da documentação pessoal citada por todos os adolescentes entrevistados. Além disso, a elaboração dos currículos e o auxílio para a futura inserção no mercado de trabalho também é algo apontado pelos adolescentes como algo importante. Sobre esse aspecto, Wallace explica: “A medida meio que prepara e deixa a

gente na cara do gol pra arrumar um emprego”. Sobre esse apoio, Fernando Blue acrescenta: “A medida me ajudou a tirar minha documentação, se não fosse assim eu não conseguiria. Minha mãe tem que cuidar do meu pai que está acamado e não tem como me acompanhar para fazer isso”.

Aqui destacamos uma fala que demonstra a importância que o acompanhamento assume para esses adolescentes é: “A medida faz coisas que nem a mãe da gente faz, nem um pai. Só falta pegar a gente pela mão e colocar no ônibus. Faz currículo, ajuda a entregar nos lugares. Isso é muito bom, ajuda muito”. Nessa fala de Blue percebemos que a medida muitas vezes assume o papel da família. Além disso, nos dá indicativos a respeito do tipo de cuidado que eles esperam e necessitam.

Ainda indicando o tipo de cuidado que necessita, disse: “Tipo essa coisa de depressão, que tem muito hoje em dia, é porque o jovem não tem onde ir trocar uma ideia, falar de suas coisas. A gente vem aqui, conversar, trocar uma ideia, isso ajuda muito. Às vezes eu chegava desanimado, alguém percebia e vinha perguntar o que tinha acontecido. Só de ter alguém que pergunta como foi seu dia muda muita coisa, dá outro ânimo. Quando você vem pra medida tem muito apoio, as pessoas conversam, ajudam a fazer currículo, a encontrar empregos, e também oferecem os cursos.”

Outro aspecto que os adolescentes salientaram no relacionamento que mantêm com o Orientador é o que chamaram de “conversa”. Nas palavras de Wallace: “Conversar é muito importante, no começo eu não queria vir, achava que não tinha nada a ver. Conforme fui conversando com a Orientadora e com as pessoas da equipe, minha opinião a respeito da medida foi mudando, e fui percebendo que a medida poderia ser uma coisa muito boa. Muitas vezes estava cansado, chateado, desanimado, meio ‘cabreiro’ com algumas coisas, e ir até a medida e ter alguém pra conversar e desabafar me ajudou muito. Só de chegar e uma pessoa perceber que você está triste e perguntar se está tudo bem já muda o dia da gente.”

Wallace fala do olhar do outro que o vê como ser humano digno de atenção e cuidado e que, dessa forma, encontra dentro de si o ser humano que lá se ocultava para se proteger do ambiente hostil. Fernando Blue ilustra esse aspecto quando diz que depois da conversa com a equipe, de trocar um papo, saiu de lá ‘de boa’, animado para cumprir a medida. Daí para frente, focou na medida, em arrumar um ‘trampo’, seguiu a vida. Blue ainda contou que às vezes recebia um convite para fazer uma “fita”, mas recusou todos esses convites, pois tinha o compromisso de comparecer à OSC para alguma atividade. “Isso me salvou!”, ele reconhece. Ressaltou, ainda, que as relações de amizade e parceria foram importantes, pois “às vezes a

gente não tem isso com a família. Por exemplo, a gente vem aqui, senta na mesa todos juntos e almoçamos, nem sempre se tem isso em casa”.

Nesse sentido, recordo do caso de outro adolescente que atendi enquanto atuava como psicólogo na MSE/LA. Seu nome era Juan Miguel. Juan foi apreendido em uma cidade do litoral paulista, longe de onde morava com sua mãe, cometendo ato infracional equiparado ao tráfico de drogas. Após uma breve passagem pela Fundação CASA foi encaminhado para cumprir MSE/LA. Durante o cumprimento de sua medida, a Orientadora que o acompanhou levou-o a refletir sobre como ele vinha sendo explorado quando se submetia a este tipo de trabalho, deixando de ter garantias trabalhistas, além de correr todo tipo de risco. Ao mesmo tempo pensaram juntos aonde ele gostaria de chegar e o que gostaria de conquistar em sua vida.

Concomitante aos atendimentos onde a escuta afinada e esse tipo de reflexão eram oferecidas, Juan se interessou pela Oficina de Barbearia, participou e concluiu sua formação como barbeiro. Além da elaboração e a entrega de currículos para se candidatar às vagas de empregos disponíveis, Juan participou de alguns processos seletivos. Saía-se muito bem nas fases iniciais, mas na hora da entrevista faltava. Parecia haver ali um medo, um medo de fracassar mais uma vez. Após alguma reflexão a respeito de sua conduta, conseguiu superar o medo e comparecer a todas as etapas do processo seletivo para uma vaga no aeroporto de sua cidade, para a qual foi aceito e logo começou a trabalhar. Há algumas semanas em seu novo trabalho, Juan foi liberado da MSE/LA. Ficou feliz com a notícia, mas sua felicidade não foi maior ao saber que não seria mais acompanhado. Eventualmente, Juan passava na medida para cumprimentar seus conhecidos e dizer que estava tudo bem com ele.

Sabemos que no Brasil há muitas comunidades como as que visitamos, onde Kassandras, Elzas, Josés Luiz, Fernandos Blue, Madalenas e Wallaces vivem uma realidade de precariedade, abandono e violência usando todas as armas que têm para sobreviver no inferno. Os pais frequentemente já desistiram de esperar um futuro melhor, mas as crianças e os adolescentes com todo o seu potencial para a vida lutam por um lugar, gritam para espantar o silêncio em que foram deixados. A experiência na MSE/LA permitiu não apenas conhecer a triste realidade dessas famílias, mas saber que algo ainda pode ser feito, como oferecer uma palavra amiga, um ombro para chorar, um documento para ser alguém e uma chance para trabalhar.

Também sabemos que o problema é grande demais para ser resolvido pela Medida, pois essas populações carecem do mínimo necessário para ter uma vida digna, para ter um lugar ao sol e não na sombra da sociedade, para ter seus direitos respeitados, sua educação e

saúde cuidadas, sua segurança e bem estar garantidos. Como deixar de ser o efeito colateral de um sistema perverso como bem apontaram Racionais MCs? Se continuarmos a considerá-los monstros desumanos, jamais nos preocuparemos com eles. Será que aumentar os muros e ignorar sua existência diminuirá nossa responsabilidade? Achamos que não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise psicanalítica do material narrativo produzido neste estudo visou a compreensão dos dramas vividos por adolescentes que cumprem MSE/LA e os familiares que os acompanham nesse percurso, tomando a perspectiva vivencial dos participantes em articulação com os objetivos da Medida e com o trabalho oferecido pelos profissionais. Percebemos que participantes, Estado e profissionais nem sempre falam a mesma língua. Mas também percebemos que nessa confusão de línguas (Ferenczi, 1933/2002) alguns entendimentos foram possíveis chegando a nos surpreender.

A interpretação de campos de sentidos afetivo-emocionais nos permite uma visão mais panorâmica da experiência dos participantes, na medida em que buscamos compreender sua vivência coletiva sem desconsiderar as singularidades e subjetividades que dela fazem parte. Por essa razão, após análise individual e coletiva das narrativas, optamos por discutir as experiências emblemáticas que são vividas cotidianamente por essa população.

Nesse sentido, criamos/encontramos o campo de sentidos “Sobrevivendo no Inferno”, como resultado do impacto contratransferencial em todos os membros do grupo de pesquisa, quando entramos em contato com uma realidade marcada pela exclusão, pela opressão, pelo racismo, pela violência, pela desigualdade social e de gênero; enfim, um verdadeiro inferno. Os subcampos “O grito dos silenciados” e “A medida... é tipo uma coluna que sustenta” revelam o estrago produzido por essa necropolítica infernal que destituiu as populações desfavorecidas de sua humanidade, silenciando-os, mas também apontam para saídas criativas, como a saída individual, seja pelo emprego ou pelo crime, ou a saída social pela política pública que pode compensar minimamente o que a sociedade roubou dessas pessoas.

O que mais nos surpreendeu foi o tipo de cuidado psicológico implicitamente contido no protocolo da MSE/LA, não sabemos se intencional ou casualmente, que se revelou fundamental para os jovens participantes. Um cuidado psicológico que focalizou as reais necessidades dos adolescentes e de seus familiares, proporcionando a sustentação necessária para que o desenvolvimento emocional interrompido continuasse o seu curso. Para isso, faz-se

necessária uma Psicologia que fale a mesma língua dos adolescentes e que se aproxime dos dramas concretos da população que se propõe a atender.

Além disso, é necessário um alinhamento ético-político da Psicologia com as situações concretas de vida das pessoas, de sorte que a partir de uma perspectiva crítica e diferenciada seja possível promover a libertação das condições que operam a manutenção da exclusão. Nesse aspecto, Martin Baró (1996) afirma a necessidade da Psicologia concentrar seus esforços na libertação de estruturas sociais de opressão e colonização. Nesse sentido, sugere que o trabalho siga no sentido da potencialização dos povos, o que implica saber ler a realidade concreta.

Assim, é fundamental que a Psicologia produza perspectivas ético-metodológicas que busquem a transformação social. A escuta psicanalítica se mostrou eficaz no acompanhamento dos adolescentes e suas famílias, nesse enquadre diferenciado que parte de uma perspectiva de clínica extensa, permitindo a compreensão dos sentidos que as pessoas atribuem às suas vivências em condições de vulnerabilidade social e possam, a partir daí, propor mudanças nas condições concretas de vida.

Os sentidos encontrados a partir desta pesquisa demonstrou que os adolescentes reconhecem e se beneficiam de um cuidado não punitivo. Além disso, fomos surpreendidos com a constatação da necessidade de um cuidado relacionado a questões básicas, que dizem respeito a questões básicas que não foram supridas no desenvolvimento destes adolescentes.

No campo das medidas socioeducativas, onde a maioria dos adolescentes são negros, pobres, periféricos, vítimas do tráfico de drogas e de uma guerra que por anos se mostra sem sentido e longe de uma resolução, é preciso que a Psicologia dialogue com perspectivas que combatam o racismo e garantam aos adolescentes o acesso aos meios culturais, ao trabalho digno e às condições necessárias ao seu desenvolvimento. Também dialogue a partir de uma perspectiva que auxilie na superação da atual política proibicionista que mata e encarcera em massa os jovens negros, pobres e residentes de regiões periféricas.

É importante que as discussões acerca da questão adolescente ainda sejam realizadas à luz de referenciais que tenham como perspectiva a desinstitucionalização das pessoas, a exemplo da reforma psiquiátrica e da redução de danos como perspectiva ética do cuidado, na medida em que conquistaram uma alternativa à institucionalização total, para que possamos alcançar uma saída criativa para a juventude brasileira. Nesse sentido, descolonizar as atuações psicológicas pode contribuir para o rompimento com práticas e situações que naturalizam as contradições e as desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade onde todas as pessoas possam viver com dignidade.

REFERÊNCIAS

- Abramovay M., Castro, M. G., Pinheiro L. C., Lima, F. S., Martinelli, C. C. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: Unesco.
- Aiello-Fernandes, R., Ambrósio, F.F., & Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2012). O Método Psicanalítico como Abordagem Qualitativa: considerações preliminares. *Anais da X Jornada Apoiar*, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Recuperado em <http://serefazer.psc.br/wp-content/uploads/2013/09/aiello-fernandes-ambrosio-e-aiello-vaisberg-APOIAR-2012.pdf>
- Aiello-Vaisberg, T. M. J., Machado, M. C. L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits transférenciels comme presentation do vécu clinique: une proposition méthodologique. In D. Beaune (Org.). *Psychanalyse, Philosophie, Art: Dialogues* (pp. 39-52). Lille: L'Harmattan.
- Assis, N. D. P. (2019). *Vadias ou Certinhas: estudo psicanalítico sobre o sofrimento de meninas adolescentes* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Assis, N. D. P., Aiello-Fernandes, R, Aiello-Vaisberg, T. (2016). “Problemáticos ou invisíveis”: o imaginário coletivo de idosos sobre adolescentes. *Memorandum*, 31, 259-275. Recuperado em 14 de março de 2019 de <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/wp-content/uploads/2016/12/assisaiellofernandesaiellovaisberg01.pdf>
- Barus-Michel, J. (2005). Entre sofrimento e violência: a produção social da adolescência. Em *Anais do 1 Simpósio Internacional do adolescente* [online]. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Recuperado em 14, de março, de 2019, de http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc0000000082005000100018&script=sci_arttext
- Bauman, Z. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- Benjamin, W. (1992). O Narrador: reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* (pp. 27-57). Lisboa: Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 1936).
- Bleger, J. (1989). *Psicologia da Conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1963).

- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social (2016). Caderno de Orientações Técnicas: *Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília, Distrito Federal. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (2005). *Política Nacional de Assistência Social PNS/2004 e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)*. Brasília. Recuperado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf
- Campos, A. P. S., & Cury, V. E. (2009). Atenção psicológica clínica: encontros terapêuticos com crianças em uma creche. *Paideia*, 42(19), 115-121.
- Coutinho, L. A., Carneiro, C., & Salgueiro, L. M. (2018). Vozes de crianças e adolescentes: o que dizem da escola? *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 185-193.
- Costa, C. R. B. S. F., & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81.
- Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10, 171-188.
- Crenshaw, K. W. (2004). A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero* (pp.7-16). Brasília. Unifem. 2004.
- D'Andrea, T.B. (2013). A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- De Paula, L. (2004). A família e as medidas socioeducativas A inserção das famílias na socioeducação dos adolescentes autores de ato infracional. (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Dias, A. C. G.; Arpini, D. M. & Simon, B. R. (2011). Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 526-535. doi/10.1590/S0102-718220110

- Ferenczi, S. (2002). Confusion of tongues between adults and the child. In S. Ferenczi, *Final contributions to the problems and methods of psychoanalysis* (pp. 156-167). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1933)
- Ferro, A. (2005). Which reality in the psychoanalytic session? *Psychoanalytic Quarterly*, 74, 421- 442.00300010
- Fleck, M. P. A. (2000). O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 33-38. Doi 10.1590/S1413-81232000000100004
- Flick, U. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., Santos, R. L. A., Dias, O. V., & Costa, S. M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Rev. Paul. Pediatr.*, 31(2), 258-64.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Freud, S. (2010). *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: ("O caso Schreber")*: artigos sobre técnicas e outros textos (1911-1913). São Paulo: Companhia das Letras (Trabalho original publicado em 1911).
- Freud, S. (1923). Psicanálise e Teoria da Libido. In *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago.
- Fulgêncio, L. (2013). Metodologia de pesquisa em psicanálise na universidade. In C. A. Serralha & F. Scorsolini-Comin. (Org.). *Psicanálise e Universidade: um encontro na pesquisa* (pp. 27-67). Curitiba: CRV.
- Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. M. (2011). Narrativa interativa e psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 157-163.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Uso terapêutico de narrativas interativas com mães em situações de precariedade social. *Psico*, 42(4), 494-502.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia clínica*, 25(1), 17-35.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). Interactive narratives in the investigation of the collective imaginary about motherhood. *Estudos de Psicologia*, 33(1), 25-35.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(2), 57-63.

- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363. doi/10.1590/S1413-81232005000200013
- Herrmann, F. (1979). O método da psicanálise. São Paulo: Brasiliense.
- Herrmann, F. (2011). *Introdução à teoria dos campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lazzarotto, G. D. R. (2014). Medidas Socioeducativas: Cartas ao reinado do saber. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 503-514. Doi 10.1590/1413-73725000313
- Lei n. 8.069, 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm
- Lei n. 8742, 7 de dezembro de 1993. *Lei Orgânica da Assistência Social*.
- Lei n. 12.594, 18 de janeiro de 2012. *Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratique ato infracional; e altera as leis nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560 de 19 de dezembro de 1986, 7.998 de 11 de janeiro de 1990, 5.537 de 21 de novembro de 1968, 8.315 de 23 de dezembro de 1991, 8.706 de 14 de setembro de 1993, os Decretos-lei n 4.048 de 22 de janeiro de 1942, 8.621 de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei n. 5.452 de 1 de maio de 1943*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm
- Machado, D. O., & Fulgencio, L. P. (2010). Contribuições para o estudo da adolescência sob a ótica de Winnicott para a Educação. *Psicologia em Revista*, 16(1), 67-80.
- Malvasi, P. A., & Adorno, R. C. F. (2014). A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde soc.*, 23(1), 30-41. Doi 10.1590/S0104-12902014000100002
- Manna, R.E. (2018). A experiência vivida por mulheres idosas como sofrimento social. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>

- Mbembe. A. (2016). Necropolítica. *Arte e Ensaios (UFRJ)*, 32, 123-151. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>
- Mbembe. A. (2017). *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona.
- Menicucci, C. G., & Carneiro, C. B. L. (2011). Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no Sistema Socioeducativo de Minas Gerais. *Serviço Social & Sociedade*, 107, 535-556. Doi 10.1590/S0101-66282011000300009.
- Naffah Neto, A. (2006). A pesquisa psicanalítica. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 279-288.
- Nunes, M. R., Ferriani, M. G. C., Malta, D. C., Oliveira, W. A., & Silva, M. A. I. (2016). Rede social de adolescentes em liberdade assistida na perspectiva da saúde pública. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(2), 298-306. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2016690213i>
- Oliveira, A. S. (2018). O evangelho marginal dos Racionais MC's. In *Racionais MC's Sobrevivendo no inferno* (pp. 19-37). São Paulo: Companhia das Letras.
- Pedron, L. S. (2012). *Entre o coercitivo e o educativo: uma análise da responsabilização socioeducativa na internação de jovens em conflito com a lei*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Brasil.
- Politzer, G. (1998). *Crítica aos Fundamentos da Psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba: UNIMEP. (Original publicado em 1928).
- Silva, M. A. I., Mello, F. C. M., Mello, D. F., Ferriani, M. G. C., Sampaio, J. M. C. & Oliveira, W. A. (2014). Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(2), 619-627. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.22312012>
- Simon, R. (1989). *Psicologia clínica preventiva: novos fundamentos*. São Paulo: EPU.
- Simon, R. (2015). A psicoterapia no século XXI: possibilidades, novas perspectivas, desafios. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 23(2), 69-74.
- Souza, C. R. A. & Coelho, D. M. (2014). Ideais e perversidades em jogo nas Políticas Públicas de Assistência Social: uma leitura psicanalítica dos valores e práticas. *Tempo psicanalítico*, 46(2) 253-269. Recuperado em 19 de janeiro de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Stake, R. E. (2011). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso.

- Winnicott, D. W. (1960). Agressão, culpa e reparação. In D. W. Winnicott *Privação e delinquência*. (pp.153-162). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (1975a). O Brincar: a atividade criativa e a busca do *self*. In D. W. Winnicott, *O Brincar & a Realidade*. (pp. 88-107). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D.W. (1975b). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D.W. Winnicott, *O Brincar & a Realidade* (pp. 10-47). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1951)
- Winnicott, D.W. (1975c). Conceitos contemporâneos de desenvolvimento adolescente e suas implicações para a Educação superior. In D.W. Winnicott, *O Brincar & a Realidade* (pp. 187-203). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1968)
- Winnicott, D. W. (1984). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1971)
- Winnicott, D.W. (1990a). Teoria do relacionamento paterno-infantil. In D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp. 45-68). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1960)
- Winnicott, D.W. (1990b). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In D.W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação* (pp.102-135). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1962)
- Winnicott, D.W. (1990c). Distorção do ego em termos de verdadeiro e falso self. In D.W. Winnicott, *O Ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 128-139). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1960)
- Winnicott, D. W. (1996). A delinquência como sinal de esperança. In D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa*. (pp. 81-91). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1967).
- Winnicott, D. W. (1999). A tendência anti-social. In D. W. Winnicott, *Privação e Delinquência*. (pp. 135-147). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1956).
- Winnicott, D. W. (1996). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.

- Winnicott, D. W. (1999). Correspondência com um magistrado. In D. W. Winnicott, *Privação e Delinquência*. (pp. 185-190). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1944).
- Winnicott, D.W. (2000a). O desenvolvimento emocional primitivo. In D.W. Winnicott, *Da pediatria a psicanálise: obras escolhidas* (pp. 219-231). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Trabalho original publicado em 1945)
- Winnicott, D. W. (2000b). Preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da Pediatria à Psicanálise* (pp. 399-405). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1956)
- Winnicott, D. W. (2001). Adolescência. Transpondo a zona das calmarias. In D. W. Winnicott, *A família e o desenvolvimento individual* (pp. 115-127). São Paulo: Martins fontes. (Trabalho original publicado em 1961)
- Winnicott, D. W. (2012). Aspectos da Delinquência Juvenil. In D. W. Winnicott, *A criança e o seu mundo* (pp. 256-261). Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1956)
- Yoshida, E. M. P. (2008). Significância clínica de mudança em processo de psicoterapia psicodinâmica breve. *Paidéia*, 18(40), 305-316.
- Yoshida, E. M. P. (2012). Psicoterapias psicodinâmicas. In M. E. N. Lipp & E. M. P. Yoshida (Orgs.), *Psicoterapias breves: nos diferentes estágios evolutivos*. (pp. 1-17). São Paulo: Casa do Psicólogo.

ANEXO 1. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS OU RESPONSÁVEIS PARTICIPANTES)

Eu, Matheus José da Silva, psicólogo (CRP 06/135270), Mestrando em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, venho convidá-la (o) para participar de minha pesquisa, intitulada “Uma abordagem Winnicottiana da experiência emocional de adolescentes e familiares em Programa de liberdade assistida”, sob orientação da Profa. Dra. Tânia Mara Marques Granato.

Este estudo busca produzir conhecimento científico sobre a experiência emocional de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA), assim como de familiares/responsáveis pelo adolescente, a fim de fornecer subsídios para aqueles que se encarregam da proteção ao adolescente em situação de vulnerabilidade social e atuam na área da MSE/LA. A investigação se dará por meio de uma entrevista, com duração aproximada de 60 minutos, em que você será convidado a completar uma história fictícia, elaborada pelo pesquisador, sobre o tema da pesquisa. Nessa entrevista também conversaremos sobre a sua experiência pessoal com a MSE/LA.

Seus dados pessoais ou qualquer informação que o identifique serão retirados da pesquisa, com o objetivo de garantir o sigilo e o anonimato. Como a sua participação é totalmente voluntária, você não terá nenhum tipo de remuneração, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento, o que poderá ocorrer em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de consentimento será impresso em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com você.

A presente pesquisa não oferece riscos maiores daqueles presentes no seu cotidiano, estando dentro das exigências da Resolução nº466 /2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respectivo protocolo e órgão que regulamenta as normas para pesquisa científica com seres humanos no Brasil.

Como benefício, este estudo pretende contribuir com a reflexão e o debate sobre as atuais práticas de atendimento ao adolescente em cumprimento de MSE/LA, buscando o desenvolvimento de práticas psicológicas mais afinadas com as reais necessidades dos adolescentes e de suas famílias que, desse modo, seriam indiretamente beneficiados pela pesquisa. Pretende-se, ainda, compartilhar o conhecimento produzido com os profissionais que atuam na instituição colaboradora sobre a forma de apresentação oral dos achados deste estudo.

O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado à Rua Professor Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 - Parque Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas - SP, 13087-571, telefone (19) 33436777, e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br. Para quaisquer esclarecimentos quanto a questões éticas, o Comitê poderá ser contatado através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e-mail comitedeetica@puc-campinas.edu.br, sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta-feira das 08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00.

Para esclarecimentos sobre sua participação neste estudo, favor entrar em contato com o pesquisador através do telefone (19) 99174-6886 ou pelo e-mail: silva.matheusjs@gmail.com

Eu,.....,RG:.....
, afirmo estar ciente dos objetivos e métodos da pesquisa intitulada “Uma abordagem Winnicottiana da experiência emocional de adolescentes e familiares em Programa de liberdade assistida”, e concordo em participar do estudo, autorizando a inclusão do material narrativo por mim produzido na entrevista, mediante o respeito a minha privacidade e sigilo.

Campinas,.....de.....de 2019.

Participante

Matheus José da Silva
 Psicólogo Pesquisador
 (CRP: 06/135270)

ANEXO 2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS OU RESPONSÁVEL PELO ADOLESCENTE)

Eu, Matheus José da Silva, psicólogo (CRP 06/135270), Mestrando em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, estou convidando seu filho (a) para participar de minha pesquisa, intitulada “Uma abordagem Winnicottiana da experiência emocional de adolescentes e familiares em Programa de liberdade assistida”, sob orientação da Profa. Dra. Tânia Mara Marques Granato.

Este estudo busca produzir conhecimento científico sobre a experiência emocional de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA), assim como de familiares/responsáveis pelo adolescente, a fim de fornecer subsídios para aqueles que se encarregam da proteção ao adolescente em situação de vulnerabilidade social e atuam na área da MSE/LA. A investigação se dará por meio de uma entrevista, com duração aproximada de 60 minutos, em que seu filho será convidado a completar uma história fictícia, elaborada pelo pesquisador, sobre o tema da pesquisa. Nessa entrevista também conversaremos sobre a sua experiência pessoal com a MSE/LA.

Os dados pessoais ou qualquer informação que identifique seu filho (a) serão retirados da pesquisa, com o objetivo de garantir o sigilo e o anonimato. Como a sua participação é totalmente voluntária, ele (a) não terá nenhum tipo de remuneração, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento, o que poderá ocorrer em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de consentimento será impresso em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com você.

A presente pesquisa não oferece riscos maiores daqueles presentes no seu cotidiano, estando dentro das exigências da Resolução nº466 /2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respectivos protocolo e órgão que regulamenta as normas para pesquisa científica com seres humanos no Brasil.

Como benefício, este estudo pretende contribuir com a reflexão e o debate sobre as atuais práticas de atendimento ao adolescente em cumprimento de MSE/LA, buscando o desenvolvimento de práticas psicológicas mais afinadas com as reais necessidades dos adolescentes e de suas famílias que, desse modo, seriam indiretamente beneficiados pela pesquisa. Pretende-se, ainda, compartilhar o conhecimento produzido com os profissionais que atuam na instituição colaboradora sobre a forma de apresentação oral dos achados deste estudo.

O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado à Rua Professor Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 - Parque Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas - SP, 13087-571, telefone (19) 33436777, e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br. Para quaisquer esclarecimentos quanto a questões éticas, o Comitê poderá ser contatado através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e-mail comitedeetica@puc-campinas.edu.br, sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta-feira das 08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00.

Para esclarecimentos sobre a participação de seu filho (a) neste estudo, favor entrar em contato com o pesquisador através do telefone (19) 99174-6886 ou pelo e-mail: silva.matheusjs@gmail.com

Eu,.....,RG:.....
....., afirmo estar ciente dos objetivos e métodos da pesquisa intitulada “Uma abordagem Winnicottiana da experiência emocional de adolescentes e familiares em Programa de liberdade assistida”, e autorizo a participação de meu filho (a)....., RG..... no estudo, desde que ele aceite participar voluntariamente e que fiquem garantidos o sigilo e seu anonimato.

Campinas,.....de.....de 2019.

Responsável

Matheus José da Silva
Psicólogo Pesquisador
(CRP: 06/135270)

ANEXO 3. TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ADOLESCENTES PARTICIPANTES)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Uma abordagem Winnicottiana da experiência emocional de adolescentes e familiares em Programa de liberdade assistida” que será realizada pelo psicólogo Matheus José da Silva, CRP 06/135270, Mestrando em Psicologia como Ciência e Profissão na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Para participar deste estudo, o seu responsável legal também deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O estudo busca produzir conhecimento sobre a experiência emocional de adolescentes e de familiares de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA). Esperamos que este estudo possa beneficiar adolescentes que cumprem MSE/LA, bem como suas famílias, orientando a formulação de práticas de cuidado e proteção a essa população.

O procedimento da pesquisa consiste em uma entrevista individual, com duração aproximada de 60 minutos, em que você será convidado (a) a completar uma história fictícia elaborada pelo pesquisador sobre o tema da pesquisa. Em seguida, conversaremos sobre a sua experiência pessoal durante o cumprimento da MSE/LA são vivenciadas e compreendidas por você.

Como a sua participação é totalmente voluntária, você não terá nenhum tipo de remuneração pelo aceite, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de assentimento será impresso em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com você.

A presente pesquisa não oferece riscos maiores daqueles presentes no seu cotidiano, estando dentro das exigências da Resolução nº466 /2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respectivos protocolo e órgão que regulamenta as normas para pesquisa científica com seres humanos no Brasil.

Como benefício, este estudo pretende contribuir com a reflexão e o debate sobre as atuais práticas de atendimento ao adolescente em cumprimento de MSE/LA, buscando o desenvolvimento de práticas psicológicas mais afinadas com as reais necessidades dos adolescentes e de suas famílias que, desse modo, seriam indiretamente beneficiados pela pesquisa. Pretende-se, ainda, compartilhar o conhecimento produzido com os profissionais que atuam na instituição colaboradora sobre a forma de apresentação oral dos achados deste estudo.

O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado à Rua Professor Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 - Parque Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas - SP, 13087-571, telefone (19) 33436777, e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, e deverá ser contato para esclarecimentos quanto questões éticas do projeto de estudo, das 8hs às 12hs e 13hs às 17hs, de segunda-feira a sexta-feira

Para esclarecimentos sobre sua participação neste estudo, favor entrar em contato com o pesquisador através do telefone (19) 99174-6886 ou pelo e-mail: silva.matheusjs@gmail.com.

Eu,, RG....., afirmo ter sido informado (a) e estar ciente dos objetivos e métodos da pesquisa “Uma abordagem Winnicottiana da experiência emocional de adolescentes e familiares em Programa de liberdade assistida”, e declaro a minha participação voluntária na pesquisa, autorizando a inclusão do material narrativo por mim produzido na entrevista, mediante o respeito às condições de sigilo e privacidade. Declaro, também, estar ciente de que poderei retirar esse consentimento a qualquer momento da pesquisa, sem que isso me traga qualquer prejuízo.

Campinas,.....de.....de 2019.

Participante

Matheus José da Silva
Psicólogo Pesquisador
(CRP: 06/135270)

ANEXO 4. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ADOLESCENTES COM 18 ANOS OU MAIS.)

Eu, Matheus José da Silva, psicólogo (CRP 06/135270), Mestrando em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, venho convidá-la (o) para participar de minha pesquisa, intitulada “Uma abordagem Winnicottiana da experiência emocional de adolescentes e familiares em Programa de liberdade assistida”, sob orientação da Profa. Dra. Tânia Mara Marques Granato.

Este estudo busca produzir conhecimento científico sobre a experiência emocional de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA), assim como de familiares/responsáveis pelo adolescente, a fim de fornecer subsídios para aqueles que se encarregam da proteção ao adolescente em situação de vulnerabilidade social e atuam na área da MSE/LA. A investigação se dará por meio de uma entrevista, com duração aproximada de 60 minutos, em que você será convidado a completar uma história fictícia, elaborada pelo pesquisador, sobre o tema da pesquisa. Nessa entrevista também conversaremos sobre a sua experiência pessoal com a MSE/LA.

Seus dados pessoais ou qualquer informação que o identifique serão retirados da pesquisa, com o objetivo de garantir o sigilo e o anonimato. Como a sua participação é totalmente voluntária, você não terá nenhum tipo de remuneração, nem prejuízo, caso se recuse a participar ou queira retirar o seu consentimento, o que poderá ocorrer em qualquer etapa da pesquisa. Este termo de consentimento será impresso em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com você.

A presente pesquisa não oferece riscos maiores daqueles presentes no seu cotidiano, estando dentro das exigências da Resolução nº466 /2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respectivo protocolo e órgão que regulamenta as normas para pesquisa científica com seres humanos no Brasil.

Como benefício, este estudo pretende contribuir com a reflexão e o debate sobre as atuais práticas de atendimento ao adolescente em cumprimento de MSE/LA, buscando o desenvolvimento de práticas psicológicas mais afinadas com as reais necessidades dos adolescentes e de suas famílias que, desse modo, seriam indiretamente beneficiados pela pesquisa. Pretende-se, ainda, compartilhar o conhecimento produzido com os profissionais que atuam na instituição colaboradora sobre a forma de apresentação oral dos achados deste estudo.

O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado à Rua Professor Dr. Euryclides de Jesus Zerbini,

1516 - Parque Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas - SP, 13087-571, telefone (19) 33436777, e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br. Para quaisquer esclarecimentos quanto a questões éticas, o Comitê poderá ser contatado através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e-mail comitedeetica@puc-campinas.edu.br, sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta-feira das 08h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00.

Para esclarecimentos sobre sua participação neste estudo, favor entrar em contato com o pesquisador através do telefone (19) 99174-6886 ou pelo e-mail: silva.matheusjs@gmail.com

Eu,.....,RG:.....
....., afirmo estar ciente dos objetivos e métodos da pesquisa intitulada “Uma abordagem Winnicottiana da experiência emocional de adolescentes e familiares em Programa de liberdade assistida”, e concordo em participar do estudo, autorizando a inclusão do material narrativo por mim produzido na entrevista, mediante o respeito a minha privacidade e sigilo.

Campinas,.....de.....de 2019.

Participante

Matheus José da Silva
Psicólogo Pesquisador
(CRP: 06/135270)

ANEXO 5- APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS



PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS -
PUC/ CAMPINAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UMA ABORDAGEM WINNICOTTIANA DA EXPERIÊNCIA EMOCIONAL DE ADOLESCENTES E FAMILIARES EM PROGRAMA DE LIBERDADE ASSISTIDA

Pesquisador: Matheus José da Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 15028819.6.0000.5481

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC/ CAMPINAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.618.333

Apresentação do Projeto:

"Considerando a existência de um descompasso entre o cuidado que é proposto pela medida socioeducativa de liberdade assistida (MSE/LA) a adolescentes e suas condições concretas de vida marcadas por desigualdades sociais, este trabalho busca compreender a experiência emocional de adolescentes e familiares/responsáveis com relação à MSE/LA."

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo deste estudo é compreender a experiência emocional de adolescentes e familiares/responsáveis com relação à medida socioeducativa de liberdade assistida.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"A presente pesquisa não oferece riscos maiores daqueles presentes no cotidiano dos participantes, estando dentro das exigências da Resolução nº466 /2012 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), respectivos protocolo e órgão que regulamenta as normas para pesquisa científica com seres humanos no Brasil." "Caso seja identificado algum desconforto psicológico no participante, este será acolhido pelo pesquisador, que é psicólogo, no momento da entrevista. Caso identifique a necessidade, realizará os devidos encaminhamentos para um serviço especializado de Psicologia, como o Centro de Saúde de referência que ofereça cuidados em Saúde Mental, assim como as clínicas-escola oferecidas pelas Universidades do Município."

Benefícios

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 3.618.333

"Este estudo pretende contribuir com a reflexão e o debate sobre as atuais práticas de atendimento ao adolescente em cumprimento de MSE/LA, buscando o desenvolvimento de práticas psicológicas mais afinadas com as reais necessidades dos adolescentes e de suas famílias que, desse modo, seriam indiretamente beneficiados pela pesquisa. Pretende-se, ainda, compartilhar o conhecimento produzido com os profissionais que atuam na instituição colaboradora sobre a forma de apresentação oral dos achados deste estudo."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa em pauta apresenta relevância social, sobretudo pelo que está declarado nos benefícios.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não há

Recomendações:

Obrigatoriamente caso haja alteração no número dos participantes da pesquisa o Pesquisador Responsável deverá informar imediatamente, antes da inclusão e coleta de dados, o fato ao CEP, através de emenda, justificando a necessidade e benefícios de tal conduta.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Seguem abaixo, as respostas às pendências do Projeto:

Pendência-1. Clarificar, no projeto e no documento da PB, qual o critério para a escolha dos 04 adolescentes, e dos familiares/responsáveis que, eventualmente, não correspondam ao adolescente participante. "Serão convidados para participar dessa pesquisa, em caráter voluntário, quatro adolescentes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida e quatro familiares/responsáveis por adolescentes acompanhados na mesma instituição."

Resposta do pesquisador:

De acordo com a solicitação do Comitê de Ética, foram clarificados os critérios para escolha dos adolescentes e dos familiares/responsáveis nos seguintes termos "Serão entrevistados ao menos quatro adolescentes, podendo ser incluídos mais adolescentes caso demonstrem interesse em participar. A interrupção das entrevistas se dará pelo critério de saturação, isto é, quando as

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 3.618.333

respostas dos adolescentes começarem a se repetir e não se justificar a continuação da coleta."

Parecer: Pendência atendida.

Pendência-2. Da mesma forma, clarificar a escolha nos critérios de inclusão. "Embora o tipo de ato infracional cometido não seja um critério de inclusão de participantes, buscaremos identificar os atos infracionais mais recorrentes a partir de uma breve leitura dos prontuários na instituição e sistematizados em uma tabela a fim de caracterizar a população que é atendida na instituição." A dúvida aqui recai na possibilidade de serem encontrados, com base nos prontuários, mais de 04 adolescentes que convirjam com o exposto. A mesma dúvida recai sobre a inclusão/escolha dos familiares/responsáveis que não sejam parentes dos adolescentes entrevistados: "Também serão incluídos familiares/responsáveis de adolescentes que cumprem MSE/LA, sendo ou não parentes dos adolescentes entrevistados, desde que tenham em seu núcleo familiar adolescentes que estejam cumprindo a medida na mesma instituição e que se voluntariem a participar da pesquisa."

Resposta do pesquisador: Da mesma maneira, a respeito dos familiares/responsáveis seguem os seguintes esclarecimentos "Poderão participar das entrevistas quaisquer familiares/responsáveis por adolescentes participantes do programa sem obrigatoriedade de que sejam seus pais, ou seja, podem ser familiares/responsáveis dos adolescentes participantes ou de não participantes da pesquisa, desde que seja familiares/responsáveis atendidos no programa. Serão entrevistados ao menos quatro familiares/responsáveis, e poderão ser incluídos mais caso demonstrem interesse em participar. A interrupção das entrevistas se dará observando critério de saturação."

Parecer: Pendência atendida.

Pendência-3. Apresentar TCLE a ser assinado pelos adolescentes maiores de idade.

Parecer: Pendência atendida.

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbin, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 3.618.333

Pendência-4. No TCLE a ser assinado pelos pais ou responsáveis autorizando o adolescente a participar da pesquisa, (tanto do que está nos documentos (termos) quanto no que está anexo no projeto), retirar o parágrafo em que consta o endereço antigo do Comitê de Ética: "O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado à Rodovia D. Pedro I, Km 136, Parque das Universidades, Campinas-SP. Para quaisquer esclarecimentos éticos, o Comitê poderá ser consultado através do telefone (19) 3343-6777 ou pelo e-mail comitedeetica@puc-campinas.edu.br, sendo seu horário de funcionamento de Segunda à Sexta-feira das 08h00 às 17h00."

Parecer: Pendência atendida.

Pendência- 5. Acrescentar no Termo de assentimento (tanto no que está nos documentos (termos) quanto no que está anexo no projeto), a ser assinado pelos adolescentes, o parágrafo que informa os dados do Comitê de Ética e do Pesquisador, conforme consta dos TCLEs apresentados. "O projeto em questão foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, localizado à Rua Professor Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1516 - Parque Rural Fazenda Santa Cândida, Campinas - SP, 13087-571, telefone (19) 33436777, e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, e deverá ser contatado para esclarecimentos quanto questões éticas do projeto de estudo, das 8hs às 12hs e 13hs às 17hs, de segunda-feira a sexta-feira. Para esclarecimentos sobre sua participação neste estudo, favor entrar em contato com o pesquisador através do telefone (19) 99174-6886 ou pelo email: silva.matheusjs@gmail.com."

Parecer: Pendência atendida.

Considerações Finais a critério do CEP:

Dessa forma, e considerando a Resolução CNS nº. 466/12, Resolução CNS nº 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, e, ainda que a documentação apresentada atende ao solicitado, emitiu-se o parecer para o presente projeto: Aprovado.

Conforme a Resolução CNS nº. 466/12, Resolução CNS nº 510/16, Norma Operacional 001/13 e outras Resoluções vigentes, é atribuição do CEP "acompanhar o desenvolvimento dos projetos, por

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br



Continuação do Parecer: 3.618.333

Não

CAMPINAS, 03 de Outubro de 2019

Assinado por:
CARLOS ALBERTO ZANOTTI
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Professor Doutor Euryclides de Jesus Zerbini, 1516
Bairro: Parque Rural Fazenda Santa Cândida **CEP:** 13.087-571
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3343-6777 **Fax:** (19)3343-6777 **E-mail:** comitedeetica@puc-campinas.edu.br